

JUSCELINO KUBITSCHER DE OLIVEIRA

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL.

REMETIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1960



RIO DE JANEIRO
BRASIL

SUMARIO

INTRODUÇÃO

PARTE PRIMEIRA SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

CAPTULO I POLITICA INTERNA

CAPTULO II POLITICA ADMINISTRATIVA

CAPTULO III POLITICA EXTERIOR

PARTE SEGUNDA SEGURANÇA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

CAPTULO I SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR

CAPTULO II ATIVIDADES DAS FORÇAS ARMADAS

CAPTULO III ORDEM PÚBLICA

PARTE TERCEIRA
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

CAPÍTULO I

ASPECTOS GERAIS

CAPÍTULO II

MOEDA E CRÉDITO

CAPÍTULO III

FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO IV

RELAÇÕES ECONÓMICAS COM O EXTERIOR

CAPÍTULO V

ENERGIA

CAPÍTULO VI

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

CAPÍTULO VII

AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO

CAPÍTULO VIII

INDÚSTRIA

CAPÍTULO IX

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PARTE QUARTA
TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

TRABALHO

CAPÍTULO II

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARTE QUINTA
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

CAPÍTULO II

Saúde Pública

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Quando se abrirem os trabalhos legislativos do ano próximo, já a direção do País estará entregue ao Presidente que as urnas de outubro escolherem. Quero, por isso, nesta derradeira Mensagem, agradecer-vos, de modo especial, a cooperação que até aqui proporcionastes ao Executivo, seja, como companheiros de Partido ou aliados políticos, apoiando os programas e diretrizes do Govêrno, seja, como opositores, exercendo uma crítica sempre de mim recebida com acatamento, não apenas por achar, na divergência e na controvérsia, algo inerente, senão essencial, ao processo democrático, mas, sobretudo, por jamais haver desdenhado o saldo positivo que deixam, ainda quando lhes falte serenidade ou isenção.

É com júbilo que mais uma vez me prevaleço do ensejo de trazer à análise dos representantes do Povo, nas duas Casas do Congresso, uma obra política e administrativa cujo propósito, em todos os momentos, foi encurtar os caminhos do Brasil para a prosperidade, antecipando-lhe o futuro de grandeza e de poder, com trabalho perseverante, ação contínua, entusiasmo, confiança.

Os resultados obtidos pertencem à Nação inteira, na resoluta arremetida dêstes quatro anos, e muito devem à harmonia que, unindo Legislativo, Judiciário e Executivo, criou a atmosfera de segurança indispensável, assim à luta contra o subdesenvolvimento, como até

mesmo à singela faina de cada dia. Devo acentuar que a preservação da ordem interna, pelas Forças Armadas, constituiu fator precioso dessa tranqüilidade, por que tanto ansiava o nosso povo.

Não poucos tropeços — bem o sabeis — tiveram de ser vencidos para que se empossasse este Governo, consagrado, entretanto, pelo sufrágio popular, numa limpa vitória, ampla demais para sofrer contestações. Nem poucas foram as dificuldades que se lhe opuseram, mal acabava de pôr mãos em sua dura tarefa, sem tempo a perder, pelo muito que prometera realizar. Das lutas de então, assim como das mais recentes, emergiu, retemperada, a democracia brasileira.

Dêsse modo, à semelhança das demais, foi também alcançada a meta política: plena afirmação das liberdades outorgadas pela Carta Magna, e garantias integrais para o exercício da cidadania.

A ninguém será lícito negar que, entre nós, a prática integral do regime caiu já no domínio da rotina. Poder afirmá-lo é tanto mais animador, quanto se considera que estamos às vésperas de eleições para a Presidência e Vice-Presidência da República, e prestigiosas coligações partidárias se aprestam a disputar as duas altas magistraturas, nas pessoas de ilustres e experimentados homens públicos. Colocou-se o problema sucessório em termos dignos de um País livre, e estou certo de que o pleito se processará dentro da ordem, sob o respeito mútuo das forças antagônicas, como um ato normal da nossa vida republicana. Para que essa expectativa se confirme, nenhuma providência será omitida pelo Poder Público.

Quanto à política exterior, folgo em assinalar que foi sobremodo fecunda, no ano transato, graças à linha dinâ-

mica adótada nesta administração: dilatar o horizonte, empregar métodos diretos, modernos e eficazes.

A ação diplomática no Hemisfério ganhou em conteúdo prático. Sustentada pelo apoio irrestrito de tôdas as Nações do Continente — e, ainda há pouco, objeto de proveitosa troca de idéias, por ocasião da visita, em janeiro, do Presidente López Mateos, e, em fevereiro, do Presidente Eisenhower — a Operação Pan-Americana já se vai concretizando em realizações como o Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico. Por outro lado, celebrou-se o Tratado de Montevideu, que instituiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Além da órbita estritamente continental, trabalho não menos ativo se desenvolveu: abriram-se aos nossos produtos zonas inexploradas; concluiu-se o Convênio Internacional do Café, que disciplina a oferta nos mercados, sem prejuízo da livre competição em novas áreas; estendeu-se o intercâmbio aos países do bloco socialista; firmou-se convênio comercial com a União Soviética; diligenciou-se estimular as relações econômicas com os Países Afro-Asiáticos; incentivaram-se a entrada de capitais e a vinda de técnicos.

Enquanto se buscavam, no exterior, outros mercados, ou se desenvolvia o comércio nos antigos, procurava-se, dentro do País, satisfazer a demanda interna, em acelerada expansão. Esta síntese exprime o fruto de nossa lida: a produção nacional aumenta em ritmo que ultrapassa, com boa margem, o do incremento demográfico, sem que a taxa de capitalização, ao derredor de 15% do Produto Bruto, imponha ao consumo repressão drástica: o Produto Bruto Real cresceu, aproximadamente, 5%, o

que corresponde à elevação, em mais de 2%, da quantidade de bens e serviços PER CAPITA.

Ao analisar a execução do Programa de Metas, começarei pela Energia, dada a sua capital importância para todo plano de desenvolvimento. Em 1961, o País terá acrescido em dois milhões de quilowatts a capacidade instalada, elevando-a para 5 milhões; empreendimentos em curso virão dar-nos mais 3 milhões, em 1965.

Furnas, Três Marias e as novas obras de Paulo Afonso trazem resposta adequada ao crescente reclamo de energia. Com 1 milhão e 100 mil kW, a primeira — a maior central hidrelétrica do Hemisfério Sul — é obra-chave do aproveitamento integral do Rio Grande, estimado em cerca de 10 milhões de quilowatts. Da segunda, conclui-se, este ano, a monumental barragem, que, além de permitir a expansão de 460 mil kW na capacidade geradora de Paulo Afonso, contribuirá com 520 mil kW para o nosso potencial energético. Suas primeiras unidades de força, totalizando 130 mil kW, entrarão em serviço nos meados de 1961. Mencione-se, ainda, que vai controlar o deflúvio do São Francisco, permitindo-lhe a navegabilidade o ano todo e favorecendo a irrigação no extenso vale. Por sua vez, as novas instalações de Paulo Afonso ministrarão o valioso subsídio de 130 mil kW à região nordestina. Importantes iniciativas dos governos estaduais e da empresa particular, apoiadas pelo Poder Central, completam o programa de metas quanto à energia elétrica.

No que respeita ao petróleo, registraram-se avanços, em verdade extraordinários, na pesquisa, produção, refino, indústria petroquímica e transporte de óleo e derivados. A meta inicial, fixada em 40 mil barris/dia para 1960, foi coberta com antecedência de dois anos. Em

1959, conseguimos a média de 64,6 mil barris diários, e, no atual exercício, iremos aos 100 mil, correspondentes a cerca de 37% das exigências do mercado interno. Descobriram-se, no Recôncavo Baiano, outros campos — Taquipe, Buracica e Cassarongongo — acréscimo considerável às reservas já avaliadas. A perfuração nas bacias sedimentárias do País aumentou 37,5%, em metros, e 65%, em poços, relativamente ao exercício anterior. Teve início a produção de propano que, com a de etano, começada em 1958, abriu amplas perspectivas à indústria petroquímica nacional. No refino, caminha-se firme e rapidamente para a auto-suficiência. Poder-se-ão processar mais de 300 mil barris/dia, em 1961, com o aumento das Refinarias Presidente Bernardes e Landulfo Alves, e a montagem da Refinaria Duque de Caxias, que aproveitará especialmente o óleo baiano. Em matéria de fertilizantes, a PETROBRÁS já nos dá 205 t diárias de adubos nitrogenados em Cubatão. Dentro em breve, estará em funcionamento a fábrica de borracha sintética, apta a fornecer 40 mil t anuais e a utilizar, em 1962, matéria-prima nacional. Registrem-se, enfim, as diligências para aproveitar o gás natural do Recôncavo e o xisto betuminoso do Vale do Paraíba, bem como para desenvolver a Frota Petroleira, que, de 231 mil dwt passou a 370 mil dwt e, com a incorporação de navios encomendados, disporá de 510 mil dwt, em 1961. A liberação anual de divisas, proporcionada pela indústria petrolífera, foi da ordem de 144 milhões de dólares, em 1959, e, no ano próximo, estará praticamente decuplicada, em relação a 1955.

Mereceu a energia nuclear especial atenção, no que toca a pessoal qualificado, bem como à prospecção, pesquisa e lavra de depósitos, ao beneficiamento de minérios.

XIV

ao preparo de matérias férteis e fisséis e ao estudo e instalação, em determinadas regiões do País, de centrais termoelétricas nucleares. Deram-se passos iniciais para a montagem de usinas de beneficiamento de urânio e produção do hexafluoreto de urânio.

Em escala cada vez mais ampla, continuou a diversificar-se e expandir-se a indústria nacional, em seus diferentes ramos.

A meta siderúrgica está plenamente assegurada com obras de vulto, prestes a concluir-se — aumento das atuais usinas e construção de novas, representando investimentos superiores a 60 bilhões de cruzeiros, metade dos quais corresponde a moeda estrangeira. Produziremos, em breve, o equivalente a 250 milhões de dólares. Em Volta Redonda, a capacidade instalada já subiu a 1 milhão e 100 mil toneladas, alvo previsto para fins deste ano. Com o contingente das demais empresas, a tonelage excederá, em 1960, o objetivo inicial e perfará 3 milhões e 500 mil, em 1965.

Em três anos, a indústria de automóveis, cujo êxito surpreendeu o mundo técnico, entregou ao mercado 188 mil e 72 unidades. No último exercício, faturou perto de 93 bilhões de cruzeiros, tendo contribuído para os cofres públicos com 10,7 bilhões. Os investimentos nos setores de veículos e de autopeças somam 300 milhões de dólares, além de 16 bilhões de cruzeiros despendidos no País. Ocorreram em 1959 três fatos de excepcional alcance econômico, no que concerne à nacionalização do veículo-automóvel: cinco novas fábricas de motores entraram a funcionar; eixos de transmissão se produziram no País pela primeira vez; quatro empresas de grande en-

vergadura fizeram aumentar a capacidade nacional de forjamento.

A indústria de construção naval, em nove estaleiros, com a potencialidade de 160 mil dwt/ano, permitirá restaurar e ampliar a nossa marinha mercante, por inversões no valor de 6,4 bilhões de cruzeiros e 18,3 milhões de dólares. Ainda este ano serão lançadas ao mar as duas primeiras unidades.

Da procura gerada pelo Programa de Metas e da firme política de incentivos oficiais resultou poder a indústria pesada nacional, em poucos anos, suprir em boa parte os setores de usinas elétricas, petróleo, petroquímica, aparelhamento ferroviário, portos, siderurgia, celulose e papel. Em 1959, produziram-se os primeiros geradores de 34 mil kVA; não houve solução de continuidade na fabricação de transformadores até 50 mil kVA; criaram-se condições tecnológicas para a de geradores de 100 mil kVA e de turbinas hidráulicas até 80 mil kVA. No ramo de máquinas operatrizes e afins, o parque manufatureiro nacional pôde oferecer, em maior escala, tornos, prensas, furadores, serras e tesouras, plainas limadoras e de mesa. Do mesmo modo, estão sendo supridas, em grande parte, as necessidades internas de implementos agrícolas, bem como de equipamentos e material de transporte ferroviário, exceto locomotivas.

Nos demais setores da indústria de base, assinalaram-se acentuados progressos: em fins de 1959, perfizemos a capacidade de 64 mil t/ano de soda cáustica, ou seja o dobro dos resultados de 1955. No atual exercício, prevêem-se mais 45 mil t, completando 109 mil t/ano, total que supera, em 29 mil t, a meta estabelecida.

No fabrico do papel, salvo para livros e jornais, chegou-se praticamente à auto-suficiência. Em 1959 produzimos 395 mil t, contra 296 mil, em 1955, havendo-se verificado o acréscimo de 33% no atual Governo. A indústria de celulose, graças aos estímulos recebidos, contribuiu, no ano findo, com 177 mil t e, concluídos os projetos em andamento, deverá alcançar 390 mil t/ano, indo além da meta fixada, que era de 260 mil t.

Dois fatores impulsionaram a extração de minério de ferro: o desenvolvimento do nosso parque siderúrgico e a conquista de novos mercados externos. A exportação, pela Companhia Vale do Rio Doce, atingiu 3,3 milhões de toneladas, no valor de 35,8 milhões de dólares e prosseguem as obras para duplicá-la em 1961. Terminado o cais de minério no Pôrto do Rio de Janeiro e reforçada a capacidade da E. F. Central do Brasil, o Vale do Paraopeba poderá exportar 2 milhões de toneladas, garantindo, dêsse modo, a meta de 8 milhões. Na próxima década, alcançaremos níveis consideravelmente superiores, devido a providências que estão sendo tomadas.

Quanto à metalurgia dos não-ferrosos, a capacidade em lingotes de alumínio, que foi de 16 mil e 700 t/ano em 1959, elevar-se-á, com as obras em curso, a 28 mil e 700 t/ano, em 1962. A indústria do cobre forneceu 1 mil e 800 t, no mesmo exercício, e deverá produzir cerca de 4 mil, com a usina projetada para o Ceará. Espera-se que, na Bahia, entre a funcionar, ainda êste ano, a usina de chumbo, que fará nossa capacidade subir de 7 para 20 mil t. Relativamente ao estanho, desde 1958 alcançamos 7 mil t/ano, que satisfazem com folga o consumo interno.

A fim de corrigir um dos mais graves pontos-de-estrangulamento de nossa economia — as deficiências de transporte — o Governo dedicou-se empenhadamente às ferrovias e rodovias, e favoreceu o surto da indústria automobilística e de construção naval.

Em matéria de ferrovias, deu-se prioridade ao reaparelhamento, ficando para segunda etapa a extensão das linhas. Dentro desse programa, substituíram-se 6 mil e 800 quilômetros de trilhos e adquiriram-se 421 locomotivas diesel-elétricas, 545 carros de passageiros e 6 mil 498 vagões de carga. Em 1955, o sistema diesel respondia por 28% do nosso tráfego ferroviário; ao findar 1959, tal percentagem elevou-se a quase 60%. Concomitantemente, aceleraram-se as obras do Tronco Principal Sul, as da chamada Ferrovia do Trigo — entre Passo Fundo e General Luz — e as do alargamento de bitola da E. F. Central do Brasil, rumo a Pirapora e Brasília.

A meta rodoviária inicial será ultrapassada no fim do quinquênio, e a pavimentação já cobriu o alvo primitivo. Os números evidenciam a amplitude da tarefa que se levou a cabo: nos últimos quatro anos, abriram-se perto de 9 mil km de estradas e pavimentaram-se quase 4 mil, ao mesmo tempo que se mantiveram as existentes em boas condições de tráfego. Só em 1959, a implantação básica foi de 2 mil e 717 km, e a pavimentação, de 1 mil 775 km. Além disto, cumprindo o plano de obras de emergência contra as secas, construíram-se e melhoraram-se, no quadriênio, mais de 3 mil km de estradas de diferentes tipos, sem contar o trecho da rodovia Bernardo Sayão, que, rompendo a selva amazônica, assegurou a ligação Norte-Sul, de Belém a Pôrto Alegre.

XVIII

No transporte sobre águas, assinala-se que, em 1959, aumentou, consideravelmente, a eficiência do sistema operacional dos nossos portos com o emprêgo de moderno equipamento, havendo-se obtido mais rápida movimentação de mercadorias, menor demora de navios nos cais e, em conseqüência, maior oferta de praça marítima. Intensificou-se a dragagem nos canais de acesso e bacias de evolução e imprimiu-se ritmo acelerado às obras dos cais de acostagem. Com a aquisição de navios, na tonelagem total de 200 mil dwt — excetuados os da Frota Petroleira — e o estabelecimento da indústria de construção naval, o problema será resolvido satisfatoriamente, em breve tempo. Lembrem-se, por fim, as disposições do Decreto n.º 47 225, de novembro último, que asseguram maior participação da nossa frota no transporte internacional. No âmbito aeroviário, tratou-se de renovar a frota comercial e, nos principais aeroportos do País, deram-se passos para aperfeiçoar os sistemas de controle da segurança do voo.

A agricultura brasileira, que sempre padeceu de graves falhas estruturais, não teria as suas dificuldades resolvidas — é óbvio — com paliativos ou soluções destinadas tão-somente a amortecer, de imediato, as justas reivindicações do setor rural e dos centros consumidores. Por isso, o atual Governo atacou a fundo o problema, foi-lhe às raízes, quer atuando no setor do transporte e da armazenagem, quer incentivando a produção de fertilizantes e de implementos agrícolas, quer, finalmente, promovendo a implantação da indústria de tratores, de modo a permitir a ampla mecanização do trabalho no campo.

Sem transportes eficientes, sem armazéns e silos, sem máquinas e fertilizantes, fôra, de uma parte, impossível, e, de outra, temerário desenvolver a produção rural em volume, elevar-lhe os índices de rendimento PER CAPITA e por unidade de área: êsse contingente suplementar não chegaria a tempo, e em condições favoráveis, até os mercados de consumo, correndo, mesmo, o risco de perder-se por dificuldades de escoamento. Enquanto se entregava a essas providências preliminares, desenvolvia o Govêrno o crédito rural, assegurava preços mínimos aos produtores, prestava assistência técnica à lavoura e estimulava-lhe a mecanização, com o suprimento, em bases módicas, de tratores adquiridos no exterior.

Umás e outras medidas abriram caminho a que de ora avante se logre reduzir o desnível de renda entre a população rural e a urbana. Êsse esforço perderá, no entanto, boa parte de substância, se não se modificar a nossa estrutura agrária, de forma que a propriedade da terra se vincule efetivamente ao bem-estar social, consoante determina a Carta Magna e exige o nosso tempo. Ê mister elaborar-se uma lei que, ajustada à nossa realidade, permita marcharem juntas a indústria e a agricultura no processo de desenvolvimento nacional.

Trabalho de alicerce — o do atual Govêrno —, os seus efeitos não se poderiam fazer sentir plenamente, de imediato. Entretanto, resultados positivos já se apresentam nestes quatro anos, havendo crescido a produção rural PER CAPITA em tôdas as culturas importantes. Em 1959, a produção agropecuária aumentou de 8,7%, sôbre a do exercício anterior. Êsse incremento deveu-se, quase inteiramente, à expansão das colheitas, estimada em

12%. Os dois outros ramos cresceram em menos pronunciado ritmo: pecuária, 0,6%; produção extrativa vegetal, 1,1%. Os produtos de exportação responderam pela maior parcela de aumento global da atividade rural, com a taxa de 21%, contra 4,5%, destinados ao nosso próprio mercado. As safras de consumo interno, em alguns setores, não foram suficientes para atender à procura, em rápida expansão, ocasionando dificuldades no abastecimento de certos gêneros, durante a entressafra. Ao lado da melhoria da produtividade, a área cultivada expandiu-se em 2,7%, com relação a 1958.

A tendência moderna para submeter determinadas regiões a tratamento específico encontrou, no Brasil, propício campo, em virtude da nossa imensa base física e da diversidade das condições geo-econômicas. Àquelas que, por mandamento constitucional, já vinham merecendo cuidados especiais, o atual Governo dispensou assistência constante e desvelada. Reformulou-se a política de desenvolvimento do Nordeste, com vistas a implantar, ali, um núcleo de expansão industrial, racionalizar a agricultura da faixa úmida, tornar a economia das zonas semi-áridas resistente ao impacto das secas periódicas e, por fim, alargar a sua fronteira agrícola, incorporando-lhe as terras férteis do Maranhão. Atendendo a esses propósitos, a SUDENE, de organização recente, já concentra as atividades dos órgãos federais naquela área e os associa aos estaduais, com o objetivo de unificar a ação pública nos empreendimentos de grande porte e de interesse mais geral.

No que concerne, em especial, à acumulação de água, para avaliar dos esforços do atual Governo, basta dizer que se elevou de 3,5 bilhões de m³ para 6,4 bilhões o total

retido nos açudes públicos e, com os 58 reservatórios em construção, aquela cubagem alcançará 15,2 bilhões de m³. Na Amazônia, concluiu-se o inventário florístico da faixa que se estende à margem direita do grande rio, desde o Purus, até à zona de transição entre a flora equatorial e a das terras nordestinas; terminou-se a primeira etapa do levantamento aerofotogramétrico de 4 mil e 500 km², no Amapá, com o fito de pesquisar minérios, e intensificou-se a heveacultura e a pesca. No Vale do São Francisco, desenvolveram-se obras de vulto nos setores de regularização fluvial, energia elétrica, transportes, irrigação, drenagem, saneamento e agropecuária.

A concentração maciça e simultânea de recursos em programas básicos, tornada indispensável para que nos arrancássemos à condição de povo subdesenvolvido, não poderia deixar de impor sacrifícios. É que o investimento, fator dinâmico de qualquer economia, está subordinado à formação de poupanças, e estas, voluntárias ou não, constituem, por seu turno, um ato de transitória renúncia a certos dispêndios de consumo. Contudo, procurou o Governo realizar as inversões necessárias a que se elevasse o Produto Real além do incremento demográfico, sem submeter a população a exigências superiores a suas possibilidades.

Na esfera monetária e bancária, velou-se para que a moeda e o crédito preenchessem a sua função no mecanismo econômico, sem torná-los fatores autônomos de inflação ou deflação. As atividades privadas couberam 68% da expansão total dos empréstimos bancários, tocando, ao setor público, os restantes 32%. Assim, manteve este último a posição relativa já assinalada em 1958, bastante inferior à de 1957 e à de 1956. As instituições oficiais colabo-

raram ativamente com a iniciativa particular: só o Banco do Brasil contribuiu com 20% daquele incremento total, havendo sido de 54% sua participação no aumento dos empréstimos à lavoura e à pecuária — percentagem que se torna ainda mais expressiva, se considerados exclusivamente os financiamentos diretos à produção. Para as emissões de papel-moeda, no montante de 33 bilhões de cruzeiros, influíram, entre outros fatores, o impacto financeiro de operações ligadas a transações internacionais, compreendidas as despesas com a compra oficial de café; os financiamentos do Banco do Brasil ao Tesouro Nacional e a outras entidades públicas; e os empréstimos do mesmo Banco ao setor privado.

Quanto às finanças públicas, assinala-se que, ao iniciar-se 1959, um desequilíbrio potencial, consideravelmente superior ao consignado no Orçamento, obrigou o Governo a adotar medidas especiais de contenção dos gastos e, ao mesmo tempo, ativar a arrecadação. Com isso, o déficit total de caixa do Tesouro Nacional, potencialmente superior a Cr\$ 67 bilhões, reduziu-se a 32 bilhões. O saldo negativo escriturado, segundo as normas contábeis vigentes, expressou-se em Cr\$ 26,4 bilhões.

Prenuncia-se, em relação ao atual exercício, um desequilíbrio financeiro superior a 35 bilhões. Impõe-se, desse modo, toda cautela no utilizar as dotações orçamentárias, subordinando-se rigorosamente as despesas às possibilidades efetivas da receita e dos recursos não inflacionários que se obtenham. Com esse designio, instituíram-se um Plano de Economia e um Fundo de Reserva, abrangendo dotações no montante de Cr\$ 30 bilhões, e fixaram-se normas que redobram o rigor e a eficiência na execução da Lei de Meios.

Para neutralizar os fatores negativos que tendiam a agravar o nosso Balanço de Pagamentos — concentração de compromissos externos a curto prazo e enfraquecimento das nossas relações de troca, motivado, principalmente, pela queda dos preços do café — perseguiu o Governo dois objetivos básicos: ativar as exportações, de modo a compensar, com o aumento quantitativo, a perda ocorrida nos termos de intercâmbio, e atrair o maior volume possível de capitais estrangeiros.

No que respeita ao café, uma política dinâmica de acôrdos internacionais e a conquista de novos centros consumidores atenuaram o impacto da superprodução mundial. O QUANTUM exportado somou 17,7 milhões de sacas, no valor aproximado de 740 milhões de dólares, o que, em confronto com o exercício anterior, representou um aumento de 40 % e 8 %, respectivamente.

Graças sobretudo à reação desse produto, nossa balança comercial fechou com saldo positivo. O movimento de Mercadorias e Serviços apresentou um saldo negativo de 327 milhões de dólares. As exportações somaram US\$ 1 bilhão e 284 milhões, e as importações, US\$ 1 bilhão e 228 milhões, por onde se vê que o deficit em transações correntes provém, como de costume, do pesado impacto do item Serviços. A entrada de capitais externos situou-se em tórno de 510 milhões de dólares, e a saída, sob a forma de amortizações de empréstimos, totalizou 360 milhões. O saldo positivo de 150 milhões constituiu expressivo refôrço à nossa capacidade de importar. Quanto à aquisição de bens no exterior, registre-se que, do total de 1 bilhão e 228 milhões de dólares (F. O. B.), 330 milhões se destinaram a petróleo e trigo, e cerca de 800 milhões a bens de capital e produtos interme-

diários. O déficit do Balanço de Pagamentos, estimado em 230 milhões de dólares, em meados do ano, reduziu-se, no final do exercício, a 176 milhões, e foi coberto em grande parte mediante operações de regularização a curto e médio prazo.

A valorização do homem brasileiro constituiu o objetivo final de todos os empreendimentos deste Governo, ou seja, a meta suprema. Ao lançar-se à batalha da industrialização, ao combater os pontos-de-estrangulamento na infraestrutura da economia, ao abrir novas frentes pioneiras, sua preocupação dominante foi a de vencer o pauperismo, elevar o nível de vida, preparar o nosso povo para usufruir as conquistas da civilização contemporânea. Sob esta inspiração, os problemas educacionais têm merecido atento cuidado, sobretudo porque limitados são os recursos e extensa e complexa a tarefa a realizar. A extrema juvenilidade da nossa população — quatro crianças ou adolescentes para um adulto em atividade produtiva — se é fator de esperança, quanto ao futuro do País, constitui, por outro lado, pesado encargo, no que respeita a educação.

O programa desenvolvido pelo Governo e os progressos obtidos nestes quatro anos servem de poderosa contribuição para que se eliminem as deficiências quantitativas e qualitativas da educação brasileira, em todos os graus e modalidades. Ver-se-á que, nas dotações a ela destinadas, houve extraordinário incremento, cuja cifra se mantém elevada, ainda quando se considere o acréscimo verificado no custo desses serviços. Basta referir que só na atual Administração veio a cumprir-se o preceito constitucional de aplicar ao ensino 10% da renda federal de impostos.

No setor do ensino primário, em que a atividade da União é apenas supletiva, o Governo contribuiu, eficientemente, para ampliar a rede escolar e aumentar o número de matrículas. No período de 1956/59, através de convênios firmados com Estados e Municípios, construíram-se 1 114 escolas com um total de 2 634 salas, possibilitando 210 mil vagas a mais. A contribuição financeira federal, de 300 milhões de cruzeiros, em 1955, ascendeu a dois bilhões, em 1959.

Quanto ao ensino profissional, procuraram-se ampliar as possibilidades dos cursos onde são mais acentuadas as deficiências, sobretudo quantitativas, e onde é quase completa a ausência da iniciativa privada. No quadriênio, intensificaram-se a reforma e construção de unidades escolares, a melhoria de equipamento e a cooperação com os Estados e Municípios. Os recursos orçamentários globais aplicados — 143 milhões, em 1955 — ascenderam a perto de 1,1 bilhão, em 1959.

O esforço federal no campo do ensino secundário, nos últimos quatro anos, exprime-se pela dotação orçamentária que, de 200 milhões, em 1955, subiu a mais de 1,5 bilhão, no último exercício. Com esses recursos, puderam destinar-se a entidades particulares e oficiais cerca de 1,2 bilhão para obras e equipamentos, 330 milhões a bolsas para estudantes carentes de meios, selecionados por capacidade intelectual, e 125 milhões à complementação de salários e auxílios diretos.

Ao ensino superior tem cabido, tradicionalmente, mais da metade das dotações federais destinadas à Educação. Nos últimos quatro anos, essa participação relativa diminuiu em função do atendimento, mais amplo, às necessidades do ensino elementar e médio. Mesmo

assim, as verbas destinadas ao ensino superior cresceram substancialmente, passando de 1,6 para 6,2 bilhões de cruzeiros, de 1955 a 1959. Destaque-se, na esfera do ensino técnico e científico, o relevante acontecimento que foi a criação de 14 Institutos, junto às Universidades. Através da COSUPI, recursos financeiros, técnicos e pedagógicos, até então dispersos, foram concentrados e utilizados para diversificar mais amplamente a formação tecnológica e ajustá-la às atividades produtivas de cada região. No biênio 1958/59, despenderam-se 800 milhões de cruzeiros em obras, equipamentos, remuneração de professores de alto nível, e puderam ser instalados os Institutos que vieram dar maior flexibilidade aos currículos universitários, integrando o País na educação para o desenvolvimento.

Como já assinaiei, a defesa do nosso patrimônio humano constitui o fim por excelência do programa deste Governo. E assim, em seu esforço para elevar o padrão de vida brasileiro, não havia de omitir-se no setor da saúde. No Brasil, grande parte dos problemas sanitários nasce principalmente do baixo índice de renda PER CAPITA vigente em extensas regiões. Dentro dessa realidade, procurou-se dar aos serviços de saúde pública estrutura adequada e ampliar os recursos à sua disposição. Os resultados dos últimos quatro anos foram encorajadores: decresce a incidência das doenças transmissíveis; reduzem-se as taxas de mortalidade infantil; eleva-se o índice médio de vida.

A malária está em vias de se extinguir em vários Estados. Completando os esforços de administrações anteriores, erradicou-se o vetor urbano da febre amarela,

e a proteção contra o tipo silvestre da doença tem sido assegurada pela vacinação em massa; a campanha contra o tracoma estendeu-se, com êxito, a 181 Municípios; intensificou-se a profilaxia da filariose, da lepra, da boubá, cabendo observar que esta última só se encontra hoje em forma residual; a ancilostomose foi reduzida em centenas de localidades e, para profilaxia do bócio endêmico, iodetaram-se 460 mil t de sal de cozinha em 1959, ou seja, todo o consumo da população do País. No combate à tuberculose, assinalem-se a criação de novas unidades hospitalares e o alargamento da rede dispensarial. Com o auxílio da F.A.B., o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas pôde estender a assistência a lugares remotos, antes de acesso difícil. Constroem-se, em diferentes pontos do território nacional, 151 hospitais e maternidades, pertencentes ao Governo ou a instituições particulares subvencionadas pelo Poder Público. Esses dados, apenas exemplificativos, atestam o nosso multiforme esforço na defesa e valorização da sociedade brasileira.

Senhores Congressistas,

Pouco mais de um mês nos separa do momento histórico em que a sede do Governo se há-de transferir para Brasília — no coração do País — deixando esta bela e nobre cidade do Rio de Janeiro, que lhe deu abrigo pelo espaço de dois séculos. A 21 de abril próximo, a nova Capital estará apta a receber os três Podêres da República e a proporcionar-lhes os requisitos básicos para as suas atividades normais, não só no que se refere à instalação dos serviços públicos, como também no que concerne ao alojamento condigno dos servidores.

Mesmo os retrógrados e pessimistas já não podem opor-se à realidade que surge, esplendente, no Planalto Central do Brasil. Graças à bravura e à decisão do nosso povo, ao espírito criador de nossos artistas e à dedicação de chefes e operários, onde, faz três anos, havia apenas deserto e silêncio, existe, hoje, uma cidade de linhas monumentais, destinada a testemunhar, agora e sempre, a memorável arrancada para o Oeste.

Cumpriu-se, enfim, o preceito constitucional em que a Nação reiteradamente ordenava êsse passo decisivo para a ocupação efetiva do nosso interior. Brasília não é apenas uma cidade nova, surgida milagrosamente na solidão do altiplano; não é apenas técnica e arte, pioneirismo e arrôjo. É antes de tudo a revolução, porventura a mais fecunda do nosso tempo: a mudança na rota de um País empenhado em transpor a barreira do subdesenvolvimento e ocupar, entre os povos do Mundo, o lugar que lhe cabe pela sua extensão, pelas suas riquezas, pelo valor dos seus filhos.

Antes mesmo de se tornar o centro de decisões nacionais, a novel metrópole já vai libertando a nossa hinterlândia do cativeiro da pobreza e do abandono. Extensos troncos rodoviários a ela fazem convergir do Norte e do Sul, da orla marítima e do extremo Oeste, multidões que se congregam por um ideal, gente enérgica, desejosa de um Brasil novo e orgulhosa de poder construí-lo.

Brasília não é um artifício, mas criação de rico impulso vital, imperativo da unidade da Pátria, fervoroso e antigo anelo que se converteu em ato — vitória, enfim, dessa intrepidez e pertinácia capazes, tanto de fazer surgir do êrmo uma cidade que maravilha os coevos, como dessa

epopéia de rasgar a Transbrasiliana no mundo primitivo da selva amazônica.

Com a expansão harmônica do País e o aproveitamento de poderosas energias latentes, com o transplante, para os remotos rincões do interior, da civilização que floresce à costa do Atlântico, há-de vir, querendo Deus, um tempo de abundância e de genuína fraternidade que permita indistintamente a todos os brasileiros a fruição dos bens da cultura e do progresso.

Rio de Janeiro, D.F., em 15 de março de 1960

JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

PARTE PRIMEIRA
SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

CAPITULO I

POLITICA INTERNA

Os quatro anos de ordem e tranqüilidade que o País tem usufruído, sob plenas garantias constitucionais, evidenciam o êxito dos esforços empreendidos pelo Governo para consolidar o regime democrático.

Pela nenhuma ressonância encontrada no seio do Povo, os próprios acontecimentos que assinalaram os derradeiros meses de 1959 — o episódio de Aragarças e tentativas de agitação social — vieram patentear que nos encontramos sob o definitivo domínio da legalidade. Essas manifestações de forças negativas encontraram franca repulsa por parte da consciência nacional e não chegaram a perturbar o ritmo de normalidade na vida do País.

O perfeito amadurecimento do nosso sistema constitucional, como temos lembrado em Mensagens anteriores, está a reclamar a revisão de alguns dispositivos da Carta Magna, elaborada em conjuntura política substancialmente distinta da atual, quando o Brasil renascia para a vida democrática, em meio a profundas transformações ocasionadas pela segunda Grande Guerra mundial. A reforma sanaria falhas que o diploma legislativo de 1946 revelou nos quatorze anos de sua vigência. A êsse importante problema não estêve alheio o Governo: uma comissão de juristas, a seu pedido, projetou uma reforma prudente, consubstanciada em proposições que buscavam satisfazer aos reclamos do País. Circunstâncias de vária ordem não permitiram o seu encaminhamento. Tais estudos, bem como os debates do Legislativo e as contribuições dos meios jurídicos, indicando os principais pontos a ser revistos, auxiliarão a tarefa do Congresso, quando se deliberar, de futuro, o exame do assunto.

Salientem-se, entre os fatos mais relevantes do ano que findou, a investidura dos Governadores eleitos a 3 de outubro de 1958 e a realização de pleitos municipais em vários Estados.

As autoridades federais mantiveram a mais escrupulosa isenção no desenvolvimento do processo eleitoral, conservando-se equidistantes dos grupos em luta. Por outro lado, nenhuma deficiência se verificou no apoio à Justiça Eleitoral ou na cooperação com os órgãos responsáveis, direta ou indiretamente, pela lisura do pleito.

Esmerou-se o Governo da União em dispensar a tôdas as administrações estaduais idêntico tratamento, assegurando-lhes a assistência indispensável à solução dos problemas de âmbito regional ou estadual.

Intensas atividades pré-eleitorais vieram assinalar o ano de 1959. Mobilizaram-se os Partidos para o prélio que se avizinha, e eminentes brasileiros foram por eles indicados à Nação como candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.

O interesse dos Partidos e, máxime, do Governo, é que a campanha eleitoral se desenvolva em ambiente de ordem e de respeito recíproco, tendo em mira a conquista dos sufrágios do corpo de votantes, através da exposição de programas e do livre debate de idéias.

O Governo reitera o firme propósito de não permitir que a luta sucessória transborde do seu campo específico, ultrapassando os limites que a índole do regime lhe impõe, nem consentir em que se exerça qualquer espécie de pressão sobre o eleitorado. A fim de atingir êsse designio, espera que a seus esforços sejam somados os dos dirigentes políticos, em todo o País. Com boa-vontade e tolerância, muitos tropeços serão vencidos, suprindo-se deficiências ainda apontadas no processo eleitoral e na organização partidária. A fôlha individual de votação e a cédula única nas eleições majoritárias — experimentadas com pleno êxito a 3 de outubro de 1958 — vieram melhor assegurar a autenticidade do voto e dos votantes e contribuir para que, em alguns pontos, se nivelassem os gastos dos candidatos e dos Partidos.

Outras medidas se impõem, e o Executivo não estêve desatento a essa necessidade de tornar o mecanismo eleitoral um instrumento

mais eficaz da democratização do Poder, não só consolidando-lhe a estrutura, como escoimando-o de resquícios oligárquicos e subtraindo-o ao domínio econômico. Estudos a que mandou proceder, pelos órgãos competentes, constituirão precioso adminículo ao esforço legislativo para aperfeiçoar, no País, a vida política e a convivência democrática. Entretanto, à véspera do pleito, já configurado o quadro sucessório e inscritos alguns candidatos, seria de manifesta inconveniência pedirmos ao Congresso dispositivos que viessem alterar a mecânica do processo eleitoral.

Funcionamento do Sistema Constitucional

No exercício passado, nenhum incidente perturbou a harmonia e a independência dos Poderes Constitucionais, cujas atribuições foram exercidas em toda a plenitude.

O Congresso, mediante a aprovação de importantes projetos de lei que lhe enviamos e de outros de sua própria iniciativa, facultou-nos a execução de vários empreendimentos exigidos pelo progresso nacional e pelo bem-estar coletivo.

Ao Judiciário dispensou o Poder Executivo todo o acatamento, de modo a facilitar-lhe o alto encargo de vigiar a aplicação das leis e harmonizar os interesses da coletividade com os direitos dos cidadãos.

Em 1959, enviaram-se ao Legislativo 150 mensagens, acompanhadas dos respectivos anteprojetos de lei, dos quais 14 lograram aprovação.

Dentre as leis promulgadas, distinguem-se a que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); a que concede abono provisório aos servidores civis e militares; a que dispõe sobre o reajustamento automático das aposentadorias e pensões ao nível médio do salário de contribuição dos segurados ativos dos Institutos e Caixa; a que autorizou o Poder Executivo a abrir crédito especial de 3 bilhões e 750 milhões de cruzeiros para atender a despesas com obras de emergência na região assolada pela seca.

Cumprе mencionar que ainda se encontram em debate na Câmara e no Senado projetos cuja transformação em lei se torna imprescindível ao desenvolvimento dos planos governamentais.

O Executivo sancionou 204 projetos aprovados pelo Congresso. Os vetos alcançaram apenas 13, sendo 9 totais e 4 parciais. Dos totais foram mantidos 7, rejeitado 1, enquanto outro permanece pendente de julgamento. Todos os parciais se mantiveram. Vê-se, pois, que o Executivo exerceu com prudência a prerrogativa do veto, limitando-se a evitar disposições que pudessem destoar do sistema legal vigente e a preservar as diretrizes do Governo em relação a determinados problemas.

Como resultado dessa cooperação, que, longe de quebrá-la, revigora a independência essencial aos Podêres da República, pôde o povo brasileiro desfrutar de amplas liberdades e garantias, entregando-se tranqüilo e confiante à tarefa de construir a grandeza nacional.

Relações com os Estados e Municípios

Ampla e eficaz foi, em 1959, como nos exercícios precedentes, a cooperação entre a União, os Estados e Municípios, sobretudo no tocante a empreendimentos que, pelo seu vulto, ultrapassavam os recursos dos governos locais ou transcendiam o âmbito da competência ou jurisdição destes.

Vários convênios celebraram-se, ainda, com as administrações estaduais e municipais, a fim de lhes assegurar o concurso técnico e financeiro dos órgãos federais na racionalização de serviços e no aprimoramento de atividades administrativas ligadas à educação e à saúde do povo.

Os últimos orçamentos comprovam o vulto crescente dos recursos financeiros canalizados pelo Poder Central para os Estados, seja por meio de verbas para obras determinadas, seja através de dotações globais consignadas aos órgãos administrativos. Essa ajuda técnica e financeira, imposta pelas circunstâncias, equivale, na prática, a uma redistribuição de receitas, que neutraliza as carências regionais e estimula a potencialidade econômica dos Estados. Representa, enfim, um esforço devidamente coordenado e planejado para valorizar as áreas menos desenvolvidas.

Em capítulos próprios, a presente Mensagem dá notícia de iniciativas da Administração Federal que, incrementando o pro-

gresso do País em diferentes setores, ampliou e aperfeiçoou o sistema de relações entre as duas esferas administrativas.

Aos Municípios tem a União dispensado assistência econômica e financeira, em auxílios, empréstimos e obras de âmbito mais amplo que, direta ou indiretamente, contribuem para o desenvolvimento local. Participando da árdua luta que sustentam, em prol da elevação do nível de vida das populações do interior, o Poder Central concorre ativamente para fortalecer esses núcleos, onde se mantêm, genuínas, as forças que nutrem a nacionalidade.

Graças a financiamentos assegurados por instituições oficiais de crédito, muitos Municípios conseguiram instalar serviços de água, esgoto e eletricidade, que vinham sendo adiados indefinidamente, à míngua de recursos financeiros.

Transferência da Capital Federal

É-nos grato reiterar, nesta Mensagem, que, a 21 de abril próximo, a nova Capital estará em condições de receber os três Podêres da República. Oferecerá Brasília, então, os requisitos fundamentais para a atividade normal da máquina administrativa, não só no que se refere à instalação dos serviços públicos, mas ainda no que concerne ao alojamento condigno dos servidores.

Sua edificação se processou em circunstâncias que honram a arte e a técnica nacional, atestam a competência e a dedicação de nosso funcionalismo e patenteiam a admirável tenacidade do operário brasileiro.

Obras Realizadas e em Andamento

Edificação — Além dos edifícios cuja conclusão anunciamos na última Mensagem — o Palácio Residencial do Presidente da República e o Brasília Palace Hotel — a NOVACAP já terminou os seguintes: Supremo Tribunal Federal (10 190 m²); Escola-Parque (6 000 m²); 8 Módulos duplos de lojas e galpões (4 440 m²); Quartel da 6ª Companhia de Guardas (3 215 m²); Granjas-Modelo G-2 (Ipê), G-3 (Torto) e G-4, com 2 710 m² cada uma; Departamento de Assistência Médica (2 255 m²);

Central Telefônica Sul (2 028 m²); dependências do Jardim Zoológico (1 146 m²); Escola-Classe (1 140 m²); Colégio Dom Bosco (1 211 m²); Escritórios do D.E. e D.U.A., (1 000 m²); Hangar do Aeroporto (886 m²); 14 lojas comerciais (560 m²); Museu de Brasília (417 m²); Paranoá Clube (325 m²); Diretoria de Rotas Aéreas (299 m²); aumento da Estação de Passageiros do Aeroporto (250 m²); Correios e Telégrafos (160 m²) e Posto de Puericultura (144 m²).

Acham-se em acabamento e deverão estar concluídos em abril: 11 Edifícios Ministeriais (210 000 m²); Palácio do Planalto (36 000 m²); Congresso Nacional (32 776 m²); Supermercado da Unidade de Vizinhança (2 445 m²).

Em andamento, encontram-se as seguintes obras: com estrutura pronta — anexos dos Ministérios (18 531 m²), anexos do Hotel de Turismo (6 000 m²), 8 Módulos duplos de lojas (1 920 m²). Com alvenaria terminada — Hospital Distrital de Brasília (32 000 m²), anexos do Congresso Nacional (29 000 m²). Em concretagem da estrutura — Departamento de Imprensa Nacional (13 000 m²), Catedral de Brasília (3 000 m²), Cinema da Unidade de Vizinhança (2 000 m²), Observatório Meteorológico (1 000 m²). Nas fundações — Tribunal de Contas (17 640 m²); 3 blocos de apartamentos (12 000 m²); 6 residências ministeriais (3 667 m²); 2 Escolas-Classe (2 280 m²); 2 restaurantes da Unidade de Vizinhança (1 350 m²), Escola Média Compreensiva e Torre de Televisão.

Obras a cargo de autarquias — Diversas autarquias de previdência vêm construindo em Brasília.

O I.A.P.I. tem a seu cargo 24 edifícios residenciais de 6 pavimentos sobre pilotis; 34 de 3 pavimentos e 3 edifícios para sua sede. Nesses blocos, há 4 tipos de apartamento, com área variável de 40 a 150 m². Dêsse conjunto, acham-se prontos para serem habitados, em 21 de abril, 5 edifícios na Superquadra 105, com 180 apartamentos; 9 edifícios na Superquadra dupla 409/410, com 336 apartamentos.

Dos 11 blocos projetados pelo I.A.P.C. com o total de 432 unidades residenciais, já foram concluídos 3 na Quadra 306 e 5 na Quadra 106. Os 3 restantes encontram-se em acabamento, com entrega prevista para antes da transferência da Capital Federal.

A Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, até 15 de abril, terá prontos 11 prédios com 432 apartamentos.

A cooperação do I.A.P.E.T.C. no esforço imobiliário realizado em Brasília foi de 11 edifícios, com 420 unidades residenciais que poderão ser habitados desde já.

Entre as obras já executadas pela Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, incluem-se 222 casas residenciais de dois pavimentos; 28 lojas de 3 pavimentos (loja, sobreloja e residência); 34 lojas comerciais com sobreloja, na Quadra 107; 34, idem, na Quadra 103; e 3 hotéis de dois pavimentos, com um total de 102 pavimentos.

A Fundação da Casa Popular, de 1957 a 1959, construiu 5 residências de um pavimento, e 840 apartamentos, distribuídos por 28 blocos de três pavimentos. Em andamento, mais 6 blocos de 3 pavimentos, com 180 apartamentos de sala e três quartos.

Constrói o I.P.A.S.E., nas Superquadras 206 e 208, 22 blocos de 6 pavimentos, sobre pilotis, com 768 apartamentos de três tipos.

Para entrega em abril, estão previstos 96 apartamentos do tipo C, 144 - B e 48 - A. Programou ainda, para o corrente exercício, a construção de um conjunto residencial com 210 casas, 1 escola primária e 1 jardim de infância.

Urbanização — Foram já construídos e asfaltados, no Setor Sul: Eixo Rodoviário, Ruas Paralelas, Ruas Transversais, Avenida das Nações, Praça dos Três Podêres, Avenidas de acesso aos loteamentos externos ao Lago, Esplanada dos Ministérios, Aeroporto Internacional, 75 viadutos e passagens de nível inferior, e a Plataforma Central no cruzamento dos eixos principais, com 19 000 m².

A NOVACAP colocou à venda, por intermédio de seus escritórios no Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Anápolis, Belo Horizonte e Goiânia, 18 018 lotes em Brasília. Os números expressam a boa aceitação que obtiveram os terrenos e a confiança que o povo brasileiro deposita no progresso da nova metrópole. Daquela total, foram vendidos 13 769, no valor de Cr\$ 4 755 803 660,10, restando, pois, para venda, apenas 4 249 lotes.

Ferrovias — O entrosamento de Brasília com o sistema ferroviário do País estará assegurado com a Brasília-Pirapora, na Estrada de Ferro Central do Brasil e Brasília-Colômbia (SP), na Estrada de Ferro Paulista. Esta última, cruzando a Estrada de Ferro Goiás, em Pires do Rio, articulará a Nova Capital com a Rede Mineira de Viação e a Estrada de Ferro Mogiana. Graças a estes sistemas, Brasília ficará vinculada a todos os pontos do território nacional, através das redes já existentes.

As obras do trecho Brasília-Surubi (86 km) foram atacadas com toda a intensidade.

Em franco desenvolvimento acham-se também as do trecho Pires do Rio-Surubi, que, de par com o Surubi-Brasília, ligará a Nova Capital ao sistema ferroviário nacional, através de uma linha de 240 km. Nesta, os serviços de terraplenagem encontram-se no *grade* 94 km, ou seja, 39 % da extensão.

Ultimaram-se 3 viadutos, em passagens superiores de cruzamento da ferrovia com as rodovias Brasília-Anápolis e Brasília-Belo Horizonte, num total de 144 m. Das 119 obras de arte correntes concluídas, 82 foram executadas em 1959.

A Pirapora-Brasília, cujo término é previsto para segunda etapa, prossegue normalmente, encontrando-se os trabalhos de construção no *grade* 66 km, correspondente a 80 % do trecho atacado. Os serviços de terraplenagem alcançaram um volume de 960 000 m³, e construíram-se 48 obras de arte, das quais 27 em 1959. Ainda no trecho de Pirapora, merece destaque a ponte sobre o rio Tobi, de 50 m de vão, com os pilares e encontros concluídos em dezembro.

De 1957 até 1959, as despesas com os serviços ferroviários a cargo da NOVACAP elevaram-se a Cr\$ 1 271 101 000,00 assim distribuídos: Cr\$ 1 075 428 000,00 na ligação Brasília-Pires do Rio; e Cr\$ 195 673 000,00 no trecho que vai de Pirapora ao rio do Sono.

Rodovias — A partir de dezembro de 1959 Brasília integra-se no sistema rodoviário nacional. A conclusão das linhas Brasília-Anápolis e Brasília-Belo Horizonte veio assegurar as comunicações para qualquer ponto do País. A grande rodovia Belém-Brasília, cobrindo uma extensão de 2 194 km, teve o seu término antecipado para fevereiro deste ano.

Por concluir, acha-se apenas a ponte sobre o rio Tocantins, nas divisas dos Estados de Goiás e Maranhão, cuja travessia ainda está sendo feita por meio de balsas. Esta ponte, monumental obra de engenharia, que mede 532,7 m de comprimento e 10 de largura, apresenta um arco central de 132,5 m, cuja altura permite livre tráfego às embarcações que navegam o Tocantins.

A rodovia Brasília-São Paulo está quase toda pavimentada, com exceção de apenas 15% de seu leito, e já permite o tráfego normal, mesmo na estação chuvosa.

Ainda em 1959, executou-se o trecho Brasília-Luziânia, totalmente pavimentado, setor da rodovia-tronco Brasília-Belo Horizonte, cuja construção esteve a cargo da NOVACAP.

Em ritmo intenso prossegue a ligação Nordeste-Brasília, e a rodovia Acre-Brasília completar-se-á com a construção de 1 200 km, entre Rio Branco e Cuiabá.

Energia — No abastecimento de energia elétrica, venceram-se as seguintes etapas: construção da Barragem Paranoá, possibilitando um aproveitamento de 30 000 H.P., com todo o material indispensável já adquirido; término da primeira etapa da Usina de Cachoeira Dourada com a instalação de duas unidades de 18 500 H.P. e início da segunda etapa — elevação da Barragem — que proporcionará um potencial de 135 000 H.P.; acabamento da linha de transmissão de 180 km que liga Goiânia a Brasília; construção e montagem da subestação abaixadora principal, ponto de convergência para os circuitos de 220 000 volt, provenientes da Usina de Cachoeira Dourada.

Junto a essa subestação abaixadora serão instalados grupos termoeletrônicos auxiliares, com capacidade de 13 500 kW.

Para a distribuição de energia elétrica na Asa Sul e no Eixo Monumental, já se executaram serviços que correspondem a 60% da rede subterrânea, com 250 km lineares de ductos; a 70% das subestações de 33 000/13 200 volt; a 50% das redes aéreas de 33 kV, inclusive linha de transmissão para a Estação Elevatória do Sistema de Abastecimento de Água; e 50% da parte de construção civil das Subestações dos Edifícios Públicos. Concluiu-se a construção e a montagem de 3 usinas termoeletrônicas, de emergência, com a capacidade total de 2 400 kW, e a das redes aéreas provisórias, para abastecimento dos diversos canteiros de obra.

Telecomunicações — A 1º de janeiro último já se encontravam em operação as seguintes rêsdes: *serviço telefônico local*, com uma central automática de 200 linhas, servindo a 500 telefones, através da rêsde aérea provisória de 100 km de extensão; *serviço telefônico interurbano*, com um canal bilateral de radiotelefonia ligando Brasília ao Rio de Janeiro; *serviço telegráfico*, atendido por dois canais de rádio Brasília-Rio, com equipamento de manipulação automática Creed e teletipos.

Trabalhos intensos se desenvolvem para ultimar, no serviço local, a instalação da Central Telefônica-Sul, com a capacidade, no início, de 5 mil linhas, e mais 6 postos satélites que perfazem 800 linhas. Essa estação, servida por contadores de chamada, equipamentos de contrôle, testes eletrônicos e informações automáticas, é das mais bem aparelhadas do mundo. A entrega da primeira etapa da rêsde subterrânea de ductos, compreendendo a Asa Sul e o Eixo Monumental, possibilitará a instalação de, aproximadamente, 15 000 telefones. Serão estendidas linhas aéreas automáticas às cidades satélites de Brasília, Sobradinho e Taguatinga, permitindo funcionar, pela primeira vez no País, um serviço telefônico rural automático.

Quanto ao serviço interurbano, promove-se a ligação Brasília-Rio de Janeiro, via-rádio (ondas curtas), pelo sistema *independent-side-band*, com 12 canais. Esse equipamento será utilizado para ligações diretas com Recife, Salvador e Pôrto Alegre, assim se instale o radioenlace em microondas.

Radioenlace em microondas — Em 15 de abril, ficará estabelecido o radioenlace em microondas Brasília-Uberlândia-Uberaba-Belo Horizonte-Rio de Janeiro, que proporcionará 132 ligações simultâneas. Nessa rêsde, cuja implantação se faz em prazo recorde, já se encontram prontos, desde janeiro, os postos de Belo Horizonte a Brasília e os trechos Belo Horizonte-Rio de Janeiro.

Águas e esgotos — Também neste setor se ultimaram obras de vulto, entre as quais a conclusão da Barragem do Torto, primeira etapa para o abastecimento do Plano Pilôto, e a construção da Usina de Recalque e da Linha Adutora, com extensão de 9 km e diâmetro de 1 m.

Ao lado do reservatório R1, ergue-se a Estação de Tratamento, cuja parte de construção civil (filtros e decantadores) foi iniciada e ultimada em 1959. No mesmo prazo construíram-se os Reservatórios R1 e R2, com igual capacidade: 30 milhões de litros.

Na Zona Sul, concluíram-se 115 km de uma rede de água potável que terá 140 km. Igualmente, ultimou-se o serviço de captação e distribuição por gravidade ao bairro D. Bosco. Ainda no Setor Sul, para o escoamento das águas pluviais, Brasília dispõe de uma rede de 100 km de galerias.

Quanto a esgotos sanitários, dos 51 km previstos para a primeira etapa, 38 km já se instalaram em vários distritos; em abril estará funcionando uma estação depuradora.

Educação e Ensino — Desde o início da construção da Nova Capital empenhou-se o Governo em instalar escolas primárias para os filhos de funcionários e operários que ali trabalham. Atualmente, confiados a um corpo de professores, existem, para esse fim, 12 escolas primárias e 2 Jardins de Infância. Registre-se, ainda, que a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes mantém 192 cursos em Brasília.

Quanto ao ensino particular, é ministrado em 8 escolas primárias, com 1 996 alunos, e em 2 ginásios, com 708. Promoveu-se a criação de instituições culturais, tais como 2 bibliotecas públicas, 1 curso de línguas estrangeiras, 1 escola de artes plásticas e 1 grupo teatral infantil. Em dezembro de 1959, foi instituída a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília, com o fim de superintender o ensino primário e o de grau médio da Nova Capital.

Como primeira etapa no setor do Ensino Profissional, já funciona no distrito operário de Taguatinga uma Escola de Aprendizagem Industrial, com capacidade para 250 alunos em regime de semi-internato.

Cada grupo de 4 superquadras, na Nova Capital, disporá de um Centro de Educação Elementar destinado à população infantil, com 4 Jardins de Infância para 800 crianças, 4 Escolas-Classe para 1 920 alunos e 1 Escola-Parque complemento das Escolas-Classe, onde, em horário suplementar, se praticarão diariamente atividades esportivas, sociais e culturais.

Para jovens de 11 a 18 anos haverá, em Brasília, Centros de Educação Média, cuja capacidade de 2 200 alunos corresponde à proporção de 1 estabelecimento a cada núcleo de 45 000 habitantes. Estes Centros funcionarão em regime de tempo integral.

A formação e aperfeiçoamento de professores primários far-se-ão através de um Centro do Magistério, que, como unidade escolar tipicamente profissional, compreenderá também cursos especializados. Cada Unidade de Vizinhança será dotada de um Centro de Recreação e Atividades Sociais e Culturais, para crianças, adolescentes e adultos.

Terá Brasília, em abril, dois jardins de infância, uma Escola-Parque, 4 Escolas-Classe, um centro de educação média e um centro cultural e de recreação.

Tôdas as providências foram tomadas no sentido de se proporcionarem matrículas às crianças e adolescentes, bem como condições satisfatórias para o estudo e aproveitamento escolar.

Assistência Social e Médica — No planejamento da rede hospitalar de Brasília, tiveram-se em mira os seguintes objetivos: propiciar a tôda a população um serviço médico de alto nível; localizar os hospitais de tal modo que cada habitante possa ser atendido no Hospital Distrital a que pertence a sua Unidade de Vizinhança. Para tanto, contará Brasília com um Hospital de Base, Hospitais Distritais, Hospitais Rurais e Unidades Satélites.

Na data da transferência, estará funcionando na Superquadra nº 101, no centro urbano, o primeiro Hospital Distrital, com ambulatório, socorro urgente, centro cirúrgico, Unidade de Saúde, serviço de diagnóstico e tratamento, enfermarias com 306 leitos, numa área total de 32 000 m².

Vem o Departamento de Saúde Pública da NOVACAP realizando a vacinação em massa dos moradores de Brasília e cidades satélites contra doenças infecto-contagiosas. Por outro lado, o Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Serviço Nacional da Lepra e o Serviço Nacional de Tuberculose já iniciaram as suas atividades, exercendo a fiscalização médica domiciliar. De grande benefício tem sido, igualmente, a assistência médica, cirúrgica e odontológica que o Hospital do I.A.P.I. põe ao alcance não só de seus associados, mas também dos funcionários da NOVACAP, dos servidores em geral e particulares.

Abastecimento — O abastecimento de Brasília não oferece problema, graças a providências diretas da NOVACAP e à sua política de estímulo aos empreendimentos privados.

No tocante à avicultura, construiu-se uma colônia-modélo para 75 mil aves, a fim de suprir as deficiências da iniciativa particular e prestar assistência técnica aos criadores, fornecendo-lhes plantéis de alta linhagem.

O consumo de produtos da pequena lavoura vem sendo regularmente atendido pela Cooperativa Agrícola Mista, há mais de dois anos.

Para racional distribuição dos produtos, está-se construindo um centro de abastecimento, com a área de 1 400 000 m² e três supermercados distritais.

Além de um estábulo-pilôto, possuirá Brasília uma usina de pasteurização, apta a beneficiar 30 mil litros de leite diários.

Acha-se em construção um armazém frigorífico, com capacidade de estocagem para abastecer de carne bovina um núcleo de 300 mil habitantes durante três meses.

Instalação de Órgãos Federais — Aceleraram-se, em 1959, as atividades do Grupo de Trabalho incumbido de realizar a transferência da administração federal para Brasília, com o equacionamento dos principais problemas atinentes à fase preliminar da mudança. Assim, foram fixados os quantitativos correspondentes ao 1.º grupo de servidores do Poder Executivo, que deverão ter exercício na Nova Capital a 21 de abril de 1960, no total de 1 185 funcionários, cuja relação nominal está praticamente ultimada.

Constrói-se, também, um Parque de Material, com área útil de 1 290 m², destinado ao controle e armazenagem de materiais de expediente e de consumo.

Já se ultimaram estudos para que se estabeleçam comunicações, por via aérea, duas vezes por semana, entre o Rio de Janeiro e Brasília, para o transporte, em malas especiais, da correspondência burocrática.

Próximo ao bloco ministerial vão ser instalados dois restaurantes para servidores em geral, com capacidade para 400 refeições de cada vez.

O Grupo de Trabalho de Brasília incumbir-se-á do transporte gratuito dos servidores civis e militares, bem como de suas respectivas bagagens.

Alojamento de funcionários — Os imóveis construídos em Brasília, pelos Institutos de Previdência, para alojamento de pessoal, serão arrendados à União, que os destinará aos servidores, mediante aluguel módico, a ser complementado pelos cofres públicos, com os recursos para esse fim consignados no Orçamento.

Já se encontram disponíveis 3 212 unidades residenciais, assim discriminadas: 840 apartamentos de 1 quarto e 1 sala (38,9 m²) a Cr\$ 3 000,00 mensais; 540 apartamentos de 2 quartos e 1 sala (74 m²) a Cr\$ 5 000,00; 180 apartamentos de 2 quartos e 1 sala (81 m²) a Cr\$ 5 500,00; 768 apartamentos de 3 quartos e 1 sala (110 m²) a Cr\$ 7 500,00; 384 apartamentos de 3 quartos e 1 sala (118 m²) a Cr\$ 8 000,00; 200 apartamentos de 3 quartos e 1 sala (Caixa Econômica) a Cr\$ 8 000,00; 180 apartamentos de 3 quartos e 1 sala (125 m²) a Cr\$ 10 000,00 e 120 apartamentos de 4 quartos e 1 sala (197 m²) a Cr\$ 15 000,00.

Aos que ocupam cargos de confiança e cuja permanência na Nova Capital pode ter caráter transitório, facultar-se-ão residências mobiliadas de 1, 2 e 3 quartos, por preço módico. Também se promoveu a aquisição de mobiliário indispensável ao funcionamento dos diversos Ministérios, evitando-se o transporte anti-econômico do material em uso e não adequado às novas instalações.

CAPÍTULO II

POLÍTICA ADMINISTRATIVA

Preparação orçamentária

Na elaboração da proposta orçamentária para 1959, o Executivo houve-se com a prudência costumeira, estimando a receita em bases realísticas e procurando ajustar os pesados encargos do Poder Público aos recursos de que legalmente dispõe. Na Parte Terceira desta Mensagem é examinada, com minúcia, a execução do orçamento.

Planos de Aplicação de Dotações Globais

Exerceu o Departamento Administrativo do Serviço Público o controle dos planos de aplicação de dotações globais, nos termos do Decreto n.º 45 363, de janeiro de 1959.

Atendendo ao preceito que subordina à aprovação presidencial o emprêgo de verbas globais superiores a 5 milhões de cruzeiros, foram encaminhados à Presidência da República, durante o ano, 289 planos de aplicação, totalizando aproximadamente 16.5 bilhões de cruzeiros. Houve, assim, em confronto com o exercício de 1958, um aumento de 106 planos que correspondem a perto de 2 bilhões.

Os estudos referentes aos quantitativos de pessoal permitiram ao Governo baixar normas para admissões no serviço público federal. Outrossim, pôde-se determinar mais exatamente o montante das despesas com o pessoal tabelado, pago por créditos globais, inclusive os servidores equiparados ao pessoal extranumerário da União.

Supressão de cargos e funções

Não se interrompeu, em 1959, o persistente esforço desenvolvido nos exercícios anteriores para reduzir as despesas de pessoal ao mínimo exigido pelas necessidades da administração.

Já no início do ano, a 21 de janeiro, o Governo, pelo Decreto n.º 45 367, suprimia 4 539 funções nas tabelas de extranumerários-mensalistas dos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República, com uma economia de Cr\$ 290,9 milhões. Naquele total figuram 1 288 funções das tabelas do Departamento dos Correios e Telégrafos, em cujos quadros se extinguíram, ainda, 14 834 cargos.

Foi êste, por certo, o ato de maior repercussão, em 1959, no setor da política de pessoal.

No provimento de cargos, verificou-se a mesma diligência em conter, ao máximo possível, os gastos dessa natureza: em 6 650 vagas apenas foram preenchidas 4 420. Como nos anos precedentes, o número de servidores que deixaram o serviço público ultra-

passou, em 1959, o do provimento dos vários quadros de pessoal da administração direta.

Na administração indireta, abrangendo as entidades autárquicas, as admissões de pessoal se processaram com estrita observância do sistema de controle instituído no início do Governo e reforçado pelo Decreto n.º 47 021, de outubro de 1959.

Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal

Quanto à seleção de pessoal para o serviço público, o D.A.S.P., em 1959, realizou 45 concursos e provas.

As atividades concernentes ao aperfeiçoamento dos servidores muito se beneficiaram com a criação, pelo atual Governo, da Escola de Serviço Público, em cujos cursos se inscreveram 5 200 alunos. Com vistas a elevar a eficiência no ensino, realizaram-se pesquisas em setores fundamentais, como organização e métodos, administração de pessoal e orçamento.

Aplicação de Normas

Vários atos foram baixados a fim de orientar a aplicação das normas relacionadas com o pessoal, como as que se referem à concessão de gratificações previstas no artigo 145, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ao afastamento para viagens, missão ou estudo no estrangeiro, à obrigatoriedade de utilização, nos órgãos federais, de viaturas de fabrico nacional e ao enquadramento dos servidores da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

Obras e Edifícios Públicos

Foram examinados e aprovados, durante o último exercício, 353 projetos de obras, no valor aproximado de 1 bilhão de cruzeiros. Ultimou-se o projeto do edifício-sede do D.A.S.P., em Brasília, e, na Cidade Universitária, deu-se prosseguimento às obras dos edifícios destinados à Faculdade Nacional de Arquitetura, à Escola Nacional de Engenharia, ao Hospital das Clínicas, à ponte Oswaldo Cruz e ao alojamento para estudantes.

Organização e Métodos

Entre os projetos de reforma de órgãos administrativos transformados em decretos executivos, destacam-se: regimento e regulamento do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (S.A.M.D.U.) e da Escola Nacional de Saúde Pública; reorganização do Serviço de Alimentação da Previdência Social; regimento do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; da Comissão Executiva de Armazéns e Silos; da Penitenciária Professor Lemos Brito e dos Cursos do Departamento de Saúde Pública.

Cooperação Brasileiro-Americana — Ponto IV

Intensificou-se a cooperação brasileiro-americana através do Ponto IV, tendo o Governo instituído, pelo Decreto nº 45 660, de março de 1959, o Escritório Técnico de Representação Brasileira, para coordenar as atividades dos diversos setores em que se desdobra a ajuda técnico-administrativa. As contribuições brasileiras somaram 950 milhões de cruzeiros, e as norte-americanas 8 milhões e 700 mil dólares. Desta última cifra, cerca de 2 milhões e 500 mil dólares se destinaram ao programa de erradicação da malária.

O Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos coordenou a execução de 55 projetos, relativos ao fomento à avicultura, à lavoura de cacau, à agropecuária em Brasília, e ao programa extensionista e de crédito supervisionado.

Em vários níveis educacionais, como o do ensino elementar, formação de geólogos e engenharia aeronáutica e naval, revelou-se igualmente profícua a colaboração do Ponto IV; merecem relêvo, outrossim, no campo do ensino especializado, as iniciativas tomadas para proporcionar assistência técnica ao setor rural.

CAPÍTULO III

POLÍTICA EXTERIOR

Em face dos problemas suscitados pelo desenvolvimento econômico e pela concorrência internacional, nossa política externa vem

mantendo um caráter empreendedor e dinâmico, atualizando os seus métodos e ampliando a sua latitude de ação. Sem nos afastarmos da nossa tradicional linha de conduta — pugnar pela igualdade jurídica dos povos, pela convivência amistosa dos Estados, pelo direito de autodeterminação das Nações e pela solução pacífica dos conflitos internacionais — ocupamo-nos, cada vez mais, de objetivos que exigem análise atenta e compreensão crítica da realidade internacional, por parte de nossa diplomacia.

Sensíveis a essa realidade, procuramos incentivar a Operação Pan-Americana, que, tendo como fim essencial a erradicação do subdesenvolvimento, representa o esforço conjugado de 21 nações deste Continente para dar substância econômica ao Pan-Americanismo, já consolidado no que concerne à defesa dos ideais políticos e jurídicos do Continente.

Por esse modo, procura o Brasil, a par das demais nações americanas, promover o desenvolvimento harmônico e equilibrado dos povos do Hemisfério, batendo-se, no campo econômico, por ações imediatas, que venham permitir a elevação do padrão de vida na América Latina e, conseqüentemente, concorrer para o fortalecimento político do mundo ocidental.

No decorrer de 1959, aproveitando a melhoria verificada nas relações internacionais, a política exterior brasileira, sem procurar fórmulas utópicas ou demagógicas, soube enquadrar suas atividades na clave do realismo político, obedecendo às imposições da nossa economia e aos anseios universais de paz e segurança. Desdobrando-se em múltiplas iniciativas em tal setor, o Governo fez-se representar em tôdas as reuniões internacionais em que as conveniências do País justificavam sua presença; importou capital e assistência técnica necessários à aceleração do processo de crescimento econômico; intensificou o comércio exterior; ampliou mercados; estabeleceu novos contatos; negociou acordos bilaterais e multilaterais suscetíveis de dar novo conteúdo ao pan-americanismo e ao sistema de alianças do Ocidente; e, por fim, promoveu a vinda, ao Brasil, de eminentes personalidades, proporcionando-lhes visão geral do nosso progresso e trato mais íntimo com o nosso desenvolvimento. As visitas que recebemos tiveram extraordinária repercussão nas relações culturais, econômicas, políticas e sociais

entre o Brasil e os países que nos deram esse testemunho de amizade.

A crescente correlação dos fenômenos de política interna e externa está a recomendar modificações estruturais, que permitam ao Ministério das Relações Exteriores, não só uma ação mais eficaz, fora do País, como também um melhor entrosamento com os outros órgãos da administração. Neste sentido, foi encaminhado, ao Legislativo, projeto de lei que, aprovado, facultará a esta última os meios para a almejada reforma.

Atuação nas Nações Unidas

Revestiu-se de excepcional importância a XIV Sessão Geral das Nações Unidas.

Viu o Brasil, com desvanecimento e júbilo, consagrarem-se naquela Assembléia os princípios básicos da Operação Pan-Americana. Insistiram os nossos representantes em que, paralelamente a medidas desarmamentistas, a valorização do ser humano e a dignificação de seu trabalho constituem condição fundamental para que se possam realizar, no mundo moderno, os princípios enunciados na Carta das Nações Unidas.

Apoiando a resolução concernente ao desarmamento, aprovada por unanimidade, a Delegação brasileira ampliou sua análise a aspectos mais profundos do problema da paz. Afirmou que não bastava a supressão de armamentos; cumpria dar aos homens dos países subdesenvolvidos condições de vida que lhes permitissem usufruir os benefícios da civilização industrial moderna.

Ativamente empenhada em tôdas as tarefas da Assembléia, nossa Delegação portou-se com alto senso de responsabilidade, confirmando o conceito que desfrutamos no seio da Organização das Nações Unidas.

Questões do Sudoeste Africano

A Comissão de Bons Ofícios da O.N.U., da qual são membros o Brasil, os Estados Unidos da América e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, continuou a estudar atentamente as questões do Sudoeste Africano.

Infelizmente, ainda não se alcançaram resultados concretos, mas o Brasil continua a envidar esforços para que se resolvam as dificuldades existentes, à luz dos princípios inscritos na Carta das Nações Unidas e do acatamento aos direitos dos aborígenes.

Ainda uma vez, o Brasil, por seu Delegado na O.N.U., pronunciou-se veementemente contra o *Apartheid* sul-africano, em apêlo à União para dar acolhimento aos reclamos que lhe chegam de tôdas as partes do mundo.

Territórios Não-Autônomos

O Brasil tem prestigiado tôdas as medidas conducentes ao progresso econômico, social e político dos territórios não-autônomos e, na 4ª Comissão da XIV Assembléia-Geral das Nações Unidas, manifestou o desejo de que se estude ampla e pormenorizadamente o informe sôbre o desenvolvimento dos mesmos.

Lembrou o representante do Brasil que, segundo norma estabelecida na Carta das Nações Unidas, os interesses dos habitantes daqueles territórios hão-de prevalecer sôbre quaisquer outros e que às potências administradoras corre o *dever sagrado* de lhes promover o bem-estar. Assim, impõe-se o estudo minucioso do informe, a fim de aquilatar-se o grau de desenvolvimento dos referidos territórios e averiguar-se o melhor modo de cumprir as determinações do Capítulo XI da Carta das Nações. No que concerne especialmente ao setor educacional, manifestou nossas preocupações a propósito da segregação racial nas escolas públicas de vários territórios não-autônomos, sobretudo os da África. Fêz, por fim, um apêlo para que se estimulem as formas de convivência multirracial, dando aplicação efetiva aos preceitos da Carta das Nações Unidas que proclamam solenemente o respeito à dignidade humana e às liberdades individuais, sem distinção de raça, religião, idioma ou sexo.

Participação na U. N. E. F.

Em 1959, continuamos a participar da Fôrça Expedicionária das Nações Unidas que atua na Faixa de Gaza, conforme decisão tomada em 1956 pela I Assembléia Especial daquela entidade.

O Batalhão Suez, por nós enviado, mantém-se à altura das tradições das nossas Forças Armadas. De acordo com as comunicações da Embaixada do Brasil no Cairo, as autoridades e a imprensa locais têm louvado, sem discrepância, a disciplina, a eficiência e a cordialidade do nosso pessoal.

Com o auxílio da Marinha de Guerra brasileira, navios-transporte vêm efetuando regularmente a substituição dessa tropa.

Relações com os Países Afro-Asiáticos

Com o propósito de abrir novas perspectivas ao comércio do Brasil e intensificar relações políticas e culturais, resolveu-se não só estabelecer, em base de reciprocidade, Missões Diplomáticas em Rabat, Túnis, Amman, Colombo, Saigon, Kuala-Lampur, Bangkok, Manila e Seul e entrar em negociações para a troca de Missões Diplomáticas com o Governo de Gana e do Cambódia, mas ainda convidar a virem ao Brasil o Sr. Sukarno, presidente da Indonésia, Sra. Golda Meir, Ministra das Relações Exteriores de Israel, Sr. Nobosuke Kishi, Primeiro Ministro do Japão, Sr. Eric H. Louw, Ministro das Relações Exteriores da União Sul-Africana, Sr. A. O. Adeyi, Ministro da Indústria e Comércio da Nigéria, Sr. Nobohiko Ushiba, Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores do Japão, e do Sr. Lin Yutang, escritor.

Para verificar, *in loco*, as possibilidades de trocas comerciais, diretas e regulares, entre o nosso mercado e os do Irã, Tailândia, Indonésia, Singapura, Federação Malaia, Filipinas e Hong-Kong, enviamos, a esses países, a Missão Especial ao Sudoeste da Ásia.

Relações com os Países da Europa

Continua o Governo a desenvolver esforços para estreitar os vínculos culturais e econômicos que nos prendem às nações da Europa, havendo-se empenhado a nossa diplomacia diligentemente em estabelecer contatos e explorar novas áreas de expansão.

No campo econômico, deu-se importante passo com o envio de uma Delegação comercial a Moscou, onde foi celebrado um ajuste de comércio que deverá entrar em vigor após sua aprovação

pelas autoridades brasileiras. No capítulo das Relações Econômicas com o Exterior se encontrarão informações a êsse respeito.

Com referência às relações luso-brasileiras, acentuamos que se acha em bom termo a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta, firmado em 1953. No momento, as comissões permanentes, encarregadas da aplicação do Tratado nos dois países, apressam-se para participar da Reunião da Comissão Mista, que irá elaborar os estudos finais da mencionada regulamentação.

Folgamos em assinalar que não ocorreram, no último ano, incidentes de maior gravidade entre Portugal e a Índia. Mas não nos é dado anunciar sensível progresso nas diligências para solucionar pacificamente essa delicada questão. A Embaixada do Brasil em Nova Delhi tem procurado — através de visitas periódicas de seus funcionários a Bombaim, principal centro goês do Subcontinente — assegurar a conveniente assistência consular aos nacionais do Estado da Índia Portuguesa. Assim, junto ao Governo Indiano, vem a nossa representação cuidando, desveladamente, dos interesses do Estado Português.

Transmitiu-nos a Missão Caieiro da Mata um honroso convite, do Presidente da República Portuguesa, para, na qualidade de anfitrião e em companhia de S. Exa., recebermos as delegações dos países que participarão das comemorações em homenagem ao Infante Dom Henrique. Obtido o assentimento do Congresso para ausentar-nos do País, dirigimo-nos ao Chefe do Estado Português agradecendo a distinção e a ela aquiescendo.

Destacadas figuras da Europa Ocidental vieram ao Brasil em 1959: Sua Alteza Real, o Príncipe dos Países Baixos; Suas Altezas Reais, a Duquesa de Kent e a Princesa Alexandra de Kent; Sr. André Malraux, Ministro de Estado para os Assuntos Culturais da França; Sr. Antoine Pinay, Ministro das Finanças e Negócios Econômicos da França; Sr. Arne Skaug, Ministro do Comércio da Noruega; Sr. H. N. Brain, Subsecretário de Estado das Relações Exteriores da Grã-Bretanha; Sr. Svetozar Vukmanovic Tempo, ex-Vice-presidente da República da Iugoslávia; Prof. G. N. Kay, da Comissão de Energia Atômica na Grã-Bretanha; Abade Pierre, conferencista.

Política do Continente

A efervescência política verificada na América Central e no Caribe, no ano de 1959, exigiu especial atenção do Brasil, que, seguindo as suas diretrizes pacifistas, desenvolveu intensa atividade pela manutenção da paz. O Panamá, a Nicarágua e a República Dominicana recorreram ao Conselho da O.E.A., cada um, a seu turno, invocando o Tratado do Rio de Janeiro, diante de invasões de seus territórios por grupos revolucionários. Finalmente o Haiti levou ao conhecimento do Conselho suas preocupações pela grave tensão internacional na área do Caribe. Agindo como Órgão de Consulta, o Conselho criou comissões para averiguar os fatos que haviam levado os Governos a apelar para a Organização. O representante brasileiro foi membro de duas dessas comissões e presidiu à que investigou os acontecimentos no Panamá.

Tivemos a satisfação de acolher, no ano findo, Missões de relêvo e figuras de projeção no cenário continental: Sr. Fidel Castro, Primeiro Ministro de Cuba; Sr. Inácio Luiz Arcaya, Ministro das Relações Exteriores da Venezuela; Sr. Diogenes Taboada, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina; Sr. Carlos Tobar Zaldumbide, Ministro das Relações Exteriores do Equador; Sr. Julio Cesar Turbay Ayala, Ministro das Relações Exteriores da Colômbia; Sr. Alberto Rafael Constantini, Ministro de Obras Públicas da Argentina; Embaixador Martinez Moreno, Subsecretário das Relações Exteriores de El Salvador; Sr. Robert B. Mayner, Governador do Estado de Nova Jersey; Sr. Germán Quiroga Galdo, Presidente da Câmara dos Deputados da Bolívia; Deputado Jovito Villalba e Membros da Missão Especial Venezuelana; Sr. Euphronio Hinojosa, ex-Ministro da Fazenda da Bolívia; Senador Wayne Morse, dos Estados Unidos; Sr. Fernando Crespo, Prefeito de Montevideu; Embaixador B. Barros Hurtado; Embaixador Ortiz Tirado, Presidente da Comissão de Energia Atômica do México; Sr. Adolfo Berle Junior; Sr. Karl Meyer, do *Post & Times Herald*; Missão Ford.

Visitas de Chefes de Estado

Em dias de janeiro último, coube ao Brasil a satisfação de receber, pela primeira vez, um Chefe de Estado mexicano. Durante a sua estada entre nós, o ilustre visitante, Presidente Adolfo López Mateos, teve oportunidade de conhecer, além do Rio de Janeiro, as cidades de São Paulo e Brasília. Assim, estreitaram-se, ainda mais, os laços de amizade entre o México e o Brasil, com apreciável aproximação política, fruto de conversações de alto nível realizadas ao ensejo dessa honrosa visita. Conseqüências desses diálogos foram a Declaração Conjunta, testemunho de confiança nos altos ideais da Operação Pan-Americana; o Acôrdo Cultural assinado pelos Chanceleres do México e do Brasil, e os estudos para incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países.

Posteriormente, o Presidente Dwight D. Eisenhower trouxe aos brasileiros a mensagem de aprêço e de solidariedade do povo dos Estados Unidos da América.

Essa visita, transcendendo o sentido meramente protocolar e formal, revestiu-se de singular relêvo e representou um novo marco nas relações político-econômicas entre os dois países.

No plano interamericano e mundial, reafirmou-se a posição do Brasil e dos Estados Unidos, que se batem, coesos, não só em defesa dos princípios instituídos pelas Nações Unidas e pela O.E.A., mas também para que se transformem em realidades tangíveis as fórmulas de recíproca assistência econômica preconizada na Operação Pan-Americana.

Na esfera das suas relações bilaterais, Estados Unidos e Brasil ofereceram ao Mundo Livre um exemplo de perfeito e cordial entendimento em assuntos de interesse comum.

Convênios com o Paraguai

A cooperação com a República do Paraguai se tem revigorado nos últimos anos, quer no campo econômico, quer no cultural e técnico-militar.

Dando cumprimento aos atos internacionais firmados no início deste Governo pelos dois países, inaugurou-se a rodovia, construída pela Comissão Mista brasileiro-paraguaia, que une a cidade de

Coronel Oviedo ao Porto Presidente Ströessner, onde o Governo do Brasil está ultimando a construção da ponte que completará a ligação entre Assunção e portos do litoral brasileiro.

Em novembro de 1959, após a Reunião Plenária das Comissões Mistas Permanentes Brasil-Paraguai, realizada em Assunção, foram trocadas Notas entre os dois Governos, reafirmando os propósitos e princípios que inspiraram a elaboração do Convênio de Comércio Fronteiriço. Com isto, alcançou-se o verdadeiro sentido daquele instrumento, que é incrementar o intercâmbio comercial Brasil-Paraguai, como complemento natural dos objetivos do Tratado Geral de Comércio e de Investimentos.

Prosseguiu a construção do edifício destinado ao Colégio Experimental Paraguai-Brasil, na medida dos recursos facultados ao Ministério. No decurso deste ano, imprimir-se-á impulso mais vigoroso à obra.

Incidente México-Guatemala

O incidente diplomático entre o México e a Guatemala, a 23 de janeiro de 1959, em consequência da alegada presença de navios pesqueiros mexicanos em águas guatemaltecas, exigiu atenção especial do Ministério das Relações Exteriores.

A pedido daqueles países, o Brasil assumiu a proteção dos interesses mexicanos na Guatemala e dos guatemaltecos no México. Passou o Itamarati, então, a desenvolver diligentes esforços para que as duas nações irmãs procurassem uma fórmula capaz de dirimir os desentendimentos que as separavam.

Tais esforços, apoiados por idêntica iniciativa do Chile, conduziram à promulgação simultânea, pelos Governos mexicano e guatemalteco, da declaração de reatamento das relações diplomáticas. Nesta foi salientado que a solução encontrada era fruto «do amistoso contato levado a cabo pelos Governos do Brasil e do Chile».

Reunião de Chanceleres

Os acontecimentos do Caribe levaram os Governos do Brasil, do Chile, dos Estados Unidos e do Peru a encaminhar ao Con-

Conselho a convocatória de uma reunião de Consulta, com base nos artigos 39 e 40 da Carta da O.E.A.

As resoluções da IV Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores ocorrida em Santiago, de 12 a 18 de agosto de 1959, acentuaram o valor da norma democrática, como base das instituições políticas do Continente, e o da estrita observância do princípio de não-intervenção, como um dos fundamentos da paz no Hemisfério. Reafirmou-se, outrossim, a necessidade da defesa dos direitos humanos e de seu pleno acatamento, bem como se assinalou a relação entre o subdesenvolvimento econômico e a instabilidade política do Continente, cujas causas estão sendo objeto de um estudo, em profundidade, pela Comissão Interamericana da Paz. Recomendou-se, ainda, a gradativa redução dos gastos militares excessivos.

Conta-se, também, entre os atos emanados da Reunião, a Declaração de Santiago, que renova a afirmação dos princípios e dos ideais democráticos, preconizando a independência dos poderes, a fiscalização jurisdicional dos atos dos Governos, a defesa dos direitos humanos, a liberdade de informação, em geral, e a de imprensa e radiodifusão, em especial; condena o uso sistemático da proscrição política e a perpetuação no exercício do poder; e recomenda, por fim, a cooperação para erradicar-se o subdesenvolvimento econômico entre os povos da América.

Os representantes do Brasil atuaram eficazmente na Conferência, diligenciando conciliar as divergências dos países irmãos, dentro das linhas mestras da tradição da nossa política exterior: respeito aos preceitos jurídicos, defesa do princípio de não-intervenção, cooperação interamericana, com vistas a solucionar os problemas comuns aos países do Hemisfério.

Conselho Interamericano de Jurisconsultos

Realizou-se, em Santiago do Chile, de 24 de agosto a 9 de setembro de 1959, a IV reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos.

Entre outras, foram aprovadas resoluções que determinam o encaminhamento, à XI Conferência Interamericana, dos seguin-

tes documentos : Projeto de Protocolo Adicional às Convenções sobre Asilo Diplomático; Projeto de Convenção sobre Extradicação; Normas sobre reservas a tratados multilaterais e Projeto de Convenção sobre Direitos Humanos.

Conselho Interamericano Cultural

O Conselho Interamericano Cultural, na III Reunião, ocorrida em Porto Rico, de 22 de novembro a 2 de dezembro de 1959, reconheceu, por iniciativa da Delegação brasileira, que o subdesenvolvimento econômico é também problema de cultura. Em sua Resolução n.º 47, ficou assentado o exame da concessão de ajuda econômica especial a instituições culturais públicas e privadas. Estende-se, pois, a Operação Pan-Americana a esse outro campo, segundo sugeriu o Chanceler brasileiro em discurso pronunciado em Buenos Aires, por ocasião da assinatura do Acôrdo Cultural com a Argentina.

Também por iniciativa da nossa Delegação, recomendou-se o ensino das quatro línguas continentais no curso secundário e, através de entendimentos bilaterais, o estímulo ao intercâmbio entre as nações do Continente na esfera das ciências, das letras e das artes.

Tal proposta encontrou acolhida unânime da parte dos demais países americanos, e a escolha de Brasília, para sede da IV Reunião do Conselho Interamericano Cultural, traduziu a amplitude da simpatia com que foi recebida.

Intercâmbio Cultural com o Exterior

No capítulo reservado aos assuntos culturais — parte quinta desta Mensagem —, dá-se ampla notícia das atividades do Itamarati no Exterior, em prol da difusão de nossas artes e letras e do aperfeiçoamento de professores e estudantes brasileiros, em universidades estrangeiras.

Representantes de Entidades Internacionais

Estiveram em nosso País, em 1959, ilustres membros de organizações de caráter internacional : Sr. Dag Hammarskjöld,

Secretário-Geral da O.N.U.; Embaixador José Mora, Secretário-Geral da O.E.A.; Embaixador Fernando Garcia Oldini, Presidente do G.A.T.T.; Embaixador Ibrahim Fabri, Subsecretário dos Negócios Estrangeiros da R.A.U.; Sr. A. Lindt, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados; Sr. E. Wyndham White, Secretário Executivo do G.A.T.T. e Lady Baden Powell.

PARTE SEGUNDA
SEGURANÇA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

CAPITULO I

SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR

Segurança Nacional

O Conselho de Segurança Nacional, de que participam obrigatoriamente os Ministros de Estado e os Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas, sob a direção do Presidente da República, dedicou-se, no ano que findou, ao exame de relevantes problemas que de perto interessam à segurança do território pátrio, à consolidação das instituições democráticas, ao bem-estar do povo brasileiro e, finalmente, à preservação dos valores morais e espirituais que modelaram a nacionalidade.

No mundo contemporâneo, cada vez mais se vão ampliando as matérias que se inscrevem no âmbito da Segurança Nacional. Assim, tem cabido àquele Órgão estudar não só assuntos internos de vária natureza, desde os concernentes à segurança interna até os relacionados com o desenvolvimento econômico do País, mas também complexas questões ligadas à ação do Brasil na esfera internacional.

Para que o Conselho lograsse desincumbir-se de tão amplas e complexas tarefas, foi reestruturada sua Secretaria, organizando-se o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, a Junta Coordenadora de Informações, o Grupo de Estudos e Planejamentos e seus órgãos complementares, as Seções de Segurança Nacional dos Ministérios civis, cujos trabalhos já têm fornecido elementos para fundamentar as decisões do Governo e a orientação de sua política, no setor da Segurança Nacional.

Estado-Maior das Forças Armadas

Dentro dos preceitos que regulam a sua função unificadora e coordenadora, no que respeita às finalidades comuns das Forças-

Armadas, o E.M.F.A., pelas suas Comissões Permanentes, devotou-se, em 1959, a importantes estudos técnicos.

Entre as tarefas cumpridas, merecem destaque os levantamentos aerofotogramétricos e hidrográficos, a sistematização de rações-de-reserva para as Forças Armadas e a análise das condições do parque industrial brasileiro à luz das necessidades militares.

A Escola Superior de Guerra, em sua missão de debater os grandes temas sociais e econômicos brasileiros, preparou e diplomou novas turmas de alunos civis e militares que ali estagiaram, entre os quais se encontram personalidades de projeção na vida política e cultural do País.

CAPÍTULO II

ATIVIDADES DAS FORÇAS ARMADAS

Exército

Manteve-se o Exército patrioticamente adstrito a seus encargos específicos, sempre em colaboração com os demais Órgãos do Governo, e deu cabal cumprimento aos planos estabelecidos para o ano de 1959.

Além disto, entrou a rever a sua estrutura, a fim de adaptá-la às exigências da técnica moderna e, ao mesmo tempo, ajustá-la às limitações impostas pelas Leis de Fixação de Efetivos e de Meios.

Malgrado o esforço despendido, não foi possível solucionar vários problemas. Alguns deles agravaram-se, mesmo, como os atinentes à conservação ou ao desgaste de material, aquela exigindo cuidados especiais e despesas de vulto, e este, substituições não menos onerosas.

Dentro das possibilidades orçamentárias, cuidou o Exército do seu aprimoramento técnico-profissional e diligenciou modernizar as suas instalações, ampliar a indústria bélica e cooperar na construção de obras públicas.

Por outro lado, expandiu-se e apurou-se o ensino profissional nos vários escalões, bem assim o ensino de grau médio e superior, como se verá no capítulo relativo à educação.

Reaparelhamento

O Plano de Compras permitiu que as aquisições de máquinas, aparelhos e material para diversos fins fossem feitas segundo o critério de prioridade estabelecido. Assim é que se instalaram novos equipamentos nas estações da Rede-Rádio-Principal e nas Redes-Rádio-Regionais, elevando-se seu número para 200. Concluíram-se as estações receptoras de Porto Alegre e São Paulo e as centrais-rádio de São Paulo e Belém. Aham-se em construção: as receptoras do Distrito Federal e Recife; as transmissoras de Porto Alegre, Manaus, Belém, Recife, Fortaleza, Campo Grande e Curitiba; e as centrais-rádio de Recife, Fortaleza e Campo Grande.

Quanto à renovação das fábricas, registrem-se o reaparelhamento geral na do Realengo, de significação no quadro da indústria de material bélico, como produtora de munição de infantaria e organizadora dos tiros de artilharia, e a aquisição de novas máquinas para o fabrico de granadas de artilharia, na do Andaraí. Em menor escala, foram contempladas pelo Plano de Reaparelhamento as Fábricas de Itajubá, Curitiba, Piquête e o Arsenal de Guerra do Rio.

O reequipamento das fábricas e arsenais do Exército tem permitido, de modo progressivo, a expansão da indústria de variado material bélico, de utilização no Exército e na indústria civil. De modo geral, os programas de trabalho estão sendo cumpridos dentro do calendário previsto.

Prosseguiu-se na construção das oficinas, no embasamento de maquinaria e em outras obras do Arsenal de Guerra de São Paulo.

Na Rede elétrica Piquête-Itajubá, ultimou-se a instalação da nova unidade de 1 000 H.P.

Obras Militares

Os serviços, em curso, corresponderam ao programa de investimentos para o ano de 1959, dentro do Plano Geral de Obras, cujo prazo de execução se estende por mais de um exercício.

Com a maior intensidade foi atacada a construção das vilas militares em todo o território nacional. Concluíram-se 99 residências para oficiais e 92 para sargentos, achando-se em andamento outras 139 das primeiras e 232 das segundas.

Das obras que ora se realizam, merecem referência, pelo vulto, as dos Colégios Militares do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Curitiba; do Arsenal de Guerra e da Fábrica de Material de Comunicações, em Barueri; do Quartel do 6. Grupo de Artilharia de Costa, em Itaipu; da Escola Preparatória de Campinas, das 4ª e 7ª Companhias de Fronteiras, no Amazonas; do Campo Barão de São Borja, em Saicã; do Parque de Motomecanização, em Santa Maria; do 27º Batalhão de Caçadores, em Manaus; e, finalmente, a do Quartel do Batalhão de Guardas, em Brasília.

Coube, ainda, ao Exército, estudar e fixar, ao longo da rodovia Belém-Brasília, os locais onde deverão ser instalados postos militares.

Obras e Serviços Cíveis

Através da Diretoria de Vias e Transportes, e em cooperação com o Ministério da Viação e Obras Públicas, o Exército deu impulso ao plano de construção de ferrovias, rodovias, açudes e canais de irrigação, conforme se verá na parte desta Mensagem reservada aos Transportes e Comunicações.

Zonas de Fronteira

Estudos e reconhecimentos efetuados na Amazônia, além de contatos mantidos com órgãos e entidades cíveis e militares, permitiram criar, naquela região, as Colônias Militares de Fronteira.

Com a cooperação desses órgãos e entidades — em particular a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia —, proceder-se-á à transformação dos atuais Pelotões e Companhias de Fronteira em Colônias Militares. Modificadas estruturalmente e dispendo de melhores instalações, breve se hão de tornar centros de subsistência para a população local, sem prejuízo de sua missão de segurança. A elas caberá a tarefa de nacionalizar as fronteiras do País, especialmente as que se não assinalem por obstáculos naturais, criando núcleos humanos nos trechos que se defrontam com prósperas localidades de país vizinho, e onde haja vias de acesso ao nosso território. Cumpre-lhes, finalmente, pro-

toger o capital e o trabalho nacionais, em regiões fronteiriças, nas quais a exploração de minas e as atividades agropecuárias estejam em mãos de nacionais do país limítrofe.

Acham-se em fase de transformação as Companhias de Clevelândia e Tabatinga e os Pelotões de Ipiranga, Japurá, Cucuí, Estirão do Equador e Forte do Príncipe da Beira.

Instrução e Aperfeiçoamento Técnico da Tropa

Funcionaram com eficiência as escolas e cursos que objetivam a formação e aperfeiçoamento dos quadros e da tropa. Foi satisfatório o resultado obtido na instrução.

A inexistência de campos apropriados, impedindo manobras de maior vulto e até exercícios de tiros de artilharia, não permitiu maior índice de aproveitamento.

Não obstante as dificuldades materiais e a insuficiência de verbas, a tropa recebeu a instrução indispensável ao cumprimento de sua missão interna.

Atividades Agropecuárias

Ressalte-se o desenvolvimento das granjas militares, cuja produção cresce dia-a-dia.

Promoveu-se ativamente o plantio de espécies forrageiras e o trato de culturas diversas, nas coudelarias, tendentes a torná-las auto-suficientes no que diz respeito à subsistência do pessoal e forrageamento de animais. Continua, nas terras de propriedade do Exército, o reflorestamento de áreas predeterminadas, com espécies frutíferas e de madeira de lei.

Procedeu-se ainda à aquisição de reprodutores puros das principais raças cavалares para renovação dos plantéis, com vistas à obtenção do tipo adequado à utilização militar.

Marinha

A renovação e conserva do material flutuante, o prosseguimento da construção das Bases Navais e das novas Escolas, a me-

lhoria do preparo técnico e do adestramento do pessoal centralizaram as atenções do Ministério da Marinha, no decorrer de 1959. Com firmeza e tenacidade, a nossa Armada retoma, assim, a sua posição no Continente e se prepara para as importantes tarefas que lhe cabem na defesa do solo pátrio e na proteção do tráfego marítimo.

Reaparelhamento

Continuam no ritmo previsto as obras de modernização do navio-aeródromo ligeiro *Minas Gerais*, que, ainda este ano, estará singrando águas brasileiras. Com a utilização dessa poderosa unidade, fica a Esquadra dispondo de uma das mais modernas e eficientes armas para a defesa de nossas vias marítimas.

Os E. U. A. cederam ao Brasil, por empréstimo, em decorrência dos tratados de defesa do Continente, quatro contratorpedeiros, reativados sem ônus para o erário nacional. Foram já recebidos o CT *Pará* e o CT *Paraíba*.

Com o emprêgo dessas unidades, ficará a Flotilha de Contratorpedeiros mais bem aparelhada para as suas tarefas.

Incorporados à Diretoria de Hidrografia, apresentaram ponderáveis folhas de serviço, em levantamentos na sua especialidade, o *Argus*, o *Orion* e o *Taurus*. A rápida construção desses pequenos navios hidrográficos, pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, é fato digno de nota, levados em conta os seus equipamentos e características.

Houve, na elaboração do projeto, o desígnio de utilizar, ao máximo, o material de procedência nacional, sendo esta a primeira vez que se empregam chapas e perfilados de aço da Companhia Siderúrgica Nacional em unidades navais de certa importância.

Não se interrompeu o esforço para recuperar os navios antigos e adaptá-los às exigências atuais. Equipamentos obsoletos foram sendo progressivamente substituídos, graças à aplicação do Programa de Assistência Mútua, decorrente de acôrdos diplomáticos para a defesa continental.

A criação do Instituto de Pesquisas, pelo Decreto nº 46 426, de julho de 1959, veio permitir à Marinha promover, realizar e incentivar as pesquisas científicas e tecnológicas no campo das

ciências físicas e setores correlatos, tendo em mira obter e padronizar materiais, equipamentos, técnicas e sistemas para uso naval, atentas as condições peculiares do País.

Desenvolvimento da Indústria de Material Bélico

No que respeita à produção de material bélico, procurou a Marinha aproveitar ao máximo a indústria nacional, incentivando-a a produzir material de uso náutico e auxiliando-a na solução dos problemas que exigem máquinas e operários altamente especializados.

As fábricas de Artilharia e de Torpedos auxiliaram os outros órgãos da Marinha e da indústria civil na confecção de peças diversas, mantendo assim o nível de adiestramento dos operários e o bom ritmo do funcionamento das máquinas.

Obras Militares

As realizações programadas para 1959 e constantes do Plano de Obras obedeceram às disponibilidades orçamentárias. Dentre elas, sobressaem a dragagem do canal de acesso ao dique de Val-de-Cães, em Belém, a melhoria do equipamento e a modernização daquela Base.

O extraordinário esforço, desenvolvido pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na execução integral do Programa de Reparos dos Navios, permitiu manter-se a Esquadra em satisfatório grau de prontidão operativa e de mobilidade para o adiestramento do pessoal do mar.

Hidrografia

Onze cartas hidrográficas foram elaboradas em 1959, havendo-se executado levantamentos suficientes para dez outras, e trabalhos de campo necessários para mais duas.

Realizaram-se várias sondagens: em Angra dos Reis, para construir um pôrto de atracação da FERROSTAL DO BRASIL S. A., junto à Enseada da Ribeira; na Baía de Todos os Santos, para construção de um pier da PETROBRÁS nas proximidades do terminal de

Madre de Deus; e, em colaboração com o Departamento de Portos, Rios e Canais, no Espírito Santo, para delimitação do baixio do Tagano, preliminar aos estudos de dragagem do canal de acesso ao porto de Vitória.

Serviços de Transporte

A Fôrça de Transporte, além de exercícios em conjunto com a Esquadra, operou isoladamente a serviço da Marinha e de outros Ministérios, como na condução de destacamentos do Exército para o Contingente Internacional da O.N.U., em Suez. Efetuou, também, transporte de carga comercial, em auxílio à Marinha Mercante no escoamento de gêneros alimentícios.

Instrução e Aperfeiçoamento Técnico do Pessoal

O programa de exercícios foi integralmente cumprido, quer no adestramento das guarnições em fainas normais e de emergência, quer na instrução dos alunos da Escola Naval, do Colégio Naval, do Centro de Instrução dos Oficiais da Reserva e do Centro de Adestramento *Almirante Marques de Leão*. Especial atenção foi dada aos exercícios de tática anti-submarina, entre os quais os da Operação *Marte*, em cooperação com unidades da Esquadra Norte-Americana.

Durante o ano, organizaram-se quatro Fôrças-Tarefas e dezoito Grupos-Tarefas que totalizaram 869 dias de mar e 160 078 milhas.

O *Custódio de Mello*, navio-transporte adaptado para navio-escola, concluiu a tradicional viagem com os guardas-marinhas, a fim de aprimorarem os conhecimentos técnico-profissionais e completarem sua instrução e educação militar básica.

Aeronáutica

Ao pôr em execução o seu Plano de Desenvolvimento, a Fôrça Aérea Brasileira pôde, no correr do exercício, não só desempenhar cabalmente as tarefas de rotina, mas também ampliá-las, expandindo serviços e diligenciando o complemento dos seus quadros de oficiais subalternos.

Reaparelhamento

A preparação técnica e profissional de oficiais e inferiores, bem como o ensino médio e superior foram objeto de especiais cuidados, havendo-se desenvolvido proveitosa atividade nas Escolas e Cursos a esse fim destinados, segundo se vê na parte reservada aos assuntos da Educação.

Ao mesmo passo, proveu-se às necessidades do reaparelhamento, com a incorporação, ao acervo da F.A.B., de 14 aviões P-15 (P2V5), do Plano de Auxílio Mútuo; 6 aviões SA-16; 8 aviões nacionais L-6 *Neiva* e 4 helicópteros H-13. À essas unidades juntaram-se, ainda, um protótipo do avião W-41 da OMA-REAL; um planador *Neiva-B*; um planador *Periquito II* e um helicóptero *Beija-Flor*, fabricados no Brasil.

Registre-se, por fim, a conversão dos antigos *Catalinas* anfíbios, de patrulha, em aviões de transporte, para o serviço, na Amazônia, do Correio Aéreo Nacional, que continua a prestar ao País relevantes serviços.

Adestramento

Puseram-se em prática várias medidas destinadas a atualizar as diretrizes para instrução do pessoal de vôo e de terra. Assim, utilizaram-se pelo modo mais adequado as Unidades Aéreas, as Bases, os respectivos destacamentos, aprimoraram-se os conhecimentos profissionais dos oficiais e praças, a formação de equipagens e a instrução de vôo por instrumento.

O treinamento para as Operações Aéreas se fez através das manobras habituais, e de outras em conjunto com o Exército e com a Marinha. Atendeu, ainda, a F.A.B., com presteza e eficiência, a missões de vários tipos, a pedido das demais Forças Armadas.

No que concerne às atividades da aviação civil desportiva, registrou esta sensíveis progressos, tendo-se formado 334 novos pilotos, instrutores e especialistas de diversas categorias. Dotações substanciais foram concedidas para a formação de pilotos privados, instrutores de pilotagem elementar, mecânicos de manutenção, pilotos de planador, pára-quedistas, aeromodelistas, bem como para atender à recuperação e revisão das frotas dos Aero-

clubes. A estes começaram a ser distribuídos, pelo Ministério da Aeronáutica, 50 aeronaves do tipo CAP-56.

Produção de Material Bélico

Não tem o Governo descurado de incrementar essa indústria, no setor aeronáutico. Já produzimos certos tipos de engenhos e preparamo-nos para fabricar outros. Nesse campo, a nossa principal carência não está nas atividades ligadas à produção — pois o parque industrial civil se acha apto a supri-la —, mas nas concernentes à elaboração de projetos. Cumpre, assim, estimular a formação de técnicos e de cientistas, como acentuamos em outra parte desta Mensagem.

Indústria Aeronáutica Civil

O Ministério da Aeronáutica vem fomentando, por todos os meios, a indústria civil, quanto à fabricação de aviões, equipamentos, acessórios e peças sobressalentes. Foram encomendadas à Sociedade Construtora Neiva Ltda., em Botucatu, Estado de São Paulo, 50 aviões tipo *Paulistinha*, cujo fabrico já se encontra grandemente avançado. Produzem-se também no País, para a F.A.B., equipamentos de comunicações e peças para aeronaves, pára-quadras, colêtes salva-vidas, pneumáticos e baterias, para citarmos os artigos de maior importância.

Indústria Aeronáutica Militar

Em 1959, a atividade da indústria aeronáutica militar consistiu essencialmente na reparação e revisão de aviões, motores e equipamentos, trabalho que exigiu fabricação, em grande escala, de peças e conjuntos, nos Parques de Aeronáutica dos Afonsos, São Paulo, Lagoa Santa, Recife e Belém.

Dos 100 aviões S-11, 50 S-12 e 50 a jato, previstos no contrato com a Fokker Indústria Aeronáutica S. A., que se utilizava da fábrica pertencente ao Ministério da Aeronáutica, foram entregues apenas 99 do tipo S-11. Em consequência de inadimplementos contratuais por parte dessa Empresa, rescindiu-se o contrato, e

o Ministério chamou a si o encargo, retomando a fabricação dos 50 aviões S-12.

Prosseguiu o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento do Centro Técnico de Aeronáutica, mediante o estudo e aprimoramento de protótipos, prestando seu apoio tecnológico à indústria privada, no setor de materiais e equipamentos de aviação. No mesmo Instituto têm sido executados projetos contratados e próprios. Dentre os últimos se destacam: o helicóptero *Beija-Flor I*, cujo protótipo voou com êxito em fevereiro de 1959; o transmissor *Minipot*, em que se reduziu de 350 kg para 8 kg o peso desse importante equipamento; o projeto Espalhamento, para ligações diretas em microondas, entre Rio e São Paulo, sem uso de repetidores; e o pulso-jato já em utilização no combate à geada nos cafezais de Maringá, Estado do Paraná.

Obras Militares e Civis

Quanto às construções e instalações em geral, continuou o Ministério a dar andamento às obras, a manter e reparar as existentes, a melhorar e ampliar as hospitalares, bem como a construir vilas residenciais para militares e funcionários civis nas diversas zonas aéreas.

O crescente desenvolvimento dos tipos de aeronaves estava a exigir, a par de outras importantes medidas, a construção de pistas de características técnicas em condições de atender, com segurança, às necessidades dos grandes aviões modernos. Apesar das limitações orçamentárias, não sofreram solução de continuidade os trabalhos de adaptação e aparelhamento de vários aeroportos do País, entre os quais os de Pôrto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Belém, capacitando-os para receber, entre outros, os modernos *Boeing 707*, *DC-8*, *Comet IV*.

Foram concluídas, em 1959, as obras programadas nos Aeroportos de Fortaleza, Santos Dumont e Londrina, além das relativas às Bases Aéreas de Salvador, Galeão e Santa Cruz, devendo-se incluir neste grupo, entre outras, as da Guarnição e do Parque de Aeronáutica dos Afonsos, e do Depósito Central de Intendência.

A premente necessidade de se transferir a Escola de Aeronáutica dos Afonsos determinou a aceleração das obras de Pirassunun-

ga, local para ela escolhido e onde, em 1960, deverá funcionar o 3º Ano do Curso de Formação de Oficiais Aviadores dêsse Estabelecimento de Ensino. Tal medida contribuirá para o descongestionamento da área de tráfego aéreo no Rio de Janeiro e dará oportunidade ao normal cumprimento do programa de Instrução de Voo, cuja execução está hoje prejudicada em vista das condições meteorológicas locais.

Acham-se em curso a adaptação e o equipamento da Base Aérea do Galeão e dos Postos do C.A.N., para permitir a operação de aviões de maior porte, e, em particular, dos *Douglas C-54*, que deverão ser recebidos pela F.A.B. em 1960.

Foram iniciadas e concluídas, em 1959, as obras dos Aeroportos de Manaus, Aracaju, Santos Dumont, São José do Rio Preto, Londrina, Campo Grande, Goiânia, bem como da Base Aérea, da Prefeitura Aeronáutica do Galeão e do Aeródromo de Manginhos.

Finalmente, assinaram-se convênios e celebraram-se ajustes para obras nos Aeroportos de Propriá, Petrolina, Campinas, Goiânia, Presidente Prudente e de construções várias no Hospital de Aeronáutica, em Recife, Base Aérea de Natal, de Porto Alegre, além de outras em Barbacena e Canoas.

CAPÍTULO III

ORDEM PÚBLICA

Foi assegurada a ordem, em todo o território nacional, graças à estreita cooperação mantida pelos órgãos federais e estaduais responsáveis, e bem assim à colaboração das Forças Armadas.

No Distrito Federal, descentralizaram-se as atividades operacionais das Delegacias Especializadas do D.P.S.P., a fim de se obter maior eficácia na repressão do crime e no combate às contravenções.

Ainda não se pôde encontrar solução definitiva para o problema das prisões policiais, embora hajam sido minoradas as dificuldades nesta parte, com a criação do Presídio Policial Fernandes Viana, destinado ao recolhimento temporário dos detentos, enquanto se aguarda o seu destino definitivo. Nesse presídio, dá-se trata-

mento especial ao menor abandonado ou delinqüente, de acôrdo com os preceitos do Código de Menores.

A fim de melhorar a estrutura e o funcionamento da Divisão de Polícia Política e Social, puseram-se em prática várias medidas, entre as quais a de criar uma Seção Especial de Observações e Informações, com o objetivo de prevenir atentados contra o eixo ferroviário da Estrada de Ferro Central do Brasil, onde, em 1959, ocorreram desordens que acarretaram perturbações em atividades essenciais à população.

Terminou-se a elaboração do projeto do Código Penitenciário, e de vários outros, concernentes a setores correlatos.

No mesmo exercício, concluiu-se a remodelação do Sanatório Penal para Tuberculosos da Penitenciária Prof. Lemos Brito, e ultimou-se o reaparelhamento do Presídio do Distrito Federal.

As Colônias Penais sediadas na Ilha Grande dedicaram-se à recuperação de seu vultoso e antiquado acervo, sem omitir as medidas destinadas à melhoria do regime penitenciário, principalmente sob o aspecto social e disciplinar.

A Polícia Militar prestou notáveis serviços no policiamento ostensivo da cidade, e o Corpo de Bombeiros cumpriu com devotamento e eficiência suas tarefas específicas.

Assistência a menores

Dentro das possibilidades orçamentárias, o Governo esforçou-se para ampliar e aparelhar os estabelecimentos de assistência aos menores desvalidos ou desajustados.

O amparo aos primeiros e a recuperação dos últimos representam um encargo que se torna cada vez mais pesado para o Poder Público, em virtude de complexos fatores de ordem econômica, moral e social. Embora ampliadas, de exercício para exercício, as dotações orçamentárias não atendem, ainda, às necessidades mínimas do País.

A formulação de uma nova política assistencial neste setor contribuirá, por certo, para que se alcancem resultados mais satisfatórios. O projeto do novo Código de Menores e da reforma administrativa do Serviço de Assistência a Menores, ambos submetidos

ao Congresso, almejam conseguir essa mudança estrutural, alcançando mais estreita e eficiente cooperação entre os Podêres Públicos e a iniciativa particular. Providência de largo alcance seria a de regulamentar o item III do art. 168 da Constituição Federal, que obriga as empresas industriais, comerciais e agrícolas, de mais de cem empregados, a manter ensino primário gratuito para êstes e seus filhos.

PARTE TERCEIRA
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

>

CAPÍTULO I

ASPECTOS GERAIS

Política Econômica

O anseio pelo desenvolvimento adquiriu, entre nós, a força de um imperativo de sobrevivência, cõscio que está o povo brasileiro de que as próprias liberdades democráticas não poderiam subsistir em meio à estagnação econômica que, dadas as condições peculiares do País, significaria retrocesso e agravaria o pauperismo.

Atendendo à aspiração coletiva por uma vida melhor, este Governo pôs em execução um plano de desenvolvimento, em escala verdadeiramente nacional, com o objetivo de despertar energias latentes e lançar os alicerces de uma nação poderosa, capaz de proporcionar a seus filhos dignas condições de existência.

Cumpria, antes de mais nada, captar, distribuir e aplicar, racionalmente, recursos disponíveis, quer estatais, quer de origem privada, estes, por meios indiretos, numa conjugação de esforços que tendesse ao mais rápido acréscimo da renda real *per capita*.

O desequilíbrio estrutural ainda característico de nosso sistema econômico — insuficiência de transporte e energia, oferta inadequada de bens de subsistência, parca disponibilidade de técnica e mão-de-obra especializada — constituiu sério obstáculo a que pudessemos aproveitar, ao máximo, os fatores de produção existentes, para remover aqueles pontos de estrangulamento, em esforço que exigiria inversões maciças, de lenta maturação e baixa rentabilidade imediata.

Esse avanço, através de empecilhos sem conta, para acelerar nosso progresso, arrancando-nos à condição de povo subdesenvolvi-

do, estava a impor não pequenos sacrifícios. E' que o investimento, fator dinâmico de qualquer economia, depende da formação de poupanças e estas, voluntárias ou não, constituem, por seu turno, um ato de renúncia transitória a certos dispêndios de consumo. Todavia, o Govêrno procurou realizar os investimentos necessários a que se elevasse, cumulativamente, o Produto Real além do incremento demográfico, sem submeter a população a exigências superiores a suas possibilidades.

Tal se conseguiu nestes quatro anos de perseverante e incansável luta. Aumenta o ritmo de nossa produção, em maior escala que o do crescimento demográfico, sem que a taxa de capitalização, em tórno de 15% do Produto Bruto, imponha ao consumo repressão drástica. Esse resultado é tanto mais alentador, quanto se considera que o Govêrno, na luta pela expansão econômica, a par das pressões altistas inerentes a qualquer programa de investimentos básicos, teve de enfrentar contingências adversas, oriundas de causas remotas internas, ou determinadas pela conjuntura, no âmbito externo, umas e outras a gerarem focos inflacionários, de difícil eliminação.

Exemplo típico de uma das dificuldades, de origem remota, que continuaram a refletir-se em nossa economia, é o vulto das despesas públicas necessárias à compra e estocagem do café, por força da oportuna política de remuneração satisfatória ao produtor e de incremento à exportação. Acrescentem-se, a isso, ainda, como fator de elevação geral de custos, as bruscas elevações da taxa de câmbio conseqüentes de dificuldades do Balanço de Pagamentos. Essa circunstância nos atinge de modo acentuado, em face da dependência em que ainda nos encontramos de bens de capital e produtos intermediários oriundos do exterior que, direta ou indiretamente, entram na formação de preço de tóda a nossa atividade produtora.

As poupanças externas, sob a forma de inversões diretas e financiamentos, têm concorrido para atenuar a marcha do processo inflacionário, até certo ponto compensando a queda da receita cambial, proveniente da deterioração nos tórmos de intercâmbio.

Não obtivemos, todavia, de entidades financeiras internacionais, a cooperação, a que podíamos aspirar pela nossa importância no mundo contemporâneo, e que teria grandemente facilitado a tarefa interna da estabilização monetária, a par de contribuir para acelerar o nosso desenvolvimento econômico.

Mas podemos, agora, proclamar que, mesmo assim, o Brasil está galhardamente vencendo tropeços e alcançando, com celeridade, um estágio mais alto de progresso, ao mesmo tempo que amplia a indústria de bens de produção, num passo decisivo para aumentar a margem de autonomia em nosso crescimento econômico.

A ação governamental se tem exercido em realizações básicas, de acôrdo com critérios rigorosamente estabelecidos. Traçou-se um caminho seguro, que vem sendo trilhado com firmeza e, não raro, a passos mais rápidos do que os inicialmente previstos.

Ao término do atual govêrno, graças às obras de infraestrutura do Programa de Metas, efetivamente incorporadas ao patrimônio nacional, o Brasil contará com os requisitos indispensáveis para crescer em bases firmes e harmoniosas.

Os capítulos referentes às atividades setoriais dão conta dos progressos já alcançados bem como das perspectivas abertas ao florescimento de novas iniciativas.

Levantamento de Recursos em Moeda Nacional

Estimam-se em pouco mais de 184 bilhões de cruzeiros as inversões, em moeda nacional, durante o quadriênio, nos empreendimentos do Programa de Metas. Em 1959, os investimentos totalizaram 80,5 bilhões, participando o Poder Público com 67,6, e o empresário privado com 12,9.

A grande maioria das aplicações públicas se efetuou mediante a utilização de Fundos com destinações específicas e a arrecadação de taxas com vinculações constitucionais. Assim, pôde o Govêrno disciplinar o emprêgo de grande parcela das poupanças nacionais, evitando sua pulverização em obras esparsas e de menor importância.

O vulto dos investimentos diretos do empresário privado revela, a seu turno, o êxito da política de incentivos do Governo, voltada para a concentração de esforços e recursos em empreendimentos vitais à economia brasileira.

Quase três quartas partes dos recursos globais, isto é, 137,7 bilhões de cruzeiros, se destinaram aos setores de transportes e energia, cabendo ao primeiro 79,4 bilhões e ao segundo, 58,3.

Em empreendimentos ligados mais diretamente à produção de gêneros alimentícios — armazéns e silos, frigoríficos, matadouros industriais, mecanização da agricultura —, as inversões totalizaram 20,6 bilhões de cruzeiros, enquanto se aplicavam 21,8 bilhões em indústrias de base, setor em que prepondera a iniciativa privada.

O preparo técnico-profissional, com vistas ao desenvolvimento econômico, mereceu igualmente vigoroso apoio, expresso pelo dispêndio de 4 bilhões de cruzeiros.

O quadro seguinte demonstra a distribuição anual de investimentos, por setores, em cifras ainda sujeitas a retificações:

PROGRAMA DE METAS

(bilhões de cruzeiros)

	1956	1957	1958	1959	1956/59
Energia	0,3	13,8	19,2	25,0	58,3
Transporte	10,8	15,7	18,7	34,1	79,3
Alimentação	3,2	3,9	4,5	9,0	20,6
Indústria de base	2,7	3,8	5,8	9,5	21,8
Educação para o desenvolvimento	—	—	1,2	2,9	4,1
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	17,0	37,2	49,4	80,5	184,1

Levantamento de Recursos em Moeda Estrangeira

Previa-se que cerca de 1/3 dos investimentos globais no Programa de Metas deveria corresponder a bens de capital e produtos intermediários de origem externa, cuja obtenção estava restringida pela nossa capacidade de pagamentos internacionais.

A fim de complementar nossos recursos, decidiu-se criar condições propícias ao aumento da entrada de capitais forâneos, quer oficiais, quer particulares, admitindo-se, neste último caso, os capitais de participação, além dos de empréstimo.

Em face da alta concentração de compromissos contraídos anteriormente, teve-se especial cuidado em não virem os novos créditos externos a constituir encargo incompatível com as perspectivas a médio e longo prazo do nosso Balanço de Pagamentos.

Os resultados dessa política podem ser medidos pelos registros da Superintendência da Moeda e do Crédito, relativos a capitais estrangeiros, que, de 111,5 milhões de dólares, em 1955, passaram a 309,1 milhões, em 1956, a 368,7, em 1957, a 479,5, em 1958, e a mais de 345 milhões, nos primeiros dez meses de 1959.

O quadro seguinte demonstra o valor dos capitais estrangeiros (inversões diretas e financiamentos) registrados a partir de 1955:

CAPITAIS ESTRANGEIROS

Valor dos Equipamentos Estrangeiros autorizados a ingressar no País, através de Investidos Diretos e Financiamentos de Projetos Específicos (*)

Equivalência: US\$ 1 000

Setores de Aplicação, segundo o Programa de Metas	1955	1956	1957	1958	1959 (até 31-10-1959)
Total Geral (A + B)	111 514	309 140	368 689	479 491	345 301
A — Total das Metas (I a IV)	93 313	253 738	277 885	451 034	328 025
I — Energia	42 910	25 430	67 883	135 095	117 427
II — Transportes	31 442	82 556	131 418	189 199	17 498
III — Alimentação	1 426	7 736	10 609	5 526	1 273
IV — Indústrias de Base	17 535	138 016	67 975	121 214	191 827
B — Outros Investimentos e Financiamentos Extran-Metas	18 201	55 402	90 804	28 457	17 276

(*) A partir de 1957, deixaram de ser computados os financiamentos relativos à importação de partes complementares para a indústria automobilística (Meta 27) e de implementos destinados à mecanização da agricultura (Meta 17).

Evolução do Produto Nacional

As informações até agora conhecidas permitem afirmar que, em 1959, as atividades econômicas no País continuaram a expandir-se em ritmo satisfatório. Estimativas preliminares revelam que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto Real foi aproximadamente a mesma verificada em 1958, da ordem de 5%. Ainda que se deduza o contingente que, nessas estimativas, corresponde à parte estocada da produção cafeeira, mesmo assim se patenteia a permanência do movimento ascendente da economia nacional, reiniciado com grande vigor após a II Grande Guerra. Temos, pois, que a quantidade total de bens e de serviços *per capita* aumentou em pouco mais de 2% no exercício transato.

O incremento da produção recaiu, de modo mais acentuado, em atividades agrícolas, embora haja ocorrido também nos setores urbanos — onde o crescimento global é estimado em torno de 4%.

Esses resultados positivos, a despeito da persistência de alguns fatos desfavoráveis — tais como o declínio, se bem menos pronunciado, das relações de troca com o exterior, e os efeitos adversos da aceleração do processo inflacionário sobre os investimentos de natureza não especulativa — em grande parte, certamente, advêm da melhoria do rendimento de várias lavouras e da produção industrial, bem como do aumento das exportações, cujo efeito benéfico sobre a capacidade de importar foi ampliado pela entrada de capitais estrangeiros.

Investimentos

Segundo os índices disponíveis até o momento, a taxa de formação de capital, em 1959, foi da mesma ordem de grandeza da que se apurou em 1958. Com efeito, para o total do investimento bruto estima-se uma taxa de 14,4% em relação ao Produto Interno Bruto, contra 14,8% no ano anterior. No que respeita à formação bruta de capital fixo, acredita-se que a taxa de 1959 tenha sido de 12,4%, quase igual, portanto, à de 1958.

Distribuição da Renda Interna por Tipos de Pagamentos

A estimativa preliminar da Renda Interna ao Custo dos Fatores revela, em 1959, um acréscimo nominal, em relação a 1958, de cerca de 42% — que em sua maior parte reflete, sem dúvida, a alta de preços registrada naquele ano; o aumento real devia ter atingido pouco mais de 5%. Ao contrário do sucedido em 1958, as rendas nas atividades agropecuárias cresceram percentualmente mais do que as dos setores urbanos. Assim é que — ainda segundo dados sujeitos a retificação — a taxa de crescimento nominal dos rendimentos distribuídos aos fatores de produção se aproximou de 47% nas atividades primárias, e de 41% nas de caráter secundário e terciário, englobadas as últimas sob a denominação genérica de setores urbanos. Nestes, sobressaiu a elevação, em 44%, do montante total de salários e ordenados. Quanto ao conjunto das rendas da propriedade — lucro, juros e aluguéis —, as indicações disponíveis autorizam se estime um acréscimo de 41%.

Custo de Vida

Os índices de custo de vida registraram, em 1959, aumentos cuja causa é adiante analisada. Quanto à periodicidade dos incrementos mensais, nota-se alguma semelhança com a de 1958: nítida ascensão nos primeiros meses do ano, seguida de elevações menos pronunciadas em maio e junho, ou abril e junho, conforme a região; e novo impulso, no segundo semestre, variando as percentagens de aumento de 3 a 5% mensais, entre agosto e novembro, no Distrito Federal. Os maiores acréscimos da média dos índices mensais, superiores a 30% em relação à de 1958, verificaram-se mais freqüentemente nas capitais dos Estados da região Sul.

Para a intensidade com que se apresentaram, em 1959, as pressões inflacionárias, concorreram diversos fatores, muitos dos quais de natureza não monetária. Dentre estes, destacam-se: o insuficiente crescimento e, nalguns casos, a redução, na colheita de produtos agrícolas essenciais à alimentação; a contração no volume das importações correntes, resultante da escassez de divisas; a alteração substancial no nível das taxas de custo de câm-

bio, determinada pela necessidade de reajustar a remuneração das exportações e de remover distorções setoriais na economia nacional; aumentos salariais, que, em certos ramos de atividade, não foram absorvidos integralmente nas margens usuais de lucros. Assinalem-se, por outro lado, os efeitos do déficit financeiro público e das compras oficiais de café na expansão monetária, que não pôde ser inteiramente evitada.

A amplitude das variações do nível geral dos preços preocupa sèriamente o Govêrno Federal, que vem tomando, com energia, as providências ao seu alcance. Serão empregados todos os meios para reduzir, ao mínimo possível, no ano em curso, os acréscimos do custo de vida.

CAPITULO II

MOEDA E CRÉDITO

Política Monetária e Bancária

Em face das elevações gerais de custos ocorridas em 1959, foram revistos, durante o exercício, os tetos inicialmente fixados para a expansão dos meios de pagamento e do volume global do crédito bancário. O objetivo fundamental dos contrôles a cargo das autoridades monetárias é que a moeda e o crédito desempenhem adequadamente seu importante papel no mecanismo da atividade econômica geral, sem constituírem fatores autônomos de inflação ou deflação. Se, por um lado, não é conveniente permitir-se a expansão do crédito *pari passu* com a elevação geral de preços, pois isso viria perpetuar a inflação, por outro lado circunstâncias há em que uma alta generalizada de custos torna inevitável certo aumento dos níveis de crédito, para que o contrôle monetário não tenha conseqüências deflacionárias.

Para a elevação de preços em 1959 concorreram diversos fatores de natureza não monetária, como se viu no Capítulo anterior.

A análise quantitativa e qualitativa da expansão do crédito em 1959, adiante apreesntada, revela os esforços despendidos pelas

Autoridades Monetárias para exercer os contrôles de sua alçada. O nível total da assistência oficial aos bancos — redescontos e outras operações — reduziu-se, em 1959, e, por outro lado, aumentaram os recursos recolhidos por aqueles estabelecimentos à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito. As operações de crédito agrícola do Banco do Brasil mostraram apreciável expansão; as de crédito comercial tiveram aumento relativamente modesto.

Conquanto tenha sido considerável a expansão dos meios de pagamento e do crédito, ela se realizou em taxa inferior à dos preços em geral.

Evolução da Situação Monetária e Bancária

Os meios de pagamento — papel-moeda e depósitos à vista em bancos — montavam a 507,2 bilhões de cruzeiros em fins de 1959, tendo aumentado, durante o ano, de 154,0 bilhões de cruzeiros, o que representou a taxa de expansão de 43,6%. Nos anos de 1956, 1957 e 1958, essa taxa havia sido de 22,1%, 33,9% e 21,4%, respectivamente.

Esse aumento de moeda disponível para as transações na economia resultou, quer do incremento do papel-moeda pôsto em circulação (33,2 bilhões de cruzeiros) e de sua multiplicação normal pelo sistema bancário, na forma de moeda escritural, quer do forte acréscimo dessa capacidade de multiplicação, em virtude de ter o público, em escala crescente, preferido os depósitos à vista nos bancos, à retenção de papel-moeda.

Enquanto, em 1958, para um acréscimo de 18,5 bilhões de cruzeiros no papel-moeda em poder do público, a moeda escritural aumentou de 43,7 bilhões de cruzeiros — em 1959, a uma expansão de 26,1 bilhões naquela grandeza, correspondeu a de 127,9 bilhões de cruzeiros nos depósitos à vista sacáveis por cheque.

Parte dos efeitos expansionistas sobre a quantidade de moeda — resultantes dessa mudança nas preferências do público — foi amortecida por terem os bancos mantido, de modo geral, uma proporção encaixe/depósitos média em 1959 (22,6%) superior à registrada no ano anterior (21,1%).

O aumento da procura global nos diferentes mercados da economia se tornou possível não apenas em virtude do que se verificou na quantidade de moeda, mas também em decorrência de ter sido o estoque disponível utilizado com mais rapidez. O índice de velocidade de circulação da moeda tendeu a situar-se, em 1959, em níveis mais elevados do que em 1958.

As emissões de papel-moeda resultaram, predominantemente: dos financiamentos do Banco do Brasil ao Tesouro Nacional e outras entidades públicas (33,9 bilhões de cruzeiros); do impacto financeiro das operações oficiais ligadas às transações internacionais (28,9 bilhões de cruzeiros), compreendidas as despesas com a compra de café; e, por fim, do aumento dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado (18,4 bilhões de cruzeiros).

O saldo total dos empréstimos do sistema bancário aumentou em 136,8 bilhões de cruzeiros entre 31/12/1958 e 31/12/1959, dos quais 44,5 bilhões destinados ao setor público e 92,3 bilhões encaminhados ao setor privado, em proporções, respectivamente, de 32,5% e 67,5%. Essa participação do setor público foi um pouco maior do que a registrada no ano anterior (32,0%), mas inferior aos dados de 1957 (44,7%) e 1956 (42,6%).

Da expansão total de empréstimos do sistema bancário ao setor privado, 36,2 bilhões de cruzeiros se destinaram à indústria, 31,9 bilhões ao comércio e 17,8 bilhões à lavoura e pecuária, movimento que, em confronto com a variação total das aplicações, representou, respectivamente, as percentagens de 39,2%, 34,6% e 19,3%, que exprimem, praticamente, a média das taxas verificadas nos dois anos anteriores. Em 1958 a indústria recebeu 44,1% da expansão total dos empréstimos ao setor privado; o comércio, 30,7%; a lavoura e pecuária, 17,2%. No ano de 1957, essas percentagens foram, na mesma ordem, de 38,3%, 32,8% e 21,6%.

O Banco do Brasil participou com 20% da expansão total de crédito bancário ao setor privado, havendo sido de 54% sua contribuição para o aumento verificado nos empréstimos à Lavoura e a Pecuária, percentagem que se apresenta ainda mais expressiva quando consideradas exclusivamente as operações de financiamento direto da produção. O nível dos empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial elevou-se de 30,5% (+ 12,9 bilhões de cruzeiros) em 1959, contra 23,0% em 1958, 28,5% em

1957 e 19,4% em 1956. Na Carteira de Crédito Geral, a expansão foi de 7,4% (+ 5,5 bilhões de cruzeiros) em 1959, contra 28,5% em 1958, 18,8% em 1957 e 13,6% em 1956.

Os empréstimos totais dos demais bancos aumentaram de 84,3 bilhões de cruzeiros em 1959, correspondente à taxa de expansão de 40,1%. Nos últimos três anos, essa taxa havia sido, respectivamente, de 21,4%, 25,4% e 24,7%. Os de estabelecimentos de economia mista aumentaram em 22,9 bilhões de cruzeiros (+ 51,9%), dos quais 1,1 bilhão foi aplicado pelo Banco do Nordeste do Brasil e pelo Banco do Crédito da Amazônia. Os saldos das operações de crédito destas duas unidades bancárias, em novembro de 1959, montavam a 7,4 bilhões de cruzeiros, ou seja, 17,2% sobre o total no fim do ano anterior.

As relações financeiras dos bancos comerciais com as Autoridades Monetárias se caracterizaram por um apreciável afluxo líquido de recursos a estas últimas (28,1 bilhões de cruzeiros). De um lado, houve redução no nível global da assistência financeira prestada aos Bancos Comerciais (3,0 bilhões de cruzeiros) e, de outro, aumento dos depósitos desses estabelecimentos junto às Autoridades (25,1 bilhões de cruzeiros).

Esse afluxo líquido de recursos deveu-se aos seguintes fatores principais: a liquidação, pelos bancos, de débitos junto à Carteira de Redescontos, que haviam atingido um nível excepcionalmente elevado, no ano anterior, em virtude da crise bancária ocorrida no segundo semestre — resgate possibilitado pelo clima geral de tranqüilidade que caracterizou as transações bancárias em 1959; emissões de papel-moeda postas em circulação pelas Autoridades Monetárias através de operações com entidades não bancárias, mas que determinaram aumento dos recursos de caixa dos bancos.

CAPITULO III FINANÇAS PÚBLICAS

A coordenação de medidas destinadas a assegurar recursos para os investimentos essenciais à expansão econômica do País e, simultaneamente, a impedir o agravamento do desequilíbrio financeiro global constituiu a diretriz precípua, no terreno das finanças públicas.

Desequilíbrio Previsto para 1959

Na Proposta Orçamentária para 1959 — praticamente equilibrada — a receita e a despesa situavam-se em torno de Cr\$ 138 bilhões. Posteriormente, no Programa de Estabilização, apresentado em outubro de 1958, reviu-se a previsão da receita e propôs-se reforma dos principais tributos — consumo, sêlo e renda —, tendo em vista não só aperfeiçoar-lhes a estrutura como, ainda, obter recursos para o reajustamento de vencimentos do funcionalismo. Essa reforma tributária proporcionaria um acréscimo de Cr\$ 13 bilhões (cêrca de 10%).

Submetida a Proposta a substanciais alterações no Congresso, transformou-se em lei, com os seguintes quantitativos:

	Cr\$ bilhões
Despesa	156.2
Receita	147.7
Deficit	<u>8.5</u>

Cumprе assinalar que a receita foi prudentemente estimada, mas a despesa total sofreu forte majoração no Legislativo, sem, contudo, expressar o impacto que ainda viria produzir, porquanto as consignações de pessoal e as despesas vinculadas a receitas foram subestimadas em cêrca de Cr\$ 15,2 bilhões. Agravava, ainda, a circunstância de não ter sido incluída no Orçamento a despesa adicional com o reajustamento do funcionalismo civil e militar, cujo projeto tramitou em separado e se aprovou posteriormente.

Durante o ano, viriam a ser autorizados outros créditos adicionais, no montante de Cr\$ 6,9 bilhões. Despesas sem crédito, no montante de Cr\$ 15,8 bilhões, ainda teriam de ser feitas, por seu caráter relevante e urgente. Estão neste último caso os auxílios e subsídios que o Governo concedeu a autarquias industriais e outras emprêsas, para que pudessem cobrir seus deficits de custeio.

Mas havia que considerar, ainda, os encargos provindos de exercícios passados. Créditos adicionais abertos mas não utilizados naqueles exercícios, no montante de Cr\$ 2.8 bilhões, tinham vi-

gência estendida a 1959. Outros compromissos, decorrentes do esforço de contenção anteriormente feito e que levava ao protelamento de certas despesas adiáveis, tiveram de ser liquidados em 1959. Em fins de 1958, os Restos a Pagar e Fundos Especiais montavam, respectivamente, a Cr\$ 25,8 bilhões e Cr\$ 14,7 bilhões.

Assim, o desequilíbrio potencial que ameaçou o exercício de 1959 foi superior a 67 bilhões de cruzeiros.

Medidas de Correção Adotadas

O vulto do desequilíbrio em potencial, consideravelmente superior ao déficit consignado no orçamento, tornou imperiosa a adoção de medidas especiais de controle dos gastos públicos.

Com tal finalidade, o Executivo baixou o Decreto n.º 45 363, de 29-1-59, que estabeleceu normas para a execução orçamentária do exercício de 1959, criando o Fundo de Reserva e o Plano de Economias, bem como o Sistema de Planejamento e Controle da Execução Orçamentária.

O Fundo de Reserva e o Plano de Economias, no montante de Cr\$ 8 bilhões e Cr\$ 27 bilhões, respectivamente, abrangeram dotações orçamentárias dos diversos Ministérios e órgãos subordinados à Presidência da República.

O Sistema de Planejamento e Controle da Execução Orçamentária compreendeu tôdas as fases do processo de execução da despesa no exercício, inclusive distribuição de cotas mensais e quadrimestrais dos recursos disponíveis a serem empregados em dada unidade orçamentária.

Prevaleceram, ainda, no exercício de 1959, as normas dos Decretos n.º 43 716 e 44 606, de 1958, que restringiram a admissão de pessoal, e as da Circular n.º 29, de 1956, da Secretaria da Presidência da República, que disciplina o emprêgo de verbas de Auxílios, Subvenções e outras contribuições, a cargo do Governo Federal, e subordina à prévia aprovação do Presidente da República os projetos e orçamentos de obras, bem assim o início destas e, ainda, fixa critérios para controle de outras verbas.

No que tange à arrecadação da receita pública, cumpre assinalar os esforços para imprimir maior eficiência ao aparelho arrecadador, cabendo também mencionar a reforma tributária pro-

posta pelo Executivo e aprovada pelo Congresso em fins de 1958. As leis atinentes aos impostos de consumo e sêlo, regulamentadas já em 1959, proporcionaram reforço de arrecadação indispensável ao pagamento do abono do funcionalismo.

Durante o exercício, o Fundo de Reserva e o Plano de Economias sofreram modificações, ditadas pela necessidade imperiosa de se realizarem certos dispêndios, havendo montado as liberações a Cr\$ 13,2 bilhões. Medidas adicionais de contenção foram entretanto adotadas, para evitar o agravamento do desequilíbrio, enquanto a arrecadação, por sua vez, superava amplamente as previsões.

Resultados Financeiros de 1959

Despesa

A despesa efetivamente paga, em 1959, totalizou Cr\$ 189,8 bilhões, dos quais Cr\$ 138,0 se destinaram a atender a despesas previstas no Orçamento, mais suplementações e excessos, e Cr\$ 51,8 bilhões se referiram a outros gastos.

A despesa escriturada alcançou Cr\$ 184,2 bilhões, compreendendo a realizada à conta do Orçamento e suplementação (Cr\$ 161,4 bilhões), e os créditos adicionais utilizados, inclusive para simples regularização contábil de despesas pagas em exercícios anteriores (Cr\$ 22,8 bilhões).

Cumpre assinalar que, na execução, a despesa orçamentária de pessoal civil e militar, ativo e inativo, excedeu em Cr\$ 9,9 bilhões a dotação respectiva, havendo atingido Cr\$ 5,3 bilhões o excesso nos itens relativos a despesa vinculada à receita.

A despesa adicional com o pagamento do abono ao funcionalismo montou a Cr\$ 17 bilhões: Cr\$ 11,4 bilhões relativos ao funcionalismo da União e Cr\$ 5,6 bilhões referentes a pessoal de entidades autárquicas e de economia mista.

O esforço total de contenção de gastos alcançou Cr\$ 37,3 bilhões, a saber:

	Cr\$ bilhões
Restos a Pagar e Fundos Especiais transferidos	18,6
Depósitos diversos transferidos	5,2
Créditos orçamentários e adicionais não utilizados ..	13,5
	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>
	37,3

Receita

A receita efetiva da União, em 1959, atingiu Cr\$ 157,8 bilhões, ultrapassando em cerca de 10,1 bilhões a previsão constante do Orçamento, e em Cr\$ 40,0 bilhões (+ 34%) a arrecadação de 1958. Esse apreciável acréscimo sobre 1958 refletiu os resultados da reforma tributária e a influência da elevação geral dos preços.

O imposto de consumo reforçou sua posição de líder, fornecendo mais Cr\$ 7,4 bilhões do que o de renda; a arrecadação total foi de Cr\$ 53,8 bilhões, ou seja, mais Cr\$ 14,3 bilhões (+ 36,2 %) do que em 1958. Para esse resultado contribuiu relevantemente a reforma imprimida à estrutura do tributo que teve, também, o grande mérito de tornar social e economicamente mais racional a sua incidência.

O imposto de renda alcançou Cr\$ 46,4 bilhões, contra Cr\$ 31,9 bilhões em 1958 (+ 45,6 %), graças também à reestruturação do tributo, que veio, inclusive, proporcionar métodos mais eficientes de combate à fraude e à sonegação. Vale ressaltar, a propósito desse imposto, os esforços despendidos na cobrança da dívida ativa, que produziu uma arrecadação de Cr\$ 1,2 bilhão classificada em Rendas Diversas.

Os efeitos da reforma tributária também se fizeram sentir sobre o imposto de selo e afins, que proporcionou Cr\$ 17,9 bilhões em 1959, contra Cr\$ 12,1 bilhões em 1958 (+ 47,9 %), não obstante a eliminação da taxa de educação e saúde e da selagem de certos documentos. Para esse aumento de arrecadação contribuiu, também, apreciavelmente, a elevação do valor nominal das transações em geral.

O imposto de importação e afins produziu Cr\$ 19,1 bilhões, apresentando um acréscimo de Cr\$ 2,8 bilhões (+ 16,9 %) com relação a 1958.

Deficit do Tesouro Nacional

Com as medidas adotadas, o deficit total de caixa do Tesouro Nacional, potencialmente superior a Cr\$ 67 bilhões, restringiu-se a Cr\$ 32,0 bilhões. O deficit escriturado, segundo as normas contábeis vigentes, expressou-se em Cr\$ 26,4 bilhões.

	Cr\$ bilhões		
<i>Deficit de caixa total</i>			32,0
Receita total efetivamente arrecadada			<u>157,8</u>
<i>Despesa efetivamente paga:</i>			
Dotações previstas no Orçamento e excessos	138,0		
<i>Outras despesas:</i>			
Liquidações de Restos a Pagar	8,6		
Entrega de Fundos Especiais constituídos em exercícios anteriores	2,8		
Despesa sem crédito (art. 48)	15,8		
Créditos adicionais, inclusive para o Abono ..	22,0		
Empréstimos a Estados e Municípios	0,1		
Entregas à conta de Depósitos de Entidades Pú- blicas efetuados em exercício anterior ...	2,5	<u>51,8</u>	<u>189,8</u>
<i>Deficit Escriturado</i>			26,4
<i>Deficit de caixa total</i>			<u>32,0</u>
<i>Mais: Despesas escrituradas, mas não pagas:</i>			
Despesas inscritas no exercício como Restos a Pagar		15,3	
Fundos Especiais constituídos no exer- cício, mas não entregues		3,3	
Regularização de despesas pagas em exer- cícios anteriores		0,4	
Depósitos de Entidades Públicas não utilizados		3,1	
Outras despesas		<u>2,1</u>	<u>24,2</u>
<i>Menos: Despesas pagas, mas não escrituradas:</i>			
Liquidação de Restos a Pagar	8,6		
Entrega de Fundos Especiais constituídos em exercícios anteriores	2,8		
Despesas sem crédito (art. 48)	15,8		
Empréstimos a Estados e Municípios	0,1		
Entregas à conta de Depósitos de Enti- dades Públicas efetuados em exercício anterior	2,5	<u>29,8</u>	

Finanças de outras Entidades Federais

Para o deficit total de caixa do Tesouro Nacional (Cr\$ 32,0 bilhões) concorreram com Cr\$ 23,5 bilhões os auxilios e subsídios concedidos à Rêde Ferroviária Federal, a autarquias industriais e a outras empresas. Dêsse total, Cr\$ 11,4 bilhões constavam do Orçamento e Cr\$ 12,1 bilhões foram concedidos posteriormente, para atender a aumento de vencimentos de pessoal e para cobrir deficits de custeio.

Dívida Pública

Dívida Interna Flutuante

O valor total da dívida flutuante da União mostrou aumento de 1,9 bilhão de cruzeiros em 1959, não obstante o vultoso deficit de caixa do exercício, o que se deveu, fundamentalmente, à redução de débitos do Tesouro Nacional no Banco do Brasil, no montante de Cr\$ 63,5 bilhões, em consequência da encampação de emissões de papel-moeda. As responsabilidades por Restos a Pagar e Fundos Especiais, que aumentaram em 7 bilhões de cruzeiros, igualaram, em fins de 1959, os débitos do Tesouro junto a Bancos e Correspondentes, que mostraram redução líquida de Cr\$17,1 bilhões.

DIVIDA FLUTUANTE DA UNIAO

SALDOS EM FINS DE ANO
(Cr\$ bilhões)

ITENS	1955	1956	1957	1958	1959
<i>Total</i>	34.9	69.6	116.0	124.8	126.6
Restos a Pagar e Fundos ..	14.6	23.4	28.8	40.5	47.5
Bancos e Correspondentes (*)	15.1	40.5	79.3	64.6	47.5
Letras do Tesouro	—	0.3	0.2	9.6	18.4
Outros	5.2	5.4	7.7	10.1	13.2

(*) O saldo dêsse item sofreu redução de Cr\$ 11 bilhões, em 1955, em decorrência de encampação de papel-moeda. Em 1958 foi feito um acerto de contas de Cr\$ 30,2 bilhões, entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil (transferência, para o Tesouro, do Fundo para Eventuais Diferenças de Câmbio), e, em 1959, houve uma redução de Cr\$ 63,5 bilhões resultante da lei de encampação de papel-moeda, de igual valor.

Dívida Consolidada Interna

Foi pequena, em 1959, a variação líquida na dívida consolidada interna. Registrou-se insignificante movimento de resgate e as emissões foram constituídas, principalmente, por Obrigações do Reaparelhamento Econômico. As de apólice destinaram-se, praticamente, à liquidação de débitos de pecuaristas, em cumprimento de sentenças proferidas na vigência da Lei nº 2 804, de 1956.

Assim se desdobraram essas operações:

Emissão

	Cr\$
Apólices da Dívida Pública	140 881 000,00
Obrigações de Guerra	217 700,00
Comprovantes de Recolhimento de Cotas de Obrigações de Guerra	22 127,30
Obrigações do Reaparelhamento Eco- nômico — Série 1958	1 316 838 000,00
	<hr/>
	1 457 958 827,30
	<hr/>

Resgate

Comprovantes de Recolhimento de Cotas de Obrigações de Guerra	217 825,70
Obrigações do Reaparelhamento Eco- nômico — Série 1958	13 374 050,00
	<hr/>
	13 591 875,70
	<hr/>
Variação líquida	+ 1 444 366 951,60
	<hr/>

O saldo da dívida consolidada interna, que em 1958 era de Cr\$ 11 bilhões, passou a Cr\$ 12,4 bilhões em 1959.

Dívida Consolidada Externa

No que se refere aos empréstimos em libras e dólares, deu-se prosseguimento, em 1959, à execução do Decreto-lei nº 6 019.

de 1943, e, quanto aos empréstimos em francos, à do Acôrdo de Resgate Franco-Brasileiro de 1956.

Os serviços — pagamentos de juros e amortizações — dos empréstimos em libras e dólares se efetuaram com absoluta regularidade, num total de £ 3 892 445 e US\$ 11 825 543, assim distribuídos:

<i>Empréstimos</i>	<i>Juros</i>	<i>Amortizações</i>
Federais £	110 860	1 455 291
US\$	1 230 397	6 158 889
Estaduais £	172 186	1 683 060
US\$	553 999	3 229 423
Municipais £	30 932	440 116
US\$	88 381	564 454

Com essas amortizações e os resgates possibilitados pelos respectivos Fundos de Amortizações, os saldos circulantes dos empréstimos em libras e em dólares, em 31 de dezembro de 1959, ficaram reduzidos aos seguintes valores:

<i>Empréstimos</i>	£	US\$
União	4 802 320	32 218 105
Estados	3 038 501	20 897 750
Municípios	987 250	3 155 750
Especiais	3 056 200	—
Grau VIII	1 129 624	107 500

Por decretos de 4 e 30 de junho de 1959, foi reconstituída a Comissão Especial de Regularização da Dívida Externa, que, na parte relativa à dívida em francos, ultimou praticamente a liquidação dos empréstimos cujos títulos remanescentes estavam ainda em circulação, e deu encaminhamento a outras questões pendentes entre o Brasil e a França.

Quanto ao empréstimo em florins, emitido em 1921 pelo Estado de São Paulo, a Comissão promoveu entendimentos e conversações para seu resgate.

Programa Financeiro para 1960

A Proposta Orçamentária apresentada pelo Executivo, para o exercício de 1960, previu os seguintes totais:

	<i>Cr\$ bilhões</i>
Receita	167,7
Despesa	165,2
Superavit	<u>2,5</u>

O superavit proposto se impunha, a fim de amortecer o impacto provável das despesas extra-orçamentárias, constituídas principalmente pelo que se liquidará de Restos a Pagar e de Fundos Especiais formados em exercícios anteriores.

O cálculo da previsão da receita foi adequadamente revisto pelo Congresso, em face das importantes mutações verificadas na conjuntura econômica, após a entrega da Proposta Orçamentária, e dos resultados efetivos da reforma tributária. Estimou-se a receita em Cr\$ 179,5 bilhões, o que corresponde a um aumento de 14 % sobre a arrecadação de 1959. Não contando o Tesouro Nacional com qualquer majoração de tributos, e, tendo-se em vista o objetivo governamental de promover a estabilidade de preços em 1960, não é prudente contar com um nível da receita global superior ao previsto pela Lei Orçamentária.

Já com referência à despesa, a cifra global fixada na Proposta foi incrementada fortemente (+ 17,6 %), passando para Cr\$ 194,3 bilhões. Esse acréscimo incidiu principalmente sobre as despesas de capital (+ 36,5 %, ou seja, Cr\$ 14,8 bilhões) e sobre as Transferências (+ 23,3 %, Cr\$ 13,3 bilhões).

Por outro lado, cumpre assinalar as insuficiências, que montam a mais de Cr\$ 10 bilhões, nas dotações orçamentárias relativas a despesas de pessoal, ativo e inativo, conforme revela o confronto dessas rubricas com as cifras, já conhecidas, dos gastos efetivos em 1959.

Dessa forma, o deficit provável das operações orçamentárias em 1960 foi bastante subestimado na Lei anual. Há que considerar, ainda, para uma previsão realista do desequilíbrio financeiro total que ameaça o exercício, os créditos transferidos de 1959 para 1960, no montante de Cr\$ 2,8 bilhões e as despesas extra-orçamentárias que não poderão deixar de ser feitas em 1960, entre as quais avultam a liquidação de Restos a Pagar, e a entrega de Fundos Especiais recolhidos em exercícios anteriores e que tiveram protelada sua destinação legal específica. Em 31 de dezembro de 1959, tais responsabilidades montavam a Cr\$ 47,5 bilhões, dos quais Cr\$ 10 bilhões dificilmente poderão deixar de ser pagos no exercício corrente.

Assim, mesmo evitados os créditos adicionais e despesas sem crédito, no correr de 1960, a ameaça de desequilíbrio financeiro é superior a Cr\$ 35 bilhões.

Impõe-se, dêsse modo, toda a parcimônia na utilização das autorizações de despesas constantes do Orçamento, subordinando-se a execução dos gastos às possibilidades efetivas da receita e dos recursos não inflacionários que possam ser obtidos mediante colocação ordenada de títulos públicos no mercado financeiro.

Com o fim de disciplinar a execução dos gastos públicos no exercício, o Executivo pôs em vigor medidas objetivas, através dos Decretos ns. 47 659 e 47 658 de 19 de janeiro de 1960, que instituem, respectivamente, um Plano de Economias e um Fundo de Reserva, abrangendo dotações orçamentárias no montante de Cr\$ 30 bilhões; e um conjunto de normas, que visam a dar à execução orçamentária maior rigor e eficiência. Diversas consignações ficam sujeitas a Planos de Aplicação, estendendo-se o controle a serviços de acordos, auxílios e subvenções, suplementação de créditos, restos a pagar e autarquias.

O Executivo confia em que essa orientação assegure razoável equilíbrio nas finanças federais em 1960, caso novas e importantes despesas não sejam votadas pelo Legislativo.

CAPITULO IV

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM O EXTERIOR

Política de Comércio Exterior e Câmbio

O Brasil defronta ainda com uma concentração de compromissos externos, a curto prazo — principalmente em moedas fortes — cujo declínio deverá processar-se a partir de 1964.

Juntando-se àqueles encargos o ônus da deterioração nas relações de troca, determinada, na maior parte, pela queda dos preços do café, ter-se-á idéia de como estava ameaçada a nossa capacidade de importar, no exercício passado, e de quanto, conseqüentemente, se achava em risco a estabilidade econômica, política e social do País.

Para neutralizar êsses fatores adversos, já antevistos no início do ano, a política de comércio exterior e câmbio deveria necessariamente orientar-se para dois objetivos básicos: estimular as exportações, a fim de que o aumento de seu *quantum* compensasse, pelo menos, a perda ocorrida nos termos de intercâmbio; e atrair a maior quantidade possível de capitais estrangeiros, de modo que a entrada líquida de poupanças externas viesse suplantiar os pesados encargos de amortizações, juros e dividendos.

É evidente que, se dilatado o pagamento de tais obrigações por períodos mais longos, teríamos eliminado um pesado fator de desequilíbrio em nosso balanço internacional de contas.

No tocante aos termos de intercâmbio, de efeitos negativos mais difíceis de anular, tudo se fez para evitar perda ainda maior, particularmente quanto ao café, mediante negociação de acordos internacionais, propaganda e conquista de novas áreas de comércio. Com isto, buscou-se obviar tanto quanto possível aos malefícios oriundos do excesso de oferta a mercados tradicionais.

Assim, procurou-se robustecer a capacidade de importar, pelos meios convenientes: aumento do *quantum* exportável; afluxo líquido de poupanças externas, e eliminação das causas de maior declínio nos termos de intercâmbio.

Estimulo às Exportações

Os estímulos oferecidos à nossa produção exportável, quer com a melhoria das bonificações aos exportadores, quer com a transferência de maiores contingentes de produtos para o mercado livre de câmbio, produziram resultados auspiciosos em nossas relações econômicas com o exterior, principalmente na segunda metade do ano.

Com efeito, inverteu-se, mesmo, a situação da balança comercial, que, encerrada deficitariamente no primeiro semestre, se fechou em bases F.O.B. com saldo positivo ao término do exercício.

Para isso, muito contribuíram as exportações de café, que atingiram, no último ano, total estimado em 17,7 milhões de sacas, aproximadamente no valor de 740 milhões de dólares. Registrou-se, pois, um dos maiores movimentos já apurados em nosso comércio cafeeiro, superior em quase 40% ao volume e em cerca de 8% ao valor, verificados em 1958 — e isto em face do reajustamento dos preços aos níveis reais da concorrência mundial.

Tais resultados foram obtidos na vigência de dois acordos internacionais, que permitiram razoável ajustamento da oferta à procura, sem uma queda catastrófica de preços, primeiro, pela retenção de cotas fora do mercado, e, depois, pelo estabelecimento de cotas de exportação para os mercados tradicionais.

No que concerne à conquista de novos mercados, aqueles acordos não impediram a livre competição internacional. Assim, para colocar os seus excedentes, pôde o Brasil empreender vigoroso trabalho em diversas áreas: consolidar a posição favorável do café brasileiro em certos países; recuperar mercados em que, por motivos vários, relativamente perdera terreno; incrementar as vendas aos países em que o monopólio estatal do comércio exterior determina condições de intercâmbio diversas das que caracterizam as economias de mercado; penetrar em zonas onde o uso do café é inexistente ou meramente simbólico — eis as linhas mestras da política adotada pelo Governo, em relação ao produto.

Segundo os dados até agora disponíveis, o valor das exportações brasileiras, em 1959, deve ter excedido o de 1958 em montante superior a 40 milhões de dólares.

Política de Capitais Estrangeiros

Também, de acôrdo com o que se apurou até agora, a entrada bruta de capitais estrangeiros, em 1959, situa-se em tórno da expressiva cifra de 510 milhões de dólares.

Não fóra a circunstância de ter sido o período do atual Governo gravado com pesados compromissos externos, em grande parte vindos de exercícos anteriores, o afluxo líquido de capitais teria concorrido, ainda mais, para acelerar o nosso processo de desenvolvimento econômico.

Pode-se avaliar o efeito negativo daquele ônus, considerando-se que, só no ano passado, o nosso Balanço de Pagamentos sofreu o impacto desfavorável da remessa de cêrca de 360 milhões de dólares, apenas para ocorrer a amortizações de empréstimos, sem contar os serviços de juros e dividendos.

Todavia, do ingresso daqueles 510 milhões e da saída de 360 milhões, resultou, a nosso favor, um afluxo líquido de capitais, no montante de 150 milhões de dólares, o que representou reforço considerável para a capacidade de importar.

Não se veja nesse resultado apenas o seu aspecto material: atente-se, principalmente, no que significa como expressão da confiança que o Brasil continua a inspirar aos capitais forâneos. É necessário dizer que esta decorre, sobretudo, da estabilidade política, do potencial econômico, do rápido desenvolvimento e da acelerada expansão do mercado interno.

Dentro dos preceitos legais que regem a nossa política de capitais estrangeiros, continua o Brasil a dar ampla liberdade à transferência de lucros ou dividendos de inversões diretas, pelo mercado livre de câmbio, ou de juros e amortizações de empréstimos de particulares a particulares. Além disto, asseguram-se estímulos fiscais, prioridade de cobertura e taxa mais favorável de câmbio aos financiamentos que concorrem para fortalecer a nossa infra-estrutura econômica, máxime os aplicados em regiões menos desenvolvidas.

Contrôle das Importações

Dado o desequilíbrio latente, de ordem conjuntural e estrutural, que pesa, ainda, sobre o nosso Balanço de Pagamentos, não logrou o Brasil até agora eliminar as restrições cambiais que dificultam a maior elevação de seu nível de intercâmbio.

É certo que, na medida de nossas possibilidades, progressos substanciais já foram alcançados nesse sentido: com as novas tarifas aduaneiras (Lei nº 3 244, de 14/8/57), diminuíram-se de cinco para duas as antigas categorias de importação (Instrução n.º 70, de 9/10/53, da SUMOC), e, do mesmo passo, reduziu-se consideravelmente o arbítrio administrativo na liberação das importações correntes. Algumas, como as do trigo, do óleo bruto, do papel de imprensa e dos adubos e inseticidas, são ainda subvencionadas, o que obriga a manutenção de taxas de câmbio diferenciais no setor das exportações.

É forçoso, ainda, atender a certas importações especialíssimas, por meio de leilões estanques de divisas, mas que nos possibilitam colocar no exterior artigos nossos, considerados menos essenciais, mediante acórdos bilaterais de comércio ou de pagamentos.

Por certo, a eliminação plena das restrições cambiais há de processar-se prudentemente, pois que pressupõe a existência de um conjunto de condições ainda de todo não verificadas entre nós.

Fôra preciso, também, que a economia mundial atingisse um alto nível de prosperidade e possibilitasse às nações, com que comerciamos, alicerçarem suas trocas internacionais em bases multilaterais, sob regime de livre conversibilidade monetária.

Acórdos de Comércio e de Pagamentos

Note-se, a propósito, que, no limiar de 1960, o comércio exterior do Brasil estava bilateralmente vinculado a convênios de pagamentos com vinte países, a saber: Argentina, Bolívia, Chile, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Hungria, Islândia, Israel, Iugoslávia, Japão, Noruega, Polónia, Portugal, República Democrática Alemã, Roménia, Suécia, Tcheco-Eslováquia, Turquia e Uruguai.

Não há como evitar, por ora, que a penetração de nossos produtos, principalmente o café, nos mercados vastos e promissores dos países de economia planificada, se apóie em sistemas bilaterais ou regionais de comércio. Comprovam-no as negociações levadas a efeito com a Alemanha Oriental e, mais recentemente, com a U.R.S.S.

O acôrdo com a U.R.S.S., já em fase executória, prevê um intercâmbio no valor de 25 milhões de dólares em cada direção, no primeiro ano; de 35 milhões, no segundo, e de 45 milhões, no terceiro. As mercadorias brasileiras, objeto do ajuste, são café, cacau, óleos vegetais, peles, laranjas e couros; e as russas, petróleo e derivados, trigo, maquinaria diversa e produtos químicos.

De outra parte, ampliou-se para o Brasil, no início de 1959, o âmbito do intercâmbio conduzido em divisas de livre curso internacional, em consequência da entrada em vigor do Acôrdo Monetário Europeu. Extinto, dessa forma, o Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, conhecido como Área de Convertibilidade Limitada, ou, ainda, Clube de Haia, foram denunciados os acôrdos bilaterais que mantínhamos com os países que o integraram — Alemanha Ocidental, Austria, Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo e Reino-Unido.

Associação Latino-Americana de Livre Comércio

Com o objetivo de preservar e expandir as correntes de comércio no Hemisfério, reuniu-se, em Montevideu, em setembro passado, a Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina.

Tal entendimento se impunha, em face das modificações ocorridas na economia mundial, durante os últimos anos, e das resultantes mudanças nos regimes que regulavam as transações internacionais, na maioria dos países, inclusive o Brasil. A recuperação econômica das nações atingidas pela II Grande Guerra e o conseqüente revigoramento das trocas externas deram origem à tendência à multilateralização do intercâmbio, que se foi afirmando pouco a pouco em tôdas as direções.

A pressão desses fatos e, bem assim, a conjuntura econômica interna, que haviam determinado, em 1953, a reformulação da

nossa política comercial, posteriormente levariam o atual Govêrno a promulgar a Lei nº 3 244, de 1957, que reformou a tarifa aduaneira.

A tais circunstâncias, juntou-se a de haverem o Brasil e alguns países da parte meridional da América Latina assumido os compromissos do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (G.A.T.T.). Ficaram superados, dêsse modo, os antigos tratados reguladores de comércio em faixas bilaterais, à base de preferências tarifárias e de tratamento cambial mais favorável.

Havendo-se tornado inevitável a denúncia dêsses tratados, procuraram os governos do Brasil, da Argentina, do Chile e do Uruguai, para disciplinar as trocas comerciais entre os respectivos países, um novo instrumento que, assegurando a manutenção e dinamização dêsse intercâmbio, se harmonizasse com os compromissos assumidos no G. A. T. T.

Tal iniciativa, que vem ao encontro dos anseios de elevar o nível de renda e emprêgo em cada uma das nações interessadas, foi objeto de exaustivos estudos por parte do Govêrno brasileiro, com a colaboração de nossas classes produtoras. Assim, ao se reiniciarem os trabalhos da Conferência de Montevidéu, foi-nos possível oferecer várias emendas ao projeto de Tratado, para, entre outros fins, dar-lhe a flexibilidade indispensável à boa execução. Foram essas emendas, de modo geral, aceitas pelos demais governos ali representados.

Em coroamento aos esforços despendidos, assinaram os Plenipotenciários dos Governos da Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, a 18 de fevereiro, o Tratado de Montevidéu, que estabelece uma Zona de Livre Comércio, a realizar-se progressivamente no curso de doze anos, e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Poderá a Bolívia firmar êsse tratado dentro de quatro meses, na qualidade de membro fundador da Zona de Livre Comércio. O texto do importante documento será em breve submetido à consideração do Congresso.

Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (G.A.T.T.)

O Brasil estêve presente às XIV e XV Sessões das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Co-

mércio (G.A.T.T.), efetuadas respectivamente em Genebra e Tóquio, nos meses de maio a outubro de 1959. Nessas reuniões foram considerados assuntos de grande interesse para a economia do nosso País, tais como os pertinentes à Comunidade Econômica Européia, à Associação Européia de Livre Comércio, à Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina e às negociações tarifárias brasileiras de 1958/59. Os resultados dessas negociações foram submetidos à aprovação do Congresso, em outubro do ano findo. A propósito, cumpre observar que as demais partes contratantes já colocaram em vigor suas concessões ao nosso País, sem esperar ação correspondente de nossa parte; todavia, tais vantagens, concedidas unilateralmente aos produtos brasileiros, poderão em qualquer época ser suspensas, enquanto não houvermos ratificado os instrumentos referentes àquelas negociações.

Cumpre destacar o honroso fato de haver sido eleito, por unanimidade, para a Presidência das Partes Contratantes no período de 1959/60, o Chefe da Delegação Brasileira à reunião de Tóquio.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Em dezembro último, entrou em vigor o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a assinatura de Estados Membros, cuja contribuição conjunta representava 87,8% do capital da nova instituição.

O Banco Interamericano, um dos resultados concretos que vai produzindo a Operação Pan-Americana, é o primeiro organismo internacional de crédito dedicado especificamente aos países latino-americanos. Com um capital de 1 bilhão de dólares, não somente realizará operações de financiamento, mas também fornecerá assistência técnica ligada aos projetos que lhe forem submetidos.

Velha aspiração dos países latinos do Continente, essa instituição de crédito representa um marco decisivo na história da cooperação econômica continental.

Balanço de Pagamentos

Como foi dito no tópico *Estímulos à Exportação*, o resultado final registrado em nosso Balanço de Pagamentos, em 1959, pode considerar-se vantajoso, diante das perspectivas iniciais.

Ao encerrar-se o primeiro semestre, as contas internacionais do País acusavam deficit da ordem de 150 milhões de dólares, que, segundo as estimativas mais otimistas, deveria ascender, ao término do ano, à casa dos 230 milhões.

Entretanto, dados preliminares revelam que o deficit final está em torno de apenas 176 milhões, com uma redução, portanto, de 60 milhões, com referência à previsão original.

Transações Correntes — A conta de Mercadorias e Serviços apresentou um deficit de 327 milhões de dólares, resultante da soma algébrica do saldo positivo da balança comercial, no montante de 56 milhões em bases F.O.B. e do negativo do item de *Invisíveis*, que chegou a 383 milhões.

As exportações, em 1959, somaram 1 bilhão e 284 milhões de dólares, superando as do ano precedente em 40 milhões aproximadamente.

Como acentuamos anteriormente, grande parte da melhoria em nossas vendas externas deve-se ao escoamento de maiores quantidades de café, que contribuiu com 56% das exportações globais. A esse resultado segue-se, em ordem de importância, o valor das exportações de cacau e derivados, que alcançou 90 milhões de dólares.

O algodão, os minérios, madeiras e outros produtos contribuíram, ao que se estima, com 461 milhões de dólares, isto é, 34% do valor das vendas globais. Vale notar que as exportações de algodão — por muito tempo o segundo produto da pauta — foram inferiores às de minérios, e mesmo às de açúcar, deslocando-se para o quinto lugar, com apenas 37 milhões, enquanto as primeiras se elevaram a 74 milhões, e as segundas a 42 milhões.

As importações de bens corpóreos (F.O.B.) ter-se-ão elevado a 1 bilhão e 228 milhões de dólares. Superaram em 49 milhões as da mesma natureza de 1958.

Merece relêvo a circunstância de que, graças à entrada de capitais em bens tangíveis — no valor de 338 milhões de dólares —, somente exigiram cobertura cambial, no período, importações correntes no valor de 890 milhões. Saliente-se que tal ingresso de capitais cobriu a aquisição de máquinas e equipamentos

da mais alta essencialidade para o nosso desenvolvimento econômico, conforme dispõe a legislação em vigor.

Apesar do acréscimo do consumo interno de petróleo, e da circunstância de não podermos, ainda, beneficiar apreciável parcela do óleo cru produzido no País, nossa importação na espécie se manteve aproximadamente no nível de 1958, ou seja, em torno de 210 milhões de dólares (F.O.B.). Deve-se isto ao esforço que empreendemos no setor do refino.

Em razão do forte declínio da safra de trigo, motivado por fatores climáticos, as importações desse produto elevaram-se a 120 milhões de dólares.

Excluídos petróleo e trigo — 330 milhões — e levando em conta o pouco vulto das importações de artigos não-essenciais, tem-se que mais de 800 milhões de dólares se destinaram a importações de bens de capital e produtos intermediários. Tal fato evidencia que a estrutura de nossas importações se transformou, subordinando-se aos mais altos reclamos da economia nacional.

Quanto aos encargos líquidos do item de *Invisíveis* — tradicionalmente deficitário — o ônus maior recaiu nas contas de transporte, 160 milhões, e serviços de capitais, 108 milhões, despesas estas ocasionadas, em larga medida, pela já anunciada concentração de empréstimos externos.

Movimento de capitais e financiamento do deficit — Estima-se, como antes se disse, que a entrada de capitais em 1959 atingiu 510 milhões de dólares. Dêstes, 338 milhões cobriram bens tangíveis, importados como investimento de capital ou amparados por créditos obtidos no exterior. Os restantes 172 milhões representam recursos financeiros ingressados pelo mercado livre.

Sob o aspecto de receita e despesa cambial efetivamente realizadas, as transações comerciais deixaram um saldo de caixa da ordem de 394 milhões de dólares que, adicionados aos ingressos de 172 milhões pelo mercado livre, perfazem o total de 570 milhões de dólares. Estes os recursos com que contou o Brasil para cobrir grande parte do deficit previsto para Serviços e Amortizações, no total de 745 milhões. Assim, verifica-se, residualmente, o saldo negativo global de 176 milhões de dólares a que nos referimos.

O deficit final foi regularizado com o aumento de obrigações, a curto e médio prazo, evitando-se, desse modo, o apêlo aos créditos externos de natureza compensatória.

CAPITULO V

ENERGIA

Energia Elétrica

Na Mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 1956, pouco depois de haveremos assumido o Governo, lembrávamos que o deficit de energia elétrica, constituindo sério ponto de estrangulamento da nossa economia, era um dos mais criticos problemas de base que se nos deparavam. Sem exagêro, podia afirmar-se que, por essa razão, o desenvolvimento industrial se via tolhido exatamente nas áreas de maior vigor econômico e concentração demográfica do País. A potência instalada no Brasil em fins de 1955 era, aproximadamente, de 3 milhões de kW.

À insuficiência da produção de energia, apesar do empenho do Poder Público e do setor privado, nos últimos anos que precederam êste período governamental, juntava-se, já então, em todo o País, sensível defasagem entre a potência das usinas geradoras e a capacidade das rêdes de transmissão e distribuição.

Diante disso, decidiu o Governo Federal reunir seus esforços aos dos Governos Estaduais e da iniciativa privada, para que, no decurso do atual quinquênio, se tornasse possível a instalação de um total de 2 milhões de kW. Cuidou, outrossim, de criar, desde logo, condições que propiciassem, nos periodos subseqüentes, novos e indispensáveis acréscimos da potência instalada, quer através de estudos para dotar o País de 8 milhões de kW, em 1965, quer através de leis adequadas à rápida expansão dêste setor básico da economia nacional. Mencionem-se, a propósito, os projetos de lei que dispõem sobre o regime econômico-financeiro das emprêsas, e a reestruturação dos órgãos governamentais ligados a essa atividade.

Assim, no quadriênio 1956/59, o potencial das usinas foi acrescido de 1 milhão de kW, estando em instalação adiantada potência de igual monta, visando atingir o total de 5 milhões de kW, em fins de 1960.

A etapa ulterior da meta, que é alcançar 8 milhões de kW, em fins de 1965, está em franco andamento. Furnas, Três Marias e a segunda etapa de Paulo Afonso, abrangendo cerca de 60% da potência a ser instalada no próximo quinquênio, acham-se em fase adiantada de construção, assegurando, com as demais obras em curso, o total almejado para 1965.

Além de participar diretamente, como executor das grandes obras da meta, o Governo Federal colabora de forma indireta na quase totalidade das demais, seja por meio de verbas orçamentárias da União, seja por financiamento do B.N.D.E. e garantias de aval para empréstimos externos.

Na execução do programa de energia elétrica, o Governo concentrou os seus maiores esforços nas barragens de Furnas e Três Marias e na segunda etapa da usina de Paulo Afonso.

Na barragem de Furnas, a maior obra hidrelétrica do Hemisfério Sul, prosseguiram com o máximo vigor os serviços de construção. Foram perfurados dois grandes túneis para o desvio das águas do rio Grande, o que permitiu o início da construção da barragem, e adquiriu-se o equipamento elétrico e mecânico da primeira etapa dessa usina, estando prevista a sua entrada em operação (600 000 kW) para fins de 1962. Iniciou-se, também, a linha de transmissão Furnas-Belo Horizonte, que deverá estar em funcionamento em meados de 1960, a fim de suprir esta cidade com energia da usina de Peixoto.

Em Três Marias, obra chave para o desenvolvimento econômico do Vale do São Francisco, os serviços se desenvolveram com invulgar intensidade, estando assegurada a conclusão da barragem em fins de 1960. As obras da casa de força tiveram célere andamento, devendo as duas primeiras unidades (130 000 kW) entrar em serviço em meados de 1961. As unidades 3 e 4 já foram encomendadas, prevendo-se a conclusão das obras para 1962.

A segunda etapa da usina de Paulo Afonso, compreendendo a construção de uma segunda casa de força subterrânea e a instalação de duas unidades geradores (130 000 kW), se processa dentro dos prazos. A par disso, continuou a C.H.E.S.F. a expandir ativamente as redes de transmissão e distribuição, de-

vendo destacar-se um empreendimento de grande importância para o Sertão do Ceará — a linha do Cariri — que entrará em serviço em fins de 1960.

Tendo em vista aumentar as disponibilidades energéticas à população nordestina, a SUDENE está promovendo, juntamente com a C.H.E.S.F., estudos para construir a terceira etapa de Paulo Afonso e ampliar a rede de alta tensão, de modo que se eletrifiquem extensas áreas, entre as quais, cidades e localidades do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Além dessas obras de vulto, ativou-se a montagem de usinas geradoras e redes de transmissão e distribuição nas demais regiões do País.

No Norte, foram contratadas as obras civis e o equipamento para a usina termoeétrica de Manaus, que virá solucionar o grave problema do fornecimento de energia elétrica a esta cidade. Em Belém, prosseguiram os serviços para ampliação da usina termoeétrica local, cuja capacidade será dobrada nos próximos dois anos. No Maranhão, foi julgada a concorrência para construção da usina termoeétrica de São Luís, programada para 1962. E no Amapá, tiveram andamento os serviços preliminares da usina hidrelétrica do Paredão. Além de participar do financiamento de várias dessas obras, a S.P.V.E.A. continuou o programa de pequenos grupos elétricos em cidades e localidades dos Estados e Territórios da bacia Amazônica.

No Leste, foram satisfatórias as obras da usina estadual do Funil e da barragem de Pedras, no rio das Contas, assim como os serviços da usina de Correntina, no médio São Francisco, a cargo da C.V.S.F.

Na região Centro-Sul, desdobraram-se com intensidade os programas da CEMIG e do Governo de São Paulo. Em Minas Gerais, foi duplicada a potência da usina de Itutinga e concluída a barragem de Camargos, cuja usina entrará em operação nos primeiros meses de 1960. Em São Paulo, foi completada a instalação das unidades da usina de Salto Grande, estando em fase adiantada as obras de Jurumirim, Euclides da Cunha, Barra Bonita e Flórida Paulista, e em início de construção a usina de Bariri e a barragem da Graninha.

No sul do País, as obras da termoelétrica do Capivari, em Santa Catarina, e as obras do Plano de Eletrificação do Estado do Rio Grande do Sul tiveram bom andamento.

Enquanto isto, tomaram-se as necessárias providências para assegurar amplo suprimento de energia à nova Capital do País; Brasília já a recebe da usina de Cachoeira Dourada e, enquanto esta se amplia e se executa a de Paranoá, ao pé da barragem recém-construída, instala-se outra usina térmica de 10 000 kW.

No setor privado, entretanto, particularmente na região Centro-Sul, onde se acham em execução obras de grande vulto, como as de Piratininga, Cubatão, Peixoto e Ponte Coberta, o ritmo de construção foi seriamente afetado por dificuldades de ordem financeira, dadas as limitações à capacidade de investimento das empresas privadas de eletricidade. Todavia, o Governo, atento ao problema, desenvolve esforços para remover essas dificuldades por meio de alterações apropriadas na legislação vigente que regula o regime econômico-financeiro das empresas concessionárias.

Resta pôr em relêvo, finalmente, os serviços do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no que respeita ao cálculo e liberação das cotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica e à análise e aprovação dos planos de suprimento de energia aos Estados do Pará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás.

Carvão Mineral

Comparativamente ao ano anterior, em 1959 a produção de carvão bruto diminuiu em cerca de 100 mil t, voltando, assim, ao nível alcançado em 1957. Responde pelo decréscimo haver-se reduzido a atividade nas minas do Rio Grande do Sul e do Paraná, em consequência do emprêgo do óleo Diesel nas estradas de ferro daqueles Estados.

Em Santa Catarina, onde se manteve estável a extração, o problema apresenta aspectos diferentes, pois a produção do carvão de vapor é inseparável da do metalúrgico. Dêsse modo, não havendo escoamento para o primeiro, não se pode obter o segundo em condições econômicas. Tal fato tende a crescer de importância à medida que se expande a nossa indústria metalúrgica.

A fim de dar consumo ao carvão de vapor, o Governo diligenciou construir-se centrais termoeletricas nas regiões carboníferas, tais como: as usinas de Capivari de Baixo, em Santa Catarina; de Figueira, no Paraná; e, entre outras, previstas no Plano de Eletrificação, a de Candiota, no Rio Grande do Sul. Com idêntico objetivo, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, com a Mensagem nº 18, de janeiro de 1959, anteprojeto de lei propondo a organização de uma sociedade de economia mista — a Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDEX) —, a qual se incumbirá de instalar uma usina eletrossiderúrgica nesse Estado.

Petróleo

Desde o seu início, entendeu o atual Governo que um esforço vigoroso, uma ação sem precedentes devia aplicar-se, de imediato, em desenvolver a produção do petróleo. Assim, ultrapassada, em dezembro de 1957, a meta primitiva de 40 mil barris por dia, foi fixada outra para 1960, mais ambiciosa, de 100 mil barris, capaz de atender a cerca de 37% das nossas necessidades.

Testemunha a magnitude dos resultados obtidos o valor dos bens e serviços do conjunto de atividades petrolíferas nacionais, que atingiu 125 milhões de dólares em 1958, e 144 milhões em 1959, com uma correspondente liberação de divisas.

Óleo cru

Um êxito extraordinário foi alcançado, em 1959, na produção de óleo cru. Registrou-se um aumento de 24,7% nos campos do Recôncavo Baiano, isto é, 64,6 mil barris diários, contra 51,8 mil no ano anterior. Já em dezembro, a produção média diária alcançava 74,7 mil barris, ou seja, 74,7% da meta programada para o fim do corrente ano. Desta forma, tornou-se possível reduzir os suprimentos, vindos do exterior, de um montante bruto da ordem de 70 milhões de dólares, em contraposição a 59 milhões em 1958.

Reservas Recuperáveis

Continuaram a ampliar-se, no exercício passado, as reservas recuperáveis do Recôncavo Baiano, que, após a incorporação de

parte dos novos campos de Taquipe, Buracica e Cassarangongo, ficaram estimadas em 610 milhões de barris. Conforme assinalamos na Mensagem anterior, as avaliações feitas para 1957 e 1958 foram de 417 e 480 milhões de barris, respectivamente. Confirma-se, dêsse modo, a expectativa em que nos encontrávamos, há um ano, de que dos intensos estudos, então em curso, poderia resultar um incremento substancial dessas reservas. Estamos convictos de que outros êxitos serão alcançados em 1960. As pesquisas programadas, especialmente na promissora bacia Sergipe-Alagoas, bem como a ampliação dos campos descobertos na Bahia, devem possibilitar importantes acréscimos às nossas reservas petrolíferas.

Refino

Continuou aumentando, no decorrer de 1959, a capacidade de refinação, principalmente na PETROBRÁS, onde o processamento de petróleo, medido em dias calendário, foi de 95,3 mil barris, ou seja, mais 12,4% acima do nível de 1958. Cabe assinalar, ademais, que o propano — matéria-prima para a indústria petroquímica, a que adiante nos referiremos — começou a ser produzido em nosso País.

Estima-se que, no mesmo período, o aumento da produção nas refinarias particulares tenha sido de 6,5%, atingindo o total de 53,4 mil barris diários.

Desenvolveram-se, de modo satisfatório, os trabalhos para conseguir auto-suficiência no setor do refino. Prevê-se que, ampliada a Refinaria Presidente Bernardes e terminada a segunda fase da expansão da Refinaria Landulpho Alves, se elevará a capacidade de refino de 160,6 mil para 218,9 mil barris por dia de operação.

As obras da Refinaria Presidente Bernardes, para uma capacidade de 110 mil barris por dia de operação, estarão concluídas em meados do corrente ano. É oportuno pôr em destaque o diminuto custo, em moeda estrangeira, dêsse investimento adicional, pois a maior parte das compras se fará no mercado interno, circunstância importante, pelos reflexos da indústria nacional do petróleo sobre a economia do País.

Quanto à Refinaria Landulpho Alves, foram concluídas, em 1959, as novas unidades de processamento, com capacidade de

22 mil barris por dia de operação, estando em fins de montagem a de óleos lubrificantes, com uma produção prevista de 2 800 barris por dia de operação, para lubrificantes e de 420 barris de parafinas. Com vistas à melhor utilização econômica do óleo nacional, já se iniciaram estudos para duplicar essa unidade de óleos lubrificantes.

Apraz-nos ressaltar, por fim, o ritmo acelerado de instalação da Refinaria Duque de Caxias, no Estado do Rio, que processará 90 mil barris diários de petróleo baiano, com uma estrutura de rendimento flexível de grande significação na indústria petroquímica, notadamente no que respeita à fábrica de Borracha Sintética projetada.

Perfurações e Sondas

Foram bem sucedidos, em 1959, os serviços de perfuração de poços. A quantidade de metros perfurados e o número de poços abertos representaram, respectivamente, aumentos de 37,5% e 65%, em relação ao ano anterior.

Realizaram-se 153,1 mil metros de perfurações exploratórias, e 134,5 mil de perfurações de desenvolvimento, num total de 287,6 mil metros. Elevou-se a 619 o número de poços produtores de óleo e de gás já perfurados no País, registrando-se o completamento de 229, em 1959, contra 139, em 1958.

O parque de sondas da PETROBRÁS é composto de 62 unidades, distribuídas pelas diversas bacias sedimentárias do País, em contraste com 53 em 1958, 45 em 1957 e 27 em 1956.

Pesquisas Geológicas e Geofísicas

Tendo em vista aumentar as reservas petrolíferas do País, os trabalhos exploratórios se orientaram, em 1959, com maior intensidade, para as bacias do Recôncavo e de Sergipe-Alagoas. Considera-se satisfatório, contudo, o nível das atividades em outras regiões — do Espírito Santo, Estado do Rio e Mato Grosso — onde também se iniciaram pesquisas.

Turmas-meses, em número de 142, ocuparam-se na investigação geológica: 179,5 em pesquisas sismográficas, e 129,5 nas gra-

vimétricas. Métodos mais modernos de pesquisas vieram possibilitar maior número de locações. Conseguiu-se, desta forma, manter em atividade contínua todo o parque de sondas da PETROBRÁS.

Indústria Petroquímica

Das atividades da PETROBRÁS nessa indústria se dá notícia adiante, no Capítulo VIII.

Industrialização do Xisto Betuminoso

Prosseguiu-se, em 1959, na construção da Unidade Protótipo do Vale do Paraíba, de importância fundamental para o aproveitamento do xisto betuminoso, bem como no levantamento geológico da formação de Irati, a fim de se determinarem as áreas de interesse industrial. Estima-se que as reservas dessa formação ultrapassem 12 bilhões de barris.

Terminais e Oleodutos

Iniciaram-se, em 1959, as obras do Terminal Marítimo da Guanabara, tendo tido andamento acelerado as do Terminal de Madre de Deus, já em operação. Prevê-se que os serviços de montagem de 4 tanques, neste último, de 150 mil barris de capacidade cada um, serão concluídos no primeiro semestre do corrente ano.

Quanto aos terminais de São Sebastião, de Tramandaí e de Ilhéus, sua construção depende de diversos fatores, entre os quais o desenvolvimento do plano de novas refinarias.

No que respeita aos oleodutos, ressaltam-se o prosseguimento dos estudos para construção do Rio de Janeiro-Belo Horizonte, do São Sebastião-Cubatão e do Tramandaí-Porto Alegre; os ensaios finais para utilização das novas bombas centrífugas do Catu-Madre de Deus, e o início de operações do Buracica-Taquipe-Candeias, bem como das obras do Arraial do Cabo, cuja conclusão se espera para breve.

Transporte Marítimo

Em 1959, os superpetroleiros *Presidente Juscelino*, *Presidente Getúlio*, *Presidente Dutra*, *Presidente Wenceslau*, de 33 mil dwt

cada, e o petroleiro *Gabriel da Fonseca*, de 6 675 dwt, foram incorporados à respectiva Frota, elevando-lhe a capacidade total, de 231 mil dwt em operação, em 1958, a 370 mil dwt.

Ainda no último exercício, foram lançados ao mar dois outros superpetroleiros — o *Presidente Floriano* e o *Presidente Washington Luís* — batida a quilha do *Presidente Deodoro*, e firmado contrato para a construção de seis novos petroleiros de 10 mil dwt.

A Frota Nacional de Petroleiros operou intensivamente, no decorrer de 1959. O movimento na cabotagem, constituído pelo transporte de derivados produzidos em refinarias nacionais e pela transferência de petróleo nacional de Madre de Deus para Santos, alcançou 3 milhões de t, superando, em mais de 1,1 milhão de t, o total do ano de 1958. No longo curso (importação e exportação) foram transportadas 3,2 milhões de t de petróleo bruto e derivados, havendo a exportação de petróleo baiano e de óleo combustível de alto ponto de fluidez participado com pouco mais de 1 milhão de t.

Formação de Pessoal

A PETROBRÁS ocupou-se, também em 1959, da formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado, conforme se verá no capítulo dedicado à Educação (Ciência e Tecnologia).

Energia Atômica

Objetivos

Nosso programa, em tal setor, visa a implantar no País, em sentido vertical, uma indústria destinada à exploração civil da fonte nuclear de energia e de partículas atômicas, para produzir calor, força elétrica, radioisótopos e outros elementos aplicáveis à ciência, às atividades econômicas e à medicina.

Esse programa se consubstancia em alguns objetivos fundamentais, a que a Comissão Nacional de Energia Nuclear se vem dedicando, na medida das suas possibilidades: formação de pessoal qualificado; prospecção, pesquisa e lavra de depósitos nucleares; beneficiamento de minérios deles extraídos e fabricação de matérias férteis e fisséis; planejamento e instalação de centrais termoeletricas nucleares em determinadas regiões do País; produção e distribuição, sob vigilância, de radiações ionizantes, *gama* e neutrônicas, bem como de radioisótopos e sua aplicação adequada.

Formação de Pessoal

A formação de pessoal especializado, problema que não se pode solucionar rapidamente, é fundamental para o desenvolvimento das aplicações da energia nuclear no País. Para resolvê-los, a Comissão Nacional de Energia Nuclear tem utilizado os meios que as circunstâncias indicam e permitem, tais como: concessão de bolsas-de-estudo, no País e no exterior; auxílios para cursos, pesquisas, instalação e aparelhamento de instituições, como se verá na parte quinta desta Mensagem.

Matérias-Primas

Continuaram em 1959 os trabalhos de prospecção em várias regiões do País, especialmente no Amapá, na estrada Belém-Brasília, em Estados do Norte e do Nordeste — do Maranhão a Pernambuco — e nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dêsse modo, essas atividades se estenderam à maioria das Unidades da Federação no período 1956/59.

No corrente ano, pretende-se manter a produção de óxido de tório e de monazita concentrada pertencente ao Governo; incentivar a mineração da caldazita e dar mais um passo na industrialização da monazita concentrada e do tório, transformando os resíduos (*sludges*) dêste em óxido de tório comercialmente puro.

Industrialização

Os serviços da Comissão Nacional de Energia Nuclear consistiram, durante o ano findo, nas providências iniciais para a instalação das usinas destinadas ao beneficiamento do minério de zircônio uranífero de Poços de Caldas. Adquirido e preparado o terreno, começou-se a construir o canteiro da obra. Está em andamento a linha de transmissão de energia daquela cidade à fábrica.

Pretende-se dar início, no ano em curso, à montagem de usinas, em número de três, para beneficiar urânio e produzir hexafluoreto de urânio necessário às ultracentrifugas. Pensa-se, ainda, em ampliar as instalações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo para, além da de isótopos, ficar apta a outros tipos de separação.

A fim de que a Comissão Nacional de Energia Nuclear possa expandir as suas atividades, é mister seja dado encaminhamento, no Congresso, ao substitutivo do Projeto nº 944, de 1956, já estudado pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Energia Atômica.

Utilização da Energia Nuclear

Continuam em exame os projetos de instalação de reatores de potência no País. Dentre os citados na Mensagem anterior, sobressai o de um reator para a Região Centro-Sul, cujo desenvolvimento oferece campo favorável à utilização de uma central nuclear de grande potência, de 150 megawatts ou mais. Com o fim de coordenar e pôr em execução as medidas econômicas, administrativas, legais e financeiras relativas à instalação dessa central térmica núcleo-elétrica de alta capacidade, na Baía da Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro, foi criada, pelo Decreto nº 47 574, de 1959, a Superintendência do Projeto Mambucaba, na Comissão Nacional de Energia Nuclear.

CAPÍTULO VI

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A fim de sanar deficiências no setor de transportes e comunicações, que afetavam, em sua própria medula, o sistema produtivo nacional, o atual Governo, desde o seu início, empreendeu e estimulou a execução de obras de grande porte, em todo o País. Não só multiplicou as vias de escoamento da produção, rasgando grandes artérias ou pavimentando as mais importantes delas, como incentivou, com excepcional vigor, a fabricação nacional de veículos pesados e leves, material ferroviário e, mais recentemente, a construção de navios mercantes. E isto se conseguiu utilizando-se recursos fiscais, especialmente criados para tal fim, e poupanças privadas nacionais e estrangeiras.

O plano de realizações, delineado com segurança, previu a concentração dos recursos públicos nas obras que mais prontamente devolvessem à Nação, em benefícios, os capitais empregados. Exemplo dêsse critério vê-se no setor ferroviário, em que, a esten-

der novas linhas, se preferiu atacar de maneira enérgica o reaparelhamento e a remodelação das vias. Quanto ao setor rodoviário, introduziram-se melhorias técnicas nas antigas estradas e ampliou-se a rede, visando não apenas à penetração do País, mas também ao escoamento de mercadorias das zonas e regiões de mais alto nível de produtividade. No setor do transporte sobre água, teve-se em mira, principalmente, renovar a nossa obsoleta frota mercante, por meio de embarcações construídas em nossos próprios estaleiros. As compras no exterior constituíram expediente de emergência, até que pudéssemos implantar a nossa indústria de construção naval.

Os resultados obtidos nestes quatro anos demonstram o acerto das diretrizes adotadas pelo Governo, conforme se verá na seqüência deste Capítulo.

As metas rodoviárias, de início fixadas, serão integralmente atingidas no término do período governamental, podendo-se anunciar que, na parte relativa à pavimentação, foram já ultrapassadas. A indústria automobilística atingiu plena maturidade, tornando-se apta a fornecer veículos que complementem o sistema nacional de transportes. A de construção naval está praticamente implantada e, ainda este ano, entregará as primeiras unidades à Marinha Mercante. O transporte aéreo comercial, remodelado, já se inicia decididamente na fase do jato. Por fim, aprimora-se o setor de comunicações, oferecendo maior volume de serviço à coletividade.

Transportes

Ferrovias

Prosseguem as construções ferroviárias, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, dos Batalhões de Engenharia do Exército, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital e da Rede Ferroviária Federal (variantes de traçados) realizando-se as obras no ritmo previsto, notadamente nos trabalhos do Tronco Principal Sul — que ligará o Rio de Janeiro, via São Paulo e Porto Alegre, à cidade do Rio Grande — e da Ferrovia do Trigo, entre Passo Fundo e General Luz, o alargamento do ramal de Pirapora, no trecho compreendido entre Belo Horizonte e Sete Lagoas, de modo a permitir o tráfego para Brasília em bitola

de 1,60 m. As ligações Brasília-Surubi, Surubi-Pires do Rio e Surubi-Pirapora acham-se em andamento.

Em números globais, construíram-se e foram entregues ao tráfego, no último quadriênio, 977 km, afora 59 de variantes de traçado, perfazendo 1 036 km de novas linhas. Prontos, e ainda não inaugurados, existem mais 300 km, no Tronco Principal Sul, construídos pelos Batalhões de Engenharia do Exército, por delegação do Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 600 km de obras em vários pontos do País concluíram-se os serviços de terraplenagem para o assentamento de trilhos. Dêstes, 580 km poderão ser entregues ao tráfego, este ano, incluindo-se os 240 da linha Brasília-Surubi-Pires do Rio.

Remodelando a via permanente, substituíram-se 583 t de trilhos, que, em termos de linhas, corresponderiam à extensão de 6 800 km. Acrescentem-se a troca e aumento, em grande escala, de número de dormentes; o lastreamento das linhas, em que se aplicaram 3,4 bilhões de cruzeiros; a compra de 421 locomotivas Diesel, das quais 389 já recebidas, bem como de 545 carros de passageiros e 6 498 vagões de carga. Ao findar o ano de 1959, a tração Diesel-elétrica, que era um imperativo de ordem técnica e econômica, já realizava mais da metade de todo o nosso tráfego ferroviário, contrastando com a modesta participação de 28% registrada em 1955.

Não é preciso encarecer a significação desses vultosos empreendimentos, nem ressaltar quanto vêm eles contribuindo para a melhoria da produtividade geral da economia do País. Basta dizer que as mercadorias não mais permanecem, meses seguidos, à beira das linhas, à espera de transporte, e que o tráfego ferroviário, tornado mais rápido e regular, recupera o seu antigo prestígio.

Rodovias

Projetos de vulto, que transformaram substancialmente a estrutura do sistema rodoviário federal, foram executados, nestes quatro anos, pelo Governo, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dos governos estaduais e unidades militares, por delegação daquele Órgão.

Ao mesmo tempo, a execução do Plano de Emergência Contra as Sêcas do Nordeste permitiu crescer e melhorar os sistemas rodoviários dos Municípios e Estados nordestinos, principalmente no Ceará, no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Assim, construíram-se 1 069,6 km de estradas de diferentes tipos naquela região e efetuou-se o revestimento primário de 665,5 km, dos quais 527 em estradas de primeira classe. Outras obras foram ainda ultimadas, introduzindo-se melhoramentos em 1 752,6 km de rodovias.

No que se refere, especificamente, ao Programa de Metas, processou-se, no quadriênio 1956/59, a implantação básica, inclusive melhoramentos, de 8 881 km e pavimentaram-se 3 883,5. Além disto, mantiveram-se em perfeitas condições de tráfego diferentes rodovias no total de 16 466 km. Dêsse modo, já se realizou 79% da meta de implantação básica para o quinquênio, e foi ultrapassada, em 27%, a de pavimentação. Os resultados isolados de 1959 acusam a implantação básica de 2 717,4 km e a pavimentação de 1 775 km, o que assinala o alto progresso dos trabalhos no ano findo.

Dentre as obras concluídas, devem-se destacar: o trecho Grinó-Bonsucesso, sobre a vertente marítima da Serra do Mar; a ponte metálica sobre o Rio São Francisco, com 240 m de extensão axial, assegurando a continuidade do trânsito rodoviário entre o Nordeste e as regiões Leste, Sul e Centro-Oeste do País; a parte mineira da rodovia Fernão Dias, terceiro lado do Triângulo econômico Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte; a pavimentação entre Engenheiro Passos e Caxambu; a estrada Rio de Janeiro-Teresópolis, integralmente pavimentada, trecho do novo traçado da Rio-Bahia, cujas obras estão prosseguindo, entre Teresópolis e Além-Paraíba; o término da pavimentação dos trechos Pôrto Alegre-Caxias do Sul e Curitiba-Lajes, da nova rodovia São Paulo-Pôrto Alegre, e o término da ligação Mossoró-Aracati-Boqueirão do Cesário.

Deu-se prosseguimento, ainda, à execução de outras obras de transcendente importância política e econômica para o País, entre as quais a implantação e pavimentação das ligações São Paulo-Curitiba, Brasília-Belo Horizonte, a pavimentação dos trechos Lajes-Caxias do Sul e da estrada Fernão Dias (São Paulo-Belo Hori-

zonte); a construção da ponte internacional Brasil-Paraguai, na estrada Paranaguá-Foz do Iguaçu.

Intenso foi o ritmo de trabalho na estrada Nordeste-Brasília, que terá 1 843 km de extensão, a partir de Fortaleza, e deverá estar concluída até o fim do ano, com as atuais características. Ulteriormente, será transformada em estrada de 1ª classe.

Ligação pioneira de não menor significado político e econômico será a rodovia Acre-Brasília, que não tardará a ser aberta, com a construção de aproximadamente 1 200 km, no trecho Rio Branco-Pôrto Velho-Cuiabá, onde já se rasgaram 740 km. Essa estrada terá uma extensão total de 3 100 km, em números redondos, e já está ultimada na parte Cuiabá-Brasília.

Quanto à grande rodovia Belém-Brasília, que é a maior e mais corajosa realização do Governo neste setor, folgamos em informar que, a esta hora, se encontra definitivamente implantada. Desde outubro de 1959, os jipes e caminhões vindos de Minas Gerais e São Paulo já a cruzavam, em demanda do Norte, num arremesso que demonstrou quanto ansiavam, por essa grande via, os que palmilham os sertões do Brasil. O extenso percurso dessa estrada, a abundante vegetação que a cerca em longo trecho, a alta densidade pluviométrica da zona e os problemas peculiares do solo, sempre trabalhado pela erosão, exigem o seu pronto asfaltamento. Ainda este ano o Governo promoverá as medidas necessárias a esse fim.

Marinha Mercante

Com a criação do Fundo e da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, em 1958, asseguraram-se, com caráter de continuidade, os recursos necessários ao reaparelhamento e acréscimo da frota de transportes sobre água, antes quase totalmente constituída de unidades com tempo de uso já ultrapassado.

Conforme se disse no início deste Capítulo, enquanto se cuidava, ainda, de implantar a indústria de construção naval no Brasil, teve o Governo de adquirir navios no exterior, que, acrescidos aos já encomendados pelas empresas particulares, totalizarão uma tonelagem adicional superior a 200 mil dwt, sem contar os petroleiros. Dêsse total, cerca de 100 mil dwt foram incorporados até 1958.

enquanto, em 1959, outras 14 500 se acrescentaram à frota, com navios destinados à cabotagem (2 705 dwt), ao longo curso (10 300 dwt) e aos serviços fluviais e lacustres (1 479 dwt).

Paralelamente, não se descurou da recuperação de navios: em conformidade com o programa estabelecido, foram reincorporadas à frota unidades, do Estado e de particulares, correspondendo a mais de 7 000 dwt.

No decurso deste ano e até princípios de 1961, deverão entrar em serviço os restantes navios de carga geral, encomendados no exterior, cuja capacidade gira em torno de 87 000 dwt.

Fato auspicioso, que abriu uma nova era para a marinha mercante, foi a encomenda de embarcações aos estaleiros nacionais, no total de 6 200 dwt; gradativamente, elevaremos essas compras até o nível de 150 000 dwt anuais, como prevêm os planos da indústria de construção naval.

Outro acontecimento significativo foi o acréscimo da frota de petroleiros, que, da tonelagem de 224 mil dwt, existente em 1955, passou à de 370 mil. No ano transato, 5 unidades, com a capacidade total de 138 675 dwt, entraram em serviço. Espera-se, além disso, que diversos outros petroleiros, ora em construção e perfazendo 161 000 dwt, venham a ser, em futuro próximo, incorporados.

No setor de transporte de passageiros, ultimaram-se providências para compra de 3 unidades, com capacidade nominal para 500 pessoas e dotadas dos mais modernos requisitos técnicos.

Finalmente, cabe salientar a contribuição da Marinha de Guerra, cujos navios transportaram 1,1 milhão de kg de carga do Ministério; 1,4 milhão destinados a vários órgãos governamentais e 37,5 milhões de carga comercial, num percurso que totaliza 88 mil milhas.

Portos, Rios e Canais

Em 1959, completou-se a compra e promoveu-se a distribuição, pelos diversos portos, de equipamento altamente especializado trazido dos Estados Unidos. Modernizando, dessa maneira, o sistema operacional daquelas unidades, vem-se obtendo mais rápida movimentação de mercadorias e, pelo mais pronto desembarço dos navios, maior oferta de praça marítima.

Não se descuidou o Governo do problema de dragagem. Há muito tempo não se fazia a conservação regular de canais de acesso a bacias de evolução e, por isso, o assoreamento progressivo tornou impraticável, ou difícil, a operação de acostagem das embarcações em vários portos de importância, com pesado ônus para os serviços da frota mercante.

Quase 17 milhões de m³ serão próximamente dragados, nos termos de concorrência pública aberta no ano passado. Para os serviços subseqüentes de manutenção, contará o Governo com o necessário equipamento, composto de dragas e embarcações auxiliares adquiridas nos Estados Unidos e na Holanda.

Grande parte das obras de ampliação de cais foi, outrossim, concluída, inaugurando-se trechos nos portos de Paranaguá (420 m) e de Cabedelo (200 m).

Quanto às obras de regularização de cursos d'água, sobressaem a da barragem do Fandango, no rio Jacuí — que veio propiciar navegação a um calado de 2 m, em trecho de mais de 63 km — e os estudos e trabalhos preliminares para o aproveitamento do rio Parnaíba, com o duplo objetivo de facilitar o transporte fluvial e possibilitar a instalação de usina hidrelétrica, de inegável importância regional.

O término, em 1959, de parte das instalações para movimentar minérios, no pórto do Rio de Janeiro, permitirá, desde logo, o carregamento de 1 000 t/h, capacidade igual à com que se dotou o de Vitória, mediante prolongamento e reequipamento do cais.

Com a recente criação do Fundo Portuário Nacional, modificou-se consideravelmente o programa de trabalho do Governo em tal setor. Foi possível conceber-se um plano geral de acréscimo e modernização dos serviços, achando-se em fase final o estudo de obras cuja execução, de par com o crescimento da frota mercante, dará eficiência e cunho econômico aos nossos transportes sobre água.

Aerovias

Já se ultimaram, praticamente, as medidas necessárias à renovação da frota aérea comercial do País, faltando apenas o recebimento

zar os sistemas de controle e segurança do tráfego nos principais aeroportos do País, instalando equipamentos de alta eficiência técnica e reconstruindo e estendendo as pistas destinadas ao pouso de aeronaves a reação. De outra parte, continuou, em 1959, a subvencionar linhas deficitárias e contribuiu para renovar o material de vôo das empresas, com as provisões, respectivamente, de 320 e 450 milhões de cruzeiros. Do total dessas parcelas, 202,7 milhões, não aplicados, passaram a constituir um Fundo de Reserva.

As empresas aéreas, por seu lado, mediante acordo com o Ministério da Aeronáutica, reduziram o excesso de vôos em diferentes rotas, para obter maior índice de utilização das aeronaves e, portanto, menores custos operacionais.

Quanto à participação do Brasil nos serviços externos, assinalem-se o aumento do número de vôos semanais na linha para Nova Iorque, a entrada de aeronaves a jato nessa mesma rota e o início dos transportes entre São Paulo e Los Angeles, via Bogotá e Cidade do México, primeira etapa da linha São Paulo-Tóquio, a ser estabelecida ainda este ano.

As operações do Correio Aéreo Nacional foram também ampliadas. Atendendo às necessidades do Grupo de Trabalho de Brasília, criou-se um serviço para a Nova Capital e, a fim de facilitar os despachos diplomáticos, estendeu-se até Paramaribo a linha regular de Caiena, bem como se estudou a linha para Buenos Aires e Santiago, cuja inauguração está prestes a efetuar-se.

Comunicações

Relativamente ao tráfego telegráfico, registre-se que a extensão da rede atingiu, em 1959, o total de 81 milhões de m, em face do acréscimo de 1,2 milhão verificado no ano.

O resultado financeiro do Departamento dos Correios e Telégrafos acusou, entretanto, o déficit de quase 3,3 bilhões de cruzeiros, já que a receita foi de 1 882 bilhões, e a despesa, de 5 157 bilhões. Isto se deve, sobretudo, aos gastos com o quadro de pessoal, que alcançaram o valor de 4,9 bilhões, em razão do abono concedido ao funcionalismo.

No campo das realizações da Comissão Técnica de Rádio, o melhor aproveitamento do espectro electromagnético, através de es-

de alguns aviões a jato. Cuida o Governo, atualmente, de modernizados e planificações, permitiu ampliar a rede brasileira de radiodifusão. No momento, conta o País com 1 050 estações radiodifusoras, entre as quais 8 canais de televisão em funcionamento.

CAPÍTULO VII

AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO

O grande impulso imprimido aos setores de transporte e armazenagem — essenciais à distribuição e à regularidade da oferta das mercadorias — bem como a criação de uma sólida infraestrutura industrial apta a fornecer ao campo equipamentos mecânicos e fertilizantes, permitem, já agora, ao Governo, atacar mais intensamente o problema da produção rural, adequando-a ao surto fabril e de urbanização que caracteriza a atualidade brasileira.

É óbvio que, sem transportes, sem armazéns, sem máquinas e sem fertilizantes não se lograria alcançar maior produtividade no trabalho campesino e fôra temerário tentá-lo, pois a produção não chegaria aos centros de consumo sem uma taxa de desperdício maior do que a atual, estimada em um terço.

Cumpre não esquecer, porém, que esse esforço nacional, em ampla escala, poderá frustrar-se em grande parte, se não adotarmos, em face do problema agrário, uma política decisiva, que modifique as relações de produção no meio rural. Para tanto, não bastará a iniciativa das classes dirigentes: será preciso mobilizar a boa vontade de toda a Nação, em suas distintas componentes sociais. Sem uma sábia lei agrária — é opinião hoje dominante — não se hão de corrigir inteiramente os presentes desequilíbrios no evoluir da produção rural.

A melhoria do nível de vida no campo, o incremento substancial da produção de gêneros de subsistência e a conseqüente ampliação do mercado interno apresentam-se como condições vitais à continuidade do nosso processo de desenvolvimento e, mesmo, à estabilidade da ordem social. O grau de maturidade já atingido pela economia brasileira não permite, por outro lado, que se persevere em dificultar à população rural o acesso à terra, e em não assegurar à propriedade o sentido social de que deve imbuir-se.

Não tem o Governo descurado o exame do problema, e, através dos seus serviços especializados, notadamente a Comissão Nacional de Política Agrária e o Serviço Social Rural, vem realizando importantes pesquisas que irão auxiliar o Legislativo no estudo dessa reforma básica.

Na década de 1950, acentuou-se o descompasso entre os trabalhos do campo e os de outros domínios da nossa economia. O acréscimo do *quantum* produzido pela agropecuária, no decênio, foi apenas de 47%, enquanto o das atividades fabris ultrapassou 85%. Tal evolução, *per capita*, se traduz respectivamente pelas taxas de 19% e 60%. Essas percentagens adquirem maior significação, se considerarmos que o Produto Nacional Bruto — isto é, o produto do conjunto das atividades econômicas nacionais — cresceu, no mesmo período, aproximadamente 30 % por habitante.

Como a agropecuária corresponde a perto de 28% da renda interna gerada, mantendo-se ainda na liderança de nossas atividades, é fácil compreender quanto o seu retardamento prejudicaria os designios de expansão da economia nacional. Embora natural, em certas fases do desenvolvimento, a ocorrência de disparidades dessa natureza, as características com que se apresentam entre nós são de molde a inspirar cuidados.

Como foi dito, o Governo atuou decididamente, pelos meios ao seu alcance, para atenuar aquele desequilíbrio pela melhora das condições de produção e escoamento das safras.

Registrem-se, a propósito, os esforços para convenientemente distribuir o crédito aos produtores campestres e para a manutenção da política de preços mínimos, bem como as pesquisas e trabalhos dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura e das Secretarias da Agricultura dos Estados, no que concerne à seleção de sementes, ao aperfeiçoamento dos rebanhos, ao incremento da produtividade dos solos, ao combate às pragas e enfermidades. Paralelamente, vêm-se estimulando a mecanização da lavoura, o uso de fertilizantes, e promove-se a construção de silos, armazéns e matadouros frigoríficos, como adiante se verá.

Desenvolvimento da Produção

Não obstante as deficiências de estrutura, a que aludimos, a agropecuária nacional apresentou sensíveis progressos no último

decênio, expressos num aumento da ordem de 47% na produção total dos seus diversos setores. O ramo agrícola propriamente dito teve um aumento de 46,4%, enquanto a produção de origem animal crescia em 48 % e a extrativa vegetal, em cerca de 14 %.

Todavia, ocorreram algumas dificuldades de abastecimento, agravadas, em certos períodos, pelo comportamento adverso dos fatores naturais que interferem na produção agropecuária. É que a expansão desta, em alguns importantes ramos, não acompanhou o célebre ritmo de crescimento das populações urbanas e a concomitante e apreciável elevação em seu poder de compra.

Conforme ficou ressaltado, a causa primordial dos desajustes prende-se a não se terem estendido, com o mesmo ritmo, às atividades campestres, as transformações estruturais ocorridas na economia brasileira, e nelas terem perdurado as relações de produção anteriores ao surto industrial brasileiro.

Apesar disso, continua a produção agropecuária a ser o ponto de apoio da nossa economia, fornecendo alimentos à população, matérias-primas à indústria e assegurando, em mais de 90%, o nosso poder de compra no exterior.

Política Agropecuária

No desenvolvimento de seu programa, neste setor, deu o Governo prioridade às providências diretamente relacionadas com o aumento e regularização dos suprimentos de produtos agropecuários.

Os reflexos benéficos dessas providências já se observam nos níveis mais altos de produção alcançados em diversas colheitas, a despeito das adversidades climáticas que periodicamente afetam importantes áreas de cultivo.

Fertilizantes — Entre as medidas tomadas com o objetivo de incrementar a produtividade agrícola, destaca-se o incentivo ao uso de fertilizantes. Procurou-se alcançar esta meta principalmente pelo estímulo à fabricação nacional de adubos básicos e pela outorga de facilidades à importação para atender à demanda no mercado interno.

Previram-se, para 1960, os quantitativos do consumo em 40 000 t de nitrogenados, 121 000 t de fosfatados e 40 000 t de

potássicos, cabendo à indústria nacional concorrer com o suprimento de 23 000 t de nitrogenados e 97 050 t de fosfatados.

A produção de nitrogenados, em 1959, alcançou a casa das 10 000 t. A capacidade instalada para esse fim, da ordem de 24 000 t, cobre, assim, a meta estabelecida. Quanto aos fosfatados, a produção interna ascendeu a 65 000 t, o que representa um aumento de 22%, em relação ao ano anterior. O volume de fertilizantes importadas atingiu 138 000 t, sendo 34 000 t nitrogenados, 44 000 t fosfatados e 60 000 t potássicos, no valor de 24 milhões de dólares.

O exame do exercício transato revela que o consumo total de fertilizantes, previsto para 1960, foi ultrapassado em 1959, embora a quantidade correspondente aos fosfatados consigne uma diferença de 10 %, a menos. Para isto muito concorreu o subsídio ao produtor nacional de fertilizantes, instituído pela Lei n.º 3 244, de 1957, o qual atingiu, em 1959, o valor de 827 milhões de cruzeiros.

São alvissareiras as perspectivas de aumento da produção dos fertilizantes no País. Os programas da PETROBRÁS, quanto a nitrogenados, o de duas empresas privadas, em relação ao fosfato, bem como o do Governo de Minas Gerais, através da FERTISA, permitem prever substancial acréscimo nesse ramo, em futuro próximo. Finalmente, merecem referência os planos experimentais destinados à obtenção de sais de potássio, derivados da exploração do cloreto de sódio nas salinas de Mossoró (RN).

Mecanização da Lavoura — Em 1960, de acordo com os planos iniciais do Governo, deveria existir em funcionamento, no País, um trator para cada 350 hectares cultivados. Assim, possuiríamos, no ano em curso, 72 mil tratores, para uma área cultivada de, aproximadamente, 25 milhões de hectares.

Apraz-nos assinalar que, em 1958, já aquele algarismo fôra atingido, e que, no primeiro semestre de 1959, iria ser ultrapassado, com uma disponibilidade total de 73,9 mil tratores. Acentue-se, ainda, que o Governo destinou 24 milhões de dólares à compra desse equipamento em vários países de moedas inconvertíveis,

durante o segundo semestre do ano findo. Com essas novas aquisições, a meta de Mecanização da Lavoura será superada, com folga.

As necessidades nesse domínio estarão em breve atendidas, com a implantação da indústria nacional de tratores, de que se encarregará o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (G.E.I.A.).

Armazéns e Silos — A construção de armazéns e silos está-se processando no ritmo previsto. Em 1959, várias etapas foram vencidas. Dispomos já de instalações com capacidade total para abrigar 303 540 t das quais: 213 020 t, em armazéns e 90 520 t, em silos. Daquele total, foram concluídos, em 1959, armazéns com capacidade para 21 232 t, e silos para o montante de 73 360 t, somando 94 592 t.

Além dos objetivos programados, o Governo começou a construir novas rêdes que estarão concluídas a partir de 1960. Destaque-se, a respeito, o plano que, sob a coordenação do SUDENE, vem sendo elaborado para o Nordeste e contemplará essa região com cerca de 30 unidades armazenadoras, no total de 153 000 t de capacidade.

Mencionem-se, ainda, o projeto da CASEMG, de Minas Gerais, que prevê a construção de 19 armazéns, com capacidade global de 37 350 t; o do Estado da Paraíba, da ordem de 20 000 t de capacidade, e o da Rede Federal de Armazéns Gerais Ferrovários S.A., da ordem de 200 000 m².

Matadouros-Frigoríficos — A meta dos matadouros industriais, inscrita no programa do Governo, para melhoria do abastecimento interno, mereceu particular atenção.

Foram, assim, previstas instalações industriais, dotadas de câmaras frias para 13 200 t, e aptas ao abate de 2 750 cabeças de bovinos por dia e 1 100 de suínos, com aproveitamento de produtos e subprodutos. Essas instalações se distribuem pelos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Piauí e São Paulo. O Governo colaborou, ainda, para a montagem de outra unidade na Bahia, destinada ao abate de 200 bovinos e 100 suínos e com frigoríficos para 170 t.

As obras concluídas até 1959 permitem o abate de 1 700 bovinos por dia e 500 suínos e a frigorificação de 2 000 t. As

perspectivas de realizações no ano em curso mostram-se promissoras, no que respeita às unidades localizadas no Nordeste.

Crédito Rural — Foi apreciável a contribuição do crédito, em 1959, para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Manteve-se, dêsse modo, a orientação de ampliar a assistência financeira aos produtores rurais, adotada nos últimos anos. Além do que já foi assinalado no Capítulo II, mencione-se que a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil concedeu às atividades rurais, nos primeiros nove meses de 1959, perto de 90 mil créditos, no valor de 22,5 bilhões de cruzeiros, contra 66 mil créditos, perfazendo 16,8 bilhões de cruzeiros, em quadra idêntica, de 1958. Além da pecuária, os produtos mais contemplados foram o café, a cana-de-açúcar, o trigo, o arroz, o algodão e o milho.

Também o Banco Nacional de Crédito Cooperativo realizou, até 31 de outubro de 1959, operações que totalizaram 1,7 bilhão de cruzeiros, enquanto, em igual lapso de tempo, em 1958, essas transações somaram 996 milhões de cruzeiros. Estima-se que os empréstimos dêsse Banco, em 1959, atingiram o montante de 2 bilhões de cruzeiros. Houve, pois, aumento correspondente a mais de 64,5%. Essas operações se destinaram principalmente à produção de cereais básicos, tubérculos, produtos hortigranjeiros, frutas, laticínios e gorduras animais.

Os programas de extensão rural e difusão do crédito rural supervisionado continuam a desenvolver-se, graças aos trabalhos realizados pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (A.B.C.A.R.), através de agências localizadas em várias Unidades da Federação. Além de conceder empréstimos a pequenos fazendeiros, promovem a elevação do nível técnico e social das comunidades rurícolas pouco desenvolvidas. Com a colaboração de outros organismos especializados, quer nacionais, quer internacionais, a A.B.C.A.R. tem realizado reuniões e conferências destinadas à discussão dos problemas do campo.

A Produção Agropecuária em 1959

Contrariando previsões pessimistas, a produção agropecuária nacional, em 1959, aumentou de 8,7 %, relativamente aos níveis

registrados em 1958. Esse incremento torna-se relevante se considerarmos que, em 1958, a vantagem sobre o ano de 1957 foi de somente 3,1%.

O alcance de nível tão auspicioso, nessa taxa de aumento global, deveu-se exclusivamente à expansão das colheitas, estimada em 12%. Observe-se que, em 1958, tal acréscimo foi de apenas 1,5%. Os demais ramos de atividade rural cresceram em ritmo lento, em 1959. A produção de origem animal apresentou o modesto aumento de 0,6%, e a extrativa vegetal apenas o de 1,1%. Em 1958, o comportamento dessas duas atividades se traduziu por uma melhoria de 7,8% e uma redução de 0,3%, respectivamente.

A análise do desenvolvimento da agropecuária, no ano findo, revela, como vimos, uma invulgar expansão das safras agrícolas tanto nos produtos de consumo interno como nos de exportação. Das 49 culturas, objeto de levantamentos estatísticos oficiais e que contribuem com pouco mais de 70% para a formação do produto agropecuário, apenas três, dentre as mais importantes, sofreram diminuição de colheita, relativamente às safras de 1958: batata inglesa (— 16%), uva (— 4%) e tungue (— 2%). Cumpre salientar também as adversidades climáticas e de pragas que afetaram as plantações gaúchas de trigo.

Entre as colheitas que apresentaram resultados positivos, sobressaem: o café (+ 22%), algodão (+ 23%), cacau (+ 6%), sisal (+ 14%), mamona (+ 18%), milho (+ 5%), arroz (+ 9%), abacaxi (+ 9%), tomate (+ 10%), laranja (+ 10%), amendoim (+ 8%), feijão (+ 2%), mandioca (+ 4%) e cana-de-açúcar (+ 2%). As demais culturas, não obstante resultados satisfatórios, e até expressivos em alguns casos, figuram secundariamente na formação do aumento global, por se tratar de produtos de pequena monta no quadro agrícola.

A produção de origem animal, que representa mais de 25% no conjunto da agropecuária, acusou, como se viu, diminuta percentagem de aumento, em 1959. Deve-se isto às secas que assolaram as principais áreas de criação, acarretando anormal emagrecimento do gado e, em consequência, desinteresse pelo abate. Não obstante, os rebanhos brasileiros — bovino, ovino, caprino e

suíno — vêm evoluindo satisfatoriamente, com uma taxa de crescimento superior ao da evolução demográfica.

Quanto à produção extrativa vegetal, que contribui com menos de 3% para o agregado agropecuário, as estimativas conhecidas para 1959 acusam aumento pequeno, porém apreciável, considerada a redução havida no período imediatamente anterior. As flutuações da procura nos mercados externos — para onde é encaminhada a maior parte dos produtos da atividade extrativa, exceção feita da borracha e do babaçu — explicam o comportamento desse setor.

Os produtos destinados à exportação responderam pelas maiores parcelas do aumento global registrado na atividade agropecuária. Os índices até agora calculados acusam um incremento recorde de 21%, para os produtos exportáveis, enquanto a produção destinada ao mercado interno aumentou em 4.5%, para o que concorreram de modo substancial os produtos alimentícios.

A expansão das safras de consumo interno, em alguns produtos, não foi suficiente para atender com folga à demanda sempre crescente do mercado nacional. Isto ocasionou dificuldades no abastecimento de certos gêneros, nas entre-safras. Por outro lado, da considerável melhoria nas colheitas destinadas aos mercados estrangeiros não resultaram maiores vantagens para o País, uma vez que o contingente mais ponderável — a produção cafeeira — em parte se transformou em estoques, de repercussões desfavoráveis, a vários respeito.

Saliente-se, por fim, ainda no que concerne à agricultura, um aumento de área cultivada da ordem de 2,7%. Tudo leva a crer que se tenha verificado apreciável acréscimo no rendimento dos cultivos, exceto quanto ao arroz, ao feijão e ao fumo, cuja área plantada se expandiu.

Alimentação e Abastecimento

Para remover as dificuldades neste âmbito, o Governo vem desenvolvendo persistentes esforços, através de medidas — algumas de efeitos imediatos, outras de ação em prazo médio e longo.

As primeiras, necessárias à solução das sucessivas crises no abastecimento, consistem no socorro imediato aos consumidores,

através da intervenção no mercado distribuidor. Não se pretendeu substituir a iniciativa privada, mas apenas atender à emergência. Para isso, buscou-se melhorar os processos de distribuição: ao consumidor, fornecendo gêneros indispensáveis à subsistência, a preços baixos e com fartura, mediante uma rede-piloto de mercados livres e feiras permanentes nos grandes centros urbanos; ao produtor, assegurando rápido escoamento e colocação garantida da produção, a preços justos.

Quanto às medidas a prazo médio e longo, situam-se, em primeiro plano, as que se destinam a assegurar a conjugação dos vários órgãos federais, estaduais e municipais, ligados ao abastecimento.

Torna-se imperioso homogeneizar e integrar todos esses organismos, a fim de solucionar definitivamente o problema do abastecimento nacional. Com tal propósito, o Governo enviou, ao Congresso, projeto de lei criando a Superintendência do Abastecimento e Produção. Expediu, ainda, o Decreto n.º 47 212, de novembro último, que manda celebrar convênios entre o Conselho Coordenador do Abastecimento, a COFAP, a Comissão de Financiamento da Produção e a Rede Ferroviária Federal, S. A.

A unificação de esforços, resultantes dessas medidas, habilitará o Governo a uma ação preventiva, através da compra e estocagem de produtos essenciais para oportuna distribuição, em caso de crises.

Política Florestal

O Governo vem tendo especial interesse para com a preservação e reflorestamento de extensas áreas, cuja importância econômica afeta a própria sobrevivência física e social do País. A exploração em escala incontida e o grande emprego de combustíveis vegetais acabará extinguindo a nossa reserva madeireira em vários pontos do País. O desmatamento ilimitado vem respondendo pela sequeidão de algumas regiões, onde a vida se acha ameaçada, e a terra empobrecida.

Diante desse quadro, tomou o Governo as medidas convenientes, dentro destas diretrizes: campanha de educação florestal;

proteção florestal; fomento florestal; criação de reservas, parques e florestas nacionais; pesquisa florestal.

No que diz respeito à educação, assinala-se que esta campanha se estendeu das capitais para o interior, alcançando já auspiciosos resultados no Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Promoveram-se, nos Estados, exposições, palestras, debates e exhibições cinematográficas, tendo-se criado clubes para estimularem nas crianças o interesse pela jardinagem e arboricultura.

O serviço de reflorestamento não se levará a bom termo sem intensificação dos trabalhos de pesquisa, o que já vem ocorrendo, com apreciável êxito, nos vários hortos florestais disseminados pelo País. Cabe aqui registrar que, em virtude de nosso reduzido número de técnicos, urge a criação da Escola Nacional de Florestas.

Foram, para esse fim, firmados convênios entre os Ministérios da Agricultura, da Educação e outras entidades, havendo-se destacado do Fundo Florestal a verba de 20 milhões de cruzeiros que, acrescida das subvenções do M. E. C. e de outros órgãos, possibilitará o funcionamento daquela Escola.

O campo experimental para os estudos de silvicultura são os Parques Nacionais. Nestes quatro anos obtivemos a delimitação e expansão dessas áreas que preservam a flora e a fauna brasileiras em toda a sua rica variedade. São elas: Florestas Nacionais de Jaíba (MG), Curitibanos (SC), Anhanguera (GO), Apodi (RN), Caxiuanã (AM), Bocaina (SP), Serra Negra (PE), Guido Marliere (MG), Gruta de Ubajara (CE), Aparados da Serra (RS), São Joaquim (SC), Sete Cidades (PI), Caparaó (MG e ES), Monte Pascoal (BA) e as Florestas Nacionais da Belém-Brasília.

CAPÍTULO VIII

INDÚSTRIA

No decorrer de 1959, prosseguiram ativamente os trabalhos planejados pelo Governo, no setor industrial, a fim de eliminar pontos de estrangulamento em nossa economia e estabelecer clima

propício à expansão espontânea de grande variedade de ramos manufatureiros.

Quer aplicando os recursos públicos em campos vitais não explorados pela iniciativa privada, quer orientando, através de estímulos diversos, os investimentos particulares para os setores de produção prioritariamente selecionados, pôde o Governo concretizar projetos de larga envergadura.

Transcorridos quatro anos desde que se pôs em prática o Plano de Desenvolvimento Nacional, é-nos grato afirmar que, das metas fixadas para o quinquênio, muitas foram atingidas, ou mesmo superadas, sendo reduzido o número dos projetos que, por diferentes motivos, não tiveram o mesmo ritmo de execução.

No ano findo, novas e importantes fábricas se instalaram, outras se expandiram, enquanto, num terceiro grupo, se aceleravam as obras de conclusão.

Dentre os vários empreendimentos, destacam-se os de indústria naval, siderúrgica, automobilística e de mecânica, material elétrico pesado, todos básicos para formar a estrutura necessária ao crescimento autônomo e contínuo da economia nacional.

Além da contribuição técnica do empresário estrangeiro, saliente-se o vulto dos seus investimentos, cujo montante foi, no ano findo, de aproximadamente 510 milhões de dólares, em dinheiro e bens de produção, conforme se pode ver no Capítulo das Relações Econômicas com o Exterior.

Mineração

Para atender às exigências que a grande expansão da siderurgia nacional impõe, e também para a conquista de novos mercados no exterior, vem-se ampliando e modernizando a indústria extrativa de minérios de ferro.

Incluídas no plano de metas, as obras encetadas têm por objetivo imediato atingir a exportação de 8 milhões de t, em 1960. Mais adiante, com a realização de empreendimentos de maior vulto, principalmente nos setores de transportes e instalações portuárias, almeja-se uma exportação anual de 30 milhões de toneladas. Para obter recursos destinados àqueles empreendimentos, diligencia-se conseguir garantias de colocação do minério, entre

os grandes consumidores externos, livrando a indústria das flutuações de compras e preços, que têm caracterizado o mercado mundial do produto.

Quanto à exportação planejada para 1960, da ordem de 8 milhões de t. espera-se alcançá-la, cabendo à Companhia Vale do Rio Doce 6 milhões de t. e às empresas do Vale do Paraopeba 2 milhões.

A Vale do Rio Doce, com recursos obtidos junto ao *Exim-bank*, no total de 12,5 milhões de dólares, e financiamentos complementares, em cruzeiros, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, realiza intenso programa de obras. Os investimentos totais deverão subir a cerca de 21 milhões de dólares, além de 970 milhões de cruzeiros, aplicados na melhoria da mineração e das linhas ferroviárias que ligam as minas ao porto de Vitória. Malgrado as oscilações da procura mundial, pôde a Companhia Vale do Rio Doce exportar, em 1959, cerca de 3,3 milhões de t. no valor de 35,8 milhões de dólares.

Para que as empresas do Vale do Paraopeba exportem os 2 milhões de t previstos, vêm-se melhorando as condições do transporte ferroviário, bem como promovendo o reequipamento do Porto do Rio de Janeiro, onde se constrói o parque de minérios e carvão, dotado das mais modernas instalações para a completa mecanização dos serviços portuários. Parte dessas obras acha-se concluída, permitindo embarque de minérios na base de 1 000 t/h. Nesses empreendimentos deverão aplicar-se quase 1,8 bilhão de cruzeiros e 7,5 milhões de marcos alemães.

O Brasil é, como se sabe, dos maiores produtores de manganês do mundo. A importância desse minério na indústria siderúrgica, a par de sua relativa escassez, confere, aos países que o possuem, uma posição privilegiada nas negociações internacionais. Atento a esta circunstância, o Governo procura extrair o máximo de benefícios dos contratos celebrados em administrações anteriores com empresas mineradoras, induzindo-as a realizar obras sociais de vulto, como sucede presentemente no Amapá.

Siderurgia

Vem o Governo empregando todos os esforços a seu alcance para o cumprimento da meta que fixou no campo da siderurgia:

uplicar a capacidade do nosso parque até 1960 e encaminhar medidas e providências para que se atinjam, em 1965, 3 500 mil t/ano de aço em lingotes. A produção nacional, que em 1955 havia sido pouco superior a 1 150 mil t, deverá alcançar 2 300 mil t em 1960, como fôra programado no comêço da atual administração.

Registre-se o auspicioso fato de havermos produzido, em 1959, aproximadamente 1 850 mil t de aço em lingotes, superando em perto de 150 mil a estimativa inicial, e em cêrca de 200 mil o resultado de 1958. Este acréscimo pôde ser obtido graças ao funcionamento, antecipado, de parte das instalações previstas nos planos de ampliação das usinas.

Concluíram-se, em 1959, os ajustes e negociações indispensáveis ao levantamento dos recursos financeiros, em moeda nacional e estrangeira, para as novas usinas projetadas, da USIMINAS, da COSIPA e da Cia. Ferro e Aço de Vitória, assegurando-se, dêste modo, a sua concretização.

A execução dos projetos da meta siderúrgica exige investimentos superiores a 60 bilhões de cruzeiros: cêrca de metade desta importância corresponde a despesas em moedas estrangeiras, equivalentes a mais ou menos 300 milhões de dólares. Em contrapartida, o acréscimo anual da produção será de aproximadamente 250 milhões de dólares, aos preços do mercado internacional, ou de 50 bilhões de cruzeiros, se tomados os vigorantes no Brasil.

A máxima atenção foi dada ao programa de desenvolvimento da Companhia Siderúrgica Nacional, que contribui com cêrca de 50% da nossa fabricação de aço. Pelas suas disponibilidades em equipamentos, recursos técnicos e reservas financeiras, estava reservado a essa emprêsa papel de excepcional relêvo nos planos de expansão da siderurgia nacional.

No exercício de 1959, a usina de Volta Redonda atingiu a expressiva produção de 865 mil t de lingotes de aço, ao mesmo tempo alcançando, com um ano de antecedência, a capacidade instalada de 1 100 mil t/ano, meta para 1960.

Os créditos que lhe foram proporcionados em moeda nacional, através de financiamentos oficiais, e as facilidades conce-

didias para levantamento de recursos no Exterior, permitirão que essa Companhia ultrapasse, no ano corrente, a meta prevista, uma vez que sua capacidade produtiva, em meados de 1960, será da ordem de 1 250 mil t/ano.

No que tange a aços nobres, destaque-se a Cia. Aços Especiais Itabira (ACESITA), que registrou acentuado progresso no último quadriênio. Até 1955, a maior parte do consumo nacional do produto era suprida pela importação. A partir de 1956, essa Empresa passou a suprir o mercado notadamente em chapas elétricas, item em que atende às necessidades do País, acompanhando *pari passu* o aumento do consumo pelas indústrias de aparelhos elétricos, eletrônicos e de automóveis. Com os planos de expansão em curso, a ACESITA produzirá, a partir de 1963, 240 000 t de lingotes, de que resultará elevada percentagem de aços de alta liga. Em 1959, a produção de aços especiais representou 86% da tonelagem bruta, em confronto com 20%, em 1955.

Química Básica

Os objetivos, neste setor, consubstanciam-se no desenvolvimento da produção de álcalis e fertilizantes, bem como na implantação da indústria petroquímica.

Alcalis — Com relação a estes, o Governo, ao mesmo tempo que acelera as obras da Cia. Nacional de Álcalis, propicia ao empreendedor privado facilidades cambiais e creditícias para execução de seus planos. A reação empresarial a essa política foi salutar. Em fins de 1959, o País estava em condições de produzir 64 mil t/ano de soda cáustica, contra 33 mil, em 1955. Os trabalhos de ampliação das fábricas existentes e a instalação de novas unidades permitem antever, no atual exercício, um acréscimo de cerca de 45 mil t/ano na capacidade instalada, perfazendo-se o total de 109 mil t, superior em 29 mil à meta inicialmente fixada.

A indústria de barrilha ficou sob a responsabilidade direta da Cia. Nacional de Álcalis, cujas instalações, na fase final, permitirão o fabrico de 72 mil t desse produto, além de 20 000 t de soda cáustica e diversos outros subprodutos, entre os quais gesso

e cal. Completou-se, no ano findo, a montagem dos equipamentos, esperando-se o início da produção no próximo semestre.

Fertilizantes — A produção de nitrogenados, a cargo da PETROBRÁS, alcançou, em 1959, a casa das 10 000 t, cumprindo salientar que a capacidade já instalada, da ordem de 24 000 t, supera o alvo de 23 mil t, estabelecido para 1960. Quanto aos fosfatos, produzimos cerca de 65 000 t em termos de P205, com aumento de 22% em relação ao ano anterior. Caminha-se para alcançar, este ano, a meta de 97 000 t.

Há boas perspectivas de crescimento dessa indústria, em futuro próximo, mercê dos novos programas de nitrogenados na PETROBRÁS, de fosfatados em duas empresas particulares, e de outros fertilizantes, na FERTISA, que está sendo reorganizada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Finalmente, mencione-se o prosseguimento das experiências para obter sais de potássio, derivados da exploração de cloreto de sódio nas salinas de Mosoró (RN).

Petroquímica — Iniciou-se, na Refinaria de Cubatão, em junho de 1959, a produção de propeno, que atingiu 1 203 t; a de eteno, que teve começo em 1958, alcançou 4 506 t.

Entretanto, em 1959, os mais altos níveis observaram-se no que respeita a fertilizantes — 47 mil t contra 7,9 mil, em 1958 — e resíduos aromáticos, matéria-prima para fabricação de negro de fumo — 406,8 mil barris, contra 208,1 mil, em 1958.

Cumprir mencionar, ainda, as melhorias operacionais no sistema de controle da fábrica de fertilizantes de Cubatão, com particular proveito para a produção de adubos nitrogenados, no montante de 205 t por dia, em dezembro passado, com 20,5% de nitrogênio.

Os esforços da PETROBRÁS estão-se concentrando, atualmente, na utilização de gás natural dos campos do Recôncavo e nos empreendimentos relativos à fábrica de borracha sintética, à reforma catalítica, à extração de aromáticos e pirólise de eteno, em Cubatão.

A fábrica de borracha será construída ao lado da Refinaria Duque de Caxias, com uma capacidade para 40 mil t anuais do tipo GRS. Devendo principiar suas operações com matéria-prima

parcialmente importada, já em 1962 estará utilizando matérias-primas básicas de produção nacional.

Efetivadas as obras em curso, em vários setores, estará consolidada, no Brasil, a implantação da indústria petroquímica.

Papel e Celulose

A indústria brasileira do papel, exceto o destinado a jornais e a livros, vem satisfazendo, normalmente, às necessidades do nosso consumo. Calcula-se que a produção, em 1959, atingiu 395 mil t, contra 296 mil em 1955, o que corresponde a um acréscimo da ordem de 33% na gestão do atual Governo.

Neste quadriênio, não aumentaram as importações desse artigo, que se restringiram a tipos especiais, cuja reduzida procura não justifica sua industrialização no País.

Quanto à celulose, as medidas de incentivo, quer financeiro, quer cambial, adotadas pelo Governo, resultaram no maior desenvolvimento dessa indústria que, no ano transato, já acusava o nível de 177 mil t, superior em 110 mil ao de 1955. O andamento de diversos projetos permite prever, para 1960, uma capacidade total de produção, de, aproximadamente, 390 mil t/ano, que ultrapassará a meta primitiva de 260 mil t/ano. O alvo do Governo é o desenvolvimento ótimo da indústria, sem abolir *in totum* o comércio internacional.

Vem-se procurando, outrossim, resolver o problema do fabrico de papéis para jornais e livros, bem mais complexo que o dos demais tipos. O subsídio à indústria interna, instituído pela Lei de Tarifas, já constitui valioso instrumento de estímulo a inversões neste setor. Entretanto, para que esta manufatura se desenvolva em bases sólidas, o Governo empreenderá, este ano, pesquisas de natureza técnico-econômica, procurando o melhor caminho para tornar o País auto-suficiente, a médio prazo, neste terreno. Entre 1955 e 1959, a produção elevou-se de 40 mil para 75 mil t.

Indústria Pesada

Não poderíamos pensar em emancipação econômica, se não nos lançássemos à produção das máquinas e outros equipamentos

reclamados pelo desenvolvimento do nosso parque industrial. Criando essa infra-estrutura, através de um esforço acumulativo, estaremos capacitados a utilizar ao máximo a possibilidade de reproduzir e multiplicar os nossos próprios recursos, conforme o avanço tecnológico for permitindo.

A demanda potencial do mercado aberto pelo Programa de Metas já constituía, por si só, incentivo à participação do capital particular na Indústria Pesada. A fim de incrementá-la e acelerar o crescimento dessa indústria, o Governo pôs em prática várias medidas.

Como passo inicial, conjugou os esforços dos empresários e atraiu o concurso da tecnologia estrangeira assegurando, ao mesmo tempo, o apoio técnico, econômico e financeiro das entidades governamentais à realização dos projetos que iam surgindo.

Os resultados dessa orientação podem ser medidos pelo excepcional progresso nesse ramo do nosso parque manufatureiro, hoje precioso colaborador nos demais programas do Governo.

No que respecta ao Material Elétrico, já é possível atender a substanciais encomendas, oriundas do próprio setor, bem como dos de Usinas Elétricas, Petróleo e Petroquímica, Aparelhamento Ferroviário, Portos, Siderurgia, Celulose e Papel, Automóveis e Mecânica Pesada.

Foram concluídos os primeiros geradores com 34 000 kva de capacidade unitária e prosseguiu-se, normalmente, na fabricação de transformadores de força até 50 000 kva. Além disso, estabeleceram-se, em 1959, condições tecnológicas para produzir geradores de até 100 000 kva e turbinas hidráulicas de potência unitária até 80 000 kva, limitando-se a importação, apenas, a rotores, dispositivos de regulação e de comando de tais equipamentos. Note-se que é recente a produção desse material no Brasil, pois só em 1958 se concluíram os primeiros geradores e turbinas até 5 000 kva, por unidade de potência.

Tanto em motores elétricos pesados, de uso comum, como em transformadores de força, seja em volume, seja em tipos e capacidade unitária, nossa indústria, desde 1958, está habilitada a suprir o mercado nacional.

No setor da mecânica, ramo de máquinas operatrizes e afins, o maior desenvolvimento verificou-se na produção de tornos, prensas, furadoras, serras e tesouras, plainas-limadoras e de mesa. Da capacidade total de fabricação — 7 200 unidades em 1955 — passou-se à de 9 100, em 1956; de 10 400, em 1957; 11 900, em 1958 e, finalmente, 17 000 em 1959.

As necessidades internas de implementos agrícolas são agora em parte atendidas pela indústria nacional no que se refere a grades de discos, terraceadores, cultivadores, roçadeiras, distribuidores de fertilizantes, polvilhadeiras, pulverizadores e bombas de irrigação.

Tornou-se satisfatória a produção de máquinas e equipamentos para a Indústria de Mineração, particularmente no que tange a britadores, peneiras mecânicas, esteiras rolantes de pequena e média extensão e dispositivos complementares.

Monovias, elevadores e movimentadores de carga, pontes rolantes, comportas para fins hidrelétricos já constituem, igualmente, itens de fabricação regular.

A indústria de calderaria provê a indústria química em depósitos de fluidos, geradores e trocadores de calor, tórres de reação e destilação e algumas instalações típicas.

Aprimora-se e expande-se a manufatura de máquinas e equipamentos para a indústria extrativa; a de beneficiamento e transformação de produtos vegetais e animais; a de alimentos; de refrigeração; de têxteis e, de modo geral, de papel e celulose.

Por fim, a produção de equipamentos e material de transporte ferroviário, exceto locomotivas, está satisfazendo plenamente à atual procura.

Indústria Automobilística

O cumprimento dos Planos Nacionais Automobilísticos foi considerado fundamental para a dinamização da economia brasileira, em virtude do impulso que essa indústria promove nos demais setores de atividade; daí o empenho do Governo em alcançar, êste ano, a meta de nacionalização, em índice ponderal, de 90%, para caminhões e veículos utilitários, e 95%, para jipes e automóveis de passageiros.

Está prestes a ser atingido esse objetivo, importando salientar que, na fabricação de alguns veículos, se ultrapassaram os índices intermediários fixados. Assim, em certo modelo rural, empregava-se, no ano passado, material brasileiro na proporção de 94,18% de seu peso, isto é, quase 10% acima do que fora preestabelecido.

Tal progresso constitui a contrapartida de investimentos, equivalentes à elevada soma de 300 milhões de dólares, que se vêm efetuando nas duas partes componentes do setor — fabrico de veículos e de autopeças — além de 16 bilhões de cruzeiros despendidos no País com imóveis, serviços e equipamentos.

Embora os planos aprovados admitissem, em 1957-60, fabricação da ordem de 493 mil viaturas, preferiu o Governo estabelecer o nível de apenas 340 mil, mais compatível com as disponibilidades previsíveis de câmbio e de matérias-primas. Até 1959, foram entregues 188 072 unidades ao mercado, com a seguinte progressão: 30 700 em 1957, 61 129 em 1958 e 96 243 em 1959.

Três fatos de grande repercussão econômica ocorreram no decurso de 1959: funcionamento inicial de cinco fábricas de motores, que vieram juntar-se às duas inauguradas em 1958; o fabrico, pela primeira vez no País, de eixos de transmissão, e o acréscimo da capacidade nacional de forjamento, através de quatro empresas de grande envergadura. Contribuirão estas não apenas para a total nacionalização do veículo brasileiro, mas também para suprir necessidades dos demais ramos da atividade manufatureira.

Indústria de Tratores

Com o propósito de realizar, sem descontinuidade, a mecanização da agricultura, já impulsionada, nestes quatro anos, com a compra de aproximadamente 22 mil tratores, cuidou o Governo de incentivar, no País, a implantação desse tipo de indústria.

Como providência preliminar, procurou-se fortalecer a infraestrutura, nos ramos de autopeças e de mecânica pesada. A experiência adquirida nos setores vitais de fabricação de eixos, caixas de mudança, rodas, motores, embreagens etc., permitiu um plano

de nacionalização progressiva daqueles equipamentos agrários, partindo de elevado índice ponderal.

O Decreto nº 47 473, de dezembro de 1959, determina, inicialmente, a proporção mínima de 70 % de peças e matérias-primas nacionais, na fabricação dos tratores, a partir do segundo semestre de 1960.

Serão produzidas, este ano, 2 500 unidades; 3 000, no primeiro semestre de 1961, com 85% de nacionalização; 4 000, com 90%, no segundo semestre do mesmo ano, e 10 000, em 1962, com 95%.

Construção Naval

Intensificando a execução dos planos elaborados em 1958 para implantar, em bases amplas, uma indústria brasileira de construção naval que enseje o rápido e firme crescimento da nossa marinha mercante, aprovaram-se nove projetos de estaleiros com capacidade total em torno de 160 000 dwt/ano.

O cumprimento do programa, que prevê mobilização de recursos no valor de 6,4 bilhões de cruzeiros e 18,3 milhões de dólares, sob forma de equipamentos e serviços diversos, permitirá colocar à disposição do País, no prazo de três anos, com a mais moderna técnica de construção naval existente, conjuntos industriais para produzir navios até 15 000 dwt.

Apraz-nos assinalar a implantação de nove estaleiros e o auspicioso fato de deverem ser lançados ao mar, ainda este ano, os dois primeiros navios construídos dentro dos planos governamentais. Em janeiro último, foi batida a quilha dos mesmos. Quanto a estaleiros para reparos navais, duas unidades desse gênero serão também instaladas.

O Governo instituiu o Curso de Engenheiros Navais na Universidade do Brasil, nos moldes do já existente na Universidade de São Paulo, para formação de técnicos nesse ramo.

Metalurgia dos Não-Ferrosos

A capacidade de produção de alumínio em lingotes atingiu, em 1959, o montante de 16 700 t/ano. Pretendia o Governo que,

em 1960, alcançasse 25 mil t/ano, volume 10 vezes superior à capacidade instalada em 1955. Entretanto, um pequeno atraso na realização do programa só admite esperar-se o nível de 18 700 t; mas em 1962, com o término de obras em curso, elevar-se-á sua produção a 28 700 t/ano.

Procurou o Governo, ao mesmo passo incentivar a industrialização dos outros metais não-ferrosos, criando, para isso, um clima propício aos investimentos particulares. Simultaneamente, para a metalurgia se desenvolver sem maiores riscos, intensificou as pesquisas de minérios, localizando jazidas.

O progresso verificado, neste quadriênio, na indústria de vários metais não-ferrosos, oferece ao Brasil animadoras perspectivas de auto-suficiência, em futuro não distante.

A capacidade de produção de cobre metálico, por exemplo, deverá situar-se em torno de 4 mil t, este ano, com a usina projetada para o Ceará. Essa indústria produziu, em 1959, 1 800 t, contra apenas 730, em 1955.

Prevê-se, também para este ano, o funcionamento, na Bahia, de nova usina produtora de chumbo, que aumentará de 7 para 20 mil t a produção desse metal.

Promove o Governo a construção de três usinas refinadoras de zinco, com capacidade total de 27 200 t/ano, superior às presentes necessidades de consumo do País. Uma delas, localizada no Estado do Rio, estará concluída no próximo semestre, habilitando-se a fornecer 7 200 t/ano; as duas outras deverão entrar em funcionamento em 1963.

A produção de ferro-níquel elevou-se de 214 t, em 1955, a 330, em 1959. Aperfeiçoando-se o processamento industrial, tornou-se possível aumentar o teor de níquel puro, que passou de 18%, em 1955, a 27%, em 1959. Com esses dois avanços, a obtenção de níquel puro, no ano passado, ascendeu a 89 t, contra apenas 39, em 1955. Espera-se atingir, este ano, 650 t de ferro-níquel, com um teor de 40%, o que corresponde a 260 t de níquel puro.

Relativamente ao estanho, está o Brasil, desde 1958, em condições de satisfazer, com folga, a demanda interna, em face da capacidade produtiva existente, de 7 mil t/ano.

Cimento

As cinco novas unidades industriais construídas no período do atual Governo e a ampliação de três outras fábricas vieram adicionar à capacidade nominal de produção de cimento cerca de 1 170 000 t/ano, o que corresponde a mais de 30% da capacidade existente em 1955, estimada em 3,6 milhões. No último ano, em particular, o acréscimo cifrou-se em cerca de 560 mil t, quase alcançando o aumento verificado no triênio precedente.

Estão em andamento, para término em 1960, obras pertinentes a dois outros projetos, que elevarão aquela capacidade a perto de 4,9 milhões de t, alcançando-se, assim, praticamente, a meta fixada para 1960, isto é, 5 milhões.

Outras iniciativas, já conhecidas, possibilitarão, até 1962, a adição de mais de 600 000 t/ano à nossa potencialidade produtiva.

CAPÍTULO IX

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O descompasso na formação da Renda Territorial do Brasil, acentuado a partir da década 1930/39, em decorrência do progresso industrial, veio agravar-se com a mais recente expansão do parque manufatureiro do Centro-Sul, após a II Grande Guerra.

Conseqüentemente, nas regiões menos desenvolvidas, o Produto Líquido Real *per capita* vem crescendo em ritmo inferior ao da média nacional, isto é, as diferenças atuais, em lugar de caminharem para um nivelamento ou simples manutenção do *statu quo*, tendem a agravar-se. Esse fato acarreta sérios problemas sociais e políticos, que têm sido amplamente debatidos no Parlamento, na imprensa e nas instituições culturais.

Procura o Governo corrigir, com firmeza, esses desníveis de distribuição da renda, através do fortalecimento das áreas subdesenvolvidas, onde vive uma terça parte da nossa população.

É fora de dúvida que a solução do problema deve repousar numa carga disciplinada e maciça de investimentos públicos, em obras sociais e econômicas, ampliando-se, destarte, os horizontes para a expansão local do capital privado, que hoje emigra para regiões que ofereçam melhores oportunidades.

Os constituintes de 1946 estabeleceram a obrigatoriedade da aplicação de recursos oficiais na Amazônia, no Nordeste e no Vale do São Francisco. Não basta, porém, que a Constituição preveja tais recursos. Cumpre empregá-los com regularidade, dentro de um plano global de desenvolvimento, em bases uniformes e racionais, evitando que se pulverizem as dotações em obras dispersas ou fragmentárias.

Nordeste

Dentro das considerações expostas, o Nordeste se enquadra como um caso típico de área subdesenvolvida. A tendência do acréscimo de sua renda não acompanha a do Centro-Sul e seu incremento demográfico é tão rápido quanto o desta última região.

A pobreza relativa de terras cultiváveis, a inusitada concentração de renda em setores restritos das atividades agropastoris e a predominância da economia de subsistência nas classes menos favorecidas do interior pecuarista e semi-árido, concorrem para que o aumento populacional assuma aspectos alarmantes.

No limiar de 1959, o Governo empreendeu a chamada Operação Nordeste, cujo Programa compreende as seguintes diretrizes básicas: intensificar os investimentos industriais, visando a desenvolver, ali, um núcleo ativo de expansão industrial, tecnificar a agricultura da faixa úmida, com vista a proporcionar uma adequada oferta de alimentos aos centros urbanos, onde a industrialização deverá ser incrementada; modificar progressivamente a economia das zonas semi-áridas a fim de lhes elevar a produtividade tornando-as mais resistentes ao impacto das secas; e, finalmente, deslocar a fronteira agrícola do Nordeste, incorporando ao sistema produtivo da região as terras úmidas do interior maranhense, em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização econômica da faixa semi-árida.

Do programa à ação, o Governo se apressou em criar, pelo Decreto n.º 45 445, de fevereiro de 1959, o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste — CODENO — com o objetivo de formular e executar, sistematicamente, os diversos projetos para o progresso econômico e social da área considerada.

Entrementes, propunha ao Congresso a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — que

se concretizou com a Lei nº 3 692, de dezembro último. Cabê-lhe concentrar, ao máximo, as atividades dos órgãos federais, em cooperação com as administrações dos Estados nordestinos; dar unidade à ação governamental, evitando a dispersão de recursos em obras esparsas; prestar assistência técnica aos governos locais, orientando seus esforços para os projetos de maior interesse regional; fazer com que os recursos públicos drenados para o Nordeste criem condições propícias à fixação de investimentos privados, cujo êxodo para as áreas mais prósperas anula os auxílios oficiais ali distribuídos.

Enquanto não se organizava a SUDENE, que o substituiu, o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste teve múltipla atuação, em 1959, através de 15 Grupos de Trabalho, que procederam a estudos específicos da economia regional, tais como: Cultura Algodoeira, Transportes, Eletrificação, Abastecimento, Irrigação, Indústrias Metalúrgicas, Indústria Têxtil, Outras Indústrias, Recursos Minerais, Nordeste Ocidental, Programa de Energia, Colonização e Povoamento, Saúde, Mão-de-Obra e Abastecimento Urbano de Água.

Obras Contra as Sêcas

Com a reformulação da nossa política tradicional neste setor, tornou-se muito mais amplo o campo de ação do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, pois, além dos trabalhos pioneiros de açudagem, abrange ainda os de irrigação, abertura de poços, abastecimento urbano de água, eletrificação, silos e armazéns, rodovias, campos de pouso, radiocomunicações, piscicultura e construção de rodovias.

Atenuadas as conseqüências da seca de 1958, pelos serviços assistenciais e, em seguida, pelas chuvas do princípio do ano passado, pôde o Governo dedicar-se a obras de efeito mais duradouro.

Intensificaram-se as realizações em todos os sistemas principais de açudagem, tais como: Parnaíba, Acaraú, Curu, Jaguaribe, Apodi, Piranhas, Paraíba, Moxotó, Pajeú, Vaza-Barris e Itapicuru.

A cubagem de água total dos açudes públicos, em fins de 1959, somava 6,4 bilhões de m³, dos quais 3,5 bilhões foram acumulados em menos de 4 anos da atual Administração; estão, ainda,

sendo construídos mais 58 reservatórios, com a capacidade de 8,8 bilhões de m³.

Além disso, prosseguiu-se ativamente na pequena açudagem, em regime de cooperação com a iniciativa privada, havendo-se concluído tantos açudes quantos os terminados em 1958, em número de 30.

No que respeita à irrigação, é imensa, como se sabe, a tarefa por executar. Calcula-se em 1 milhão de hectares a área regional irrigável. Os açudes já prontos, ou em fase de acabamento, permitem beneficiar apenas 70 mil hectares.

A primeira etapa dos trabalhos dessa natureza, no Polígono, foi e continua sendo a açudagem.

No entanto, o problema da irrigação tem aspectos distintos, e as soluções não podem ser generalizadas, exigindo cada projeto estudos específicos. Nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, deverão estas basear-se na grande açudagem, pelas condições favoráveis que a topografia e a geologia oferecem. Já noutras partes, o lençol freático e os rios perenes são os mananciais mais indicados para uma irrigação intensa.

Já existem, no Nordeste, cerca de 694 km de canais, nas bacias de irrigação dos açudes. O sistema irrigatório do Piranhas, é o que se acha mais adiantado.

Quanto aos poços perfurados, para atender às exigências mínimas das populações locais, obtém-se um rendimento horário da ordem de 14,6 milhões de litros de água.

De acordo com a legislação em vigor, vem o Governo cooperando no abastecimento de água a núcleos de população superior a mil habitantes. Dezenove cidades já foram atendidas, desde 1957, quando se iniciaram esses serviços.

Em alguns casos, a ajuda federal vai até 90% do custo da obra, pois envolve também os trabalhos da captação da água.

Para a exploração energética dos açudes, o D.N.O.C.S. conjuga esforços com os da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco. Há, atualmente, projetos e obras em curso para construir usinas em 14 açudes públicos, num total de 71 000 c.v., naquelas

áreas mais necessitadas, quer pela irregularidade pluviométrica, quer pela carência de energia.

A cultura de espécies ictiológicas, de grande valor nutritivo e elevado rendimento econômico, é uma das finalidades dos reservatórios que se têm construído no Polígono das Sêcas. Excelentes resultados foram atingidos nos trabalhos de piscicultura levados a efeito.

Dada a importância dos silos e armazéns, na regularização da oferta e estabilidade de preços de gêneros alimentícios, o Governo procura disseminá-los na Zona, seja construindo-os, seja favorecendo a iniciativa privada, mediante auxílios até 30% do custo das respectivas obras.

No setor rodoviário, a contribuição do D.N.O.C.S. está representada principalmente pela grande rodovia Fortaleza-Brasília, em construção.

Crédito Especializado

O crédito especializado regional desenvolve-se principalmente através do Banco do Nordeste do Brasil S.A. que, entre dezembro de 1958 e outubro de 1959, elevou os empréstimos em torno de 35%, passando o total dos saldos devedores de 2,8 bilhões a 3,8 bilhões de cruzeiros. Registrem-se, também, os compromissos por operações contratadas, de 280 milhões de cruzeiros, que fazem ascender a mais de 4 bilhões a assistência financeira oficial às atividades econômicas da região.

A agricultura e a indústria absorviam 69% dos empréstimos, contra 63% em fins de 1958. Os novos créditos a agricultores e criadores, até outubro de 1959 atingiram 592 milhões de cruzeiros, dois quais 477 milhões, em operações diretas, e 115 milhões, por intermédio de cooperativas. Aquê total superou em 255 milhões os financiamentos contratados em igual período de 1958.

Intensificaram-se os empréstimos para açudagem, tendo-se construído 165 reservatórios, através de operações que ascenderam a quase 53 milhões de cruzeiros, sendo 38 milhões nos primeiros dez meses de 1959.

Objetivando o desenvolvimento industrial, autorizou o Banco 17 novas operações, em 1959, somando 459,5 milhões de cruzeiros,

para implantar, modernizar e expandir indústrias. Em estudo, havia 23 outras, no total de 820 milhões de cruzeiros.

Amazônia

Recursos públicos investidos pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (S. P. V. E. A.), começaram, em 1959, a ser recuperados. Houve, nesse exercício, uma reversão de capital superior a 7 milhões de cruzeiros, esperando-se que o refluxo atinja, em 1960, a 27 milhões.

Observe-se, a propósito, que as verbas orçamentárias para valorização da bacia amazônica se destinam, em grande parte, a inversões de caráter social, principalmente nos setores de saúde e educação, cujo rendimento não é mensurável em termos monetários.

Em 1959 foi concluído o inventário florístico da faixa que se estende à margem direita do Amazonas, desde o Purus, até a zona de transição da selva típica para as terras do Nordeste, cobrindo cerca de 200 mil km². Estes trabalhos tiveram início em 1955 e constituem, no mundo, o maior inventário de área florestal contínua.

Quanto aos recursos minerais, terminou-se a primeira etapa do levantamento aerofotogramétrico de 4 500 km², no Amapá, com vista à pesquisa de minérios de ferro e atômicos. Prospecções geológicas estão sendo feitas em diferentes áreas, notadamente no Território do Rio Branco e na zona do Araguaia-Xingu, onde se ativam as pesquisas de carvão. Os resultados obtidos em Capanema, na pesquisa de calcário, levaram o Governo a financiar a instalação, ali, de fábrica de cimento que começará a funcionar, em 1960, com a capacidade inicial de 200 t/diárias.

Com o fim de incrementar a indústria de pesca, foram prestados auxílios à iniciativa particular, que em Maracanã, no Pará, construiu moderna fábrica para conserva do pescado, já em funcionamento. Ultima-se a instalação de dois frigoríficos, no Território do Amapá, além da montagem de uma rede de entrepostos e fábricas de gelo em vários pontos da Amazônia. Em Belém, já está em atividade um amplo frigorífico, complementando a modernização da indústria pesqueira local, para abastecimento de toda a cidade.

Merece destaque o esforço despendido na heveacultura, de capital importância para o complexo econômico da região, como para o de todo o País. Em 1959, foram instalados viveiros nos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e nos Territórios do Acre e Rondônia, totalizando aproximadamente 2 milhões de mudas, das quais pelo menos 1 200 000 serão aproveitadas para plantio, em 2 000 hectares, que compreendem, ainda, trechos à margem da rodovia Belém-Brasília. De acordo com os planos estabelecidos, deveremos ter, em cinco anos, 10 milhões de seringueiras.

No setor de energia elétrica, somente em 1959 foram aplicados cerca de 265 milhões de cruzeiros.

Está o Governo convicto de que a construção da rodovia Belém-Brasília, da qual demos notícia no capítulo próprio, irá contribuir extraordinariamente para a valorização da Bacia Amazônica.

A ligação por ela estabelecida entre o extremo Norte, o Centro e o Sul do País, num esforço épico do povo brasileiro, suscitará, na Hiléia Amazônica, um surto de atividades destinadas a tornar efetiva a posse daquela imensa faixa do território pátrio.

Por outro lado, é certo que a interiorização da Capital do País funcionará como agente catalítico decisivo para o surgimento de múltiplas inversões privadas no grande vale, integrando-o positivamente no sistema econômico nacional.

Crédito Especializado

As operações do Banco de Crédito da Amazônia, pela Carteira de Crédito Geral, totalizaram 3,7 bilhões de cruzeiros, até setembro do ano passado, devendo-se acentuar que, no setor da borracha, os créditos deferidos cobriram 34% do movimento global, com acréscimo de 305 milhões em relação a igual período de 1958.

Além disso, em convênio com a S.P.V.E.A., o Banco aplicou, ainda de janeiro a setembro de 1959, mais 131 milhões, em operações diretas de fomento às atividades produtoras.

Vale do São Francisco

O aproveitamento do Vale do São Francisco compreende obras nos setores de regularização fluvial, energia, transportes, irrigação e drenagem, saúde, desenvolvimento cultural e de produção.

A barragem de Três Marias, empreendimento fundamental da zona e dos de maior vulto deste Governo, vem sendo executada com vigor e celeridade. Completaram-se os trabalhos de desvio do curso d'água, cujo leito se acha ocupado pelo maciço da barragem até a cota de 544 m. As obras estarão concluídas no fim deste ano.

Aproximando-se a fase final da construção dessa grande represa, o Governo volta as suas vistas para a de Sobradinho, a ser construída no leito principal do São Francisco, a montante de Juazeiro.

No programa relativo ao tráfego fluvial, a primeira meta é tornar desimpedida a navegação do médio São Francisco, de Pirapora a Juazeiro, e organizar uma frota em moldes racionais e modernos. Para esse fim, realizaram-se em 1959 a dragagem de 50 000 m³ em 7 passagens difíceis, o derrocamento e o transporte de 3 600 m³ de pedra, bem como a retirada e destruição de empecilhos à navegação. Do mesmo passo, concluiu-se praticamente a primeira fase das obras de proteção e acostagem, nos portos de Pirapora, Januária, Lapa, Curaçá, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Petrolina, Piaçabuçu, Penedo e Propriá.

O programa rodoviário regional compreende 17 estradas-tronco num total de 2 770 km, dos quais 1 265 já estão concluídos. Além das estradas-tronco, destinadas a ligar os principais centros de produção e consumo, constrói o Governo uma rede de rodovias secundárias, intermunicipais e interdistritais que já ultrapassa 500 km.

A implantação de uma agricultura intensiva, no Vale, através de grandes sistemas irrigatórios e de aproveitamento racional de várzeas, constitui um dos objetivos essenciais do atual Governo. Executar-se-á a irrigação por gravidade à margem direita do Rio Grande, na Bahia — Municípios de Barreiras, Angical e Cotegipe. Trata-se de uma obra de vastas proporções destinada a servir, na sua fase final, uma área superior a 60 000 hectares. Projeta-se, também, a irrigação, por bombeamento, das terras marginais do São Francisco, ao longo de 450 km, entre Juazeiro e Paulo Afonso, beneficiando os Estados da Bahia e Pernambuco. Faz-se, igualmente, a drenagem de amplas várzeas no Baixo São Francisco,

de modo a permitir o aproveitamento agrícola de extensa área dos Estados de Alagoas e Sergipe.

Resultados altamente compensadores vêm sendo obtidos nas culturas de cebola, alho, banana, uva, algodão, tomate e arroz. Presta-se ainda assistência à pecuária, introduzindo, ali, em larga escala, raças selecionadas, bem como fixando e difundindo variedades apropriadas de plantas forrageiras e promovendo a imunização sistemática dos animais contra enzootias e zoonoses em geral.

No tocante à energia, em capítulo à parte vêm descritas, pormenorizadamente, as obras de grande porte que ali se executam.

Vale do Rio Doce

As exportações de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce, em 1959, montaram a 3,3 milhões de t, no valor de 35,8 milhões de dólares. Além das atividades específicas de mineração, cabe mencionar, também, a ação extensiva que essa empresa desenvolve em outros setores, notadamente o rodoferroviário, a fim de facilitar sua produção e servir os interesses da zona.

Citem-se, a propósito, os trabalhos da rodovia pavimentada, que ligará a cidade de Itabira a Belo Horizonte, e as melhorias introduzidas na Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Em futuro próximo, assim que se concluem as obras planejadas para dragagem do canal de acesso ao porto de Vitória e respectiva bacia de evolução, crescentes facilidades serão abertas ao comércio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Territórios Federais

Instituída em fins de 1958, a Comissão de Assuntos Territoriais iniciou, em abril de 1959, o trabalho de coordenar e fiscalizar os atos administrativos dos Territórios. Para melhor atender às suas finalidades, programou e realizou, em Belém do Pará, no período de 23 a 30 de julho, uma reunião destinada a debater os problemas daquelas unidades e a articular o melhor entrosamento dos órgãos que nelas funcionam. Dedicou especial estudo à inspeção *in loco* das administrações federais, meio eficaz de assisti-las e orientá-las na execução dos programas aprovados.

PARTE QUARTA

TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

TRABALHO

Preservar a paz social, com a melhoria das condições de vida do trabalhador e o paralelo incremento da produtividade, foi objeto de constante empenho do Governo, tôdas as vêzes que se fêz necessária a sua interferência nas reivindicações salariais.

Graças à compreensão entre empregados e empregadores, puderam levar-se a bom têrmo os entendimentos, com soluções adequadas, mesmo quando as greves chegaram a deflagrar. Estas, de pouca duração, não produziram sensíveis abalos na estrutura econômica ou na harmonia social.

Nos desentendimentos que não se resolveram em âmbito administrativo, coube a palavra final aos tribunais do Trabalho, dentro dos preceitos da legislação trabalhista.

Foram em número de vinte-e-oito os acôrdos salariais celebrados e homologados pelo Departamento Nacional do Trabalho, e de cinqüenta-e-três os principais dissídios do mesmo gênero nas Delegacias Regionais; dêstes, vinte-e-três ocorreram em São Paulo.

Realizaram-se, também, mesas-redondas para, entre outros objetivos, estudar processos eleitorais, debater sôbre condições de trabalho e divergências entre facções no seio dos sindicatos, tanto patronais como de empregados.

Por êsse meio, tiveram desfecho satisfatório pendências que se delongavam excessivamente, em especial a antiga questão dos trabalhadores silicóticos da Mina de Morro Velho, a do reconhecimento da categoria diferenciada dos Marítimos das Docas de Santos e a da regulamentação das condições de trabalho dos Aeronautas.

É de salientar, ainda, o aumento do número de convenções coletivas de trabalho, entre sindicatos de empregados e empregadores,

fato que patenteia o progresso alcançado no campo social pelos componentes destas categorias, bem como a confiança que reciprocamente se inspiram. O emprêgo dêste instituto trabalhista, até agora pouco utilizado entre nós, muito fortalece a paz social, extraindo da legislação do trabalho a melhor substância.

Higiene, Segurança e Fiscalização do Trabalho

O volume de serviços, neste campo de ação, excedeu em cerca de 15% ao de 1958, compreendidas as atividades da medicina do trabalho e da assistência social. Registraram-se perto de 85 000 exames médicos e odontológicos, sobretudo em menores, e 52 000 visitas a estabelecimentos industriais e comerciais, para fins de higiene e segurança do trabalho.

Realizou-se, com êxito, a Semana de Prevenção de Acidentes, havendo-se conferido medalhas às emprêsas que menor índice de incidência apresentaram no decorrer de um ano, assim como às associações e personalidades que se distinguiram na luta contra os infortúnios de trabalho.

Em cooperação com os sindicatos de classe, intensificou-se a fiscalização das emprêsas. Vários casos de relutância no pagamento do salário-mínimo foram resolvidos por meios suasórios.

O reforço da vigilância sôbre o recolhimento do impôsto sindical trouxe como resultado um acréscimo de arrecadação superior a 2 milhões de cruzeiros.

A atividade fiscal, no que concerne ao trabalho dos artistas, acompanhou o desenvolvimento do teatro, do rádio e da televisão; sômente na Capital Federal, efetuaram-se 1 913 contratos e 2 672 notas declaratórias.

Sindicalização

Muito se interessou a Administração pelo maior conagraçamento dos trabalhadores, ao mesmo tempo que procurou sanear as instituições destinadas à sua defesa, afastando elementos nocivos.

Vê o Govêrno, com agrado, que as entidades de classe, de primeiro e segundo grau, se multiplicam e, na maioria dos casos,

têm à sua frente diretorias cujo nível intelectual mostra o alto índice de politização das classes trabalhistas e patronais brasileiras. Os cursos de formação sindical e de divulgação da legislação do trabalho, promovidos por vários órgãos do Poder Público e por entidades privadas, contribuíram, em boa parte, para o desenvolvimento daquelas entidades, que hoje cooperam com o Poder Público em vários setores administrativos.

Em 1959, foram reconhecidos: 10 novas Federações, 120 Sindicatos e mais uma Confederação Nacional, a dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.

O cadastro sindical acusou, ao fim do exercício, a existência de 2 680 Sindicatos: 1 578 de empregados, 986 de empregadores e 116 de profissionais liberais, distribuídos pelas diferentes Unidades do País. Elevam-se a 147 as Federações: 85 representativas de empregados, 58 de empregadores e 4 de profissionais liberais. Quanto às Confederações Nacionais, com o reconhecimento da última, já assinalado, atingiram a 8, sendo 3 de empregadores, 4 de empregados e 1 de profissionais liberais.

Relações Internacionais do Trabalho

Em cumprimento a dispositivo da lei básica da Organização Internacional do Trabalho, o Governo brasileiro encaminhou ao Congresso Nacional, em 1959, a Convenção nº 102, que dispõe sobre o seguro social.

Também dependem de aprovação do Congresso Nacional as seguintes Convenções, que lhe foram submetidas anteriormente, relativas a diversas matérias: nº 21, simplificação da inspeção de imigrantes a bordo dos navios; nº 22, contrato de engajamento de marítimos; nº 87, liberdade sindical e direito de sindicalização; nº 90, trabalho noturno de menores na indústria; nº 91, férias remuneradas dos marítimos; nº 93, salários, horas de trabalho a bordo e lotação; nº 94, cláusulas de trabalho nos contratos celebrados pelas autoridades públicas; nº 97, trabalhadores migrantes; nº 103, proteção à maternidade; nº 104, abolição das sanções penais (trabalhadores indígenas); nº 105, abolição do trabalho forçado; nº 106, repouso hebdomadário no comércio e nos escritórios; nº 107, proteção e integração das populações aborígenes e outras populações tribais e semitribais nos países independentes.

O Brasil compareceu à 43ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1959. A delegação, constituída de representantes governamentais, patronais e operários, foi chefiada pelo Vice-Presidente da República, Dr. João Belchior Goulart, e acompanhada por dois observadores parlamentares.

A Conferência aprovou três Convenções sobre o trabalho dos pescadores: a que estipula, como regra, a idade de quinze anos para a admissão de menores em barcos de pesca; a que institui o certificado de aptidão física para o pescador e a que dispõe sobre o contrato de trabalho do empregado em serviços de pesca. Adotou, outrossim, uma recomendação atinente à organização dos serviços de medicina do trabalho. Em primeira discussão, aprovou, ainda, projetos de instrumentos internacionais que dizem respeito à colaboração entre autoridades públicas e organizações de empregados e de empregadores e à proteção dos trabalhadores contra radiações. Discutiu-se, também, a proteção aos trabalhadores não-manuais, para nortear projetos de Convenções e Recomendações.

Ante os esclarecimentos prestados à Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações pela Delegação Governamental brasileira, concluiu a Conferência que não procediam as dúvidas relativas à inobservância, pelo nosso País, das Convenções nº 92 e 98, que se prendem, respectivamente, ao alojamento das tripulações da Marinha Mercante e ao direito de sindicalização e negociação coletiva. Quanto à Convenção nº 3, na parte concernente ao salário da gestante no decurso da licença especial, absteve-se a Conferência de adotar qualquer medida, uma vez que, na Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 1959, o Governo brasileiro encarceu a necessidade de reformar-se a nossa legislação sobre o assunto. Com efeito, preconizando essa medida, acentuamos que a revisão em causa será o meio de solucionar convenientemente o problema e evitar denúncia da referida Convenção.

Elaboração Legislativa

Dentre os projetos em trânsito no Congresso Nacional, destaca-se o que regulamenta o direito de greve, de grande importância para a conceituação desse instituto trabalhista constituo-

nal. Também em tramitação há alguns projetos destinados a alterar isoladamente dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. É oportuno recordar as observações, já feitas em Mensagens anteriores, sobre a desvantagem das freqüentes reformas parciais de textos orgânicos como aquêle. Seria conveniente que se ultimasse o Código do Trabalho, em exame pela Comissão Mista do Congresso Nacional, a cuja disposição o Governo já colocou alguns dos seus melhores técnicos no assunto.

Versando sobre alterações da atual Lei de Acidentes do Trabalho, em seus artigos 27, 82 e 104, os Projetos de nº 253/59 e 443/59, da Câmara dos Deputados, apresentam especial interesse pelas soluções adequadas que trazem, corrigindo falhas ou injustiças da legislação vigente.

Outro assunto tratado em Mensagem anterior, e de não somente importância, é a regulamentação do preceito constitucional que, instituindo o salário-mínimo familiar, visa, sobretudo, a corrigir os desvios da aplicação indiscriminada do atual salário-mínimo de base estritamente individual.

CAPÍTULO II

PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Conjuntura Econômico-Financeira

A arrecadação de contribuições de empregados, de empregadores e da União, em 1959, pelos cinco Institutos e Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público, montou a cerca de 70 bilhões de cruzeiros, apresentando um acréscimo de 60% em relação ao exercício de 1958. Da cota da União, foram efetivamente realizados perto de 5 bilhões, e as empresas particulares deixaram de recolher aproximadamente 6 bilhões. Assim, o recolhimento efetivo de contribuições foi da ordem de 46 bilhões de cruzeiros.

A despesa global com os benefícios de previdência — aposentadorias, pensões, auxílio-doença, auxílio-maternidade e outros — orçou por 34 bilhões de cruzeiros, ultrapassando em 50% as despesas de 1958.

Na assistência médica empregaram-se 7 bilhões e, na alimentar, 2,5 bilhões.

Com a administração geral despenderam-se cerca de 5 bilhões de cruzeiros, 20% a mais do que em 1958. Computados tais encargos e os de benefícios de previdência, a despesa global efetiva desse setor eleva-se a 39 bilhões de cruzeiros, ou seja, 87% em benefícios e 13% em administração geral.

Dos 46 bilhões acima referidos, cerca de 70% foram despendidos, portanto, com benefícios de previdência e 10% com administração geral.

Computadas as despesas assistenciais, o total efetivamente despendido supera a receita de contribuições gerais, tendo sido coberto em parte pela receita específica da assistência médica, embora insuficiente, e em parte pelas entradas dos exercícios anteriores.

Débito da União

A contribuição devida pela União aos cinco Institutos e à Caixa de Aposentadoria e Pensões foi de quase 23 bilhões de cruzeiros, em 1959.

Desse montante, apenas se realizaram cerca de 5 bilhões, dos quais 2, pelo Tesouro Nacional, e 3, pela arrecadação das diversas cotas de previdência, através do Departamento Nacional da Previdência Social.

Já na Mensagem de 1958, assinalávamos a inexequibilidade do vigente sistema de custeio da previdência, responsável pelo crescimento constante do débito da União, cujo total, em 1959, se aproximava de 70 bilhões de cruzeiros. Certo, o sistema de contribuição triplíce e igual, por parte dos empregados, dos empregadores e da União, não deve subsistir, pois exigiria a elevação das cotas de previdência a níveis insuportáveis ou a consignação, no orçamento, de 20 bilhões de cruzeiros anuais, a serem cobertos por outras fontes de receita.

Eis porque renovamos, aqui, apêlo feito na Mensagem anterior, a fim de ser o problema examinado à luz dos elementos que informaram o projeto ora em tramitação na Câmara, sob o nº 2 119, de 1956.

Entretanto, o Governo emprega os recursos legais e econômicos ao seu alcance para enfrentar, resolutamente, a questão. A Comissão criada pelo Decreto n.º 47 290, de novembro de 1959, procedeu a exaustivos estudos que permitirão solver-se o débito, com a transferência às instituições previdenciárias, de ações de propriedade da União em empresas de economia mista. Isto se faria dentro dos limites estabelecidos na legislação de cada sociedade e sem prejuízo do efetivo controle governamental.

Assim, pela primeira vez na história da previdência social, dar-se-á cabal solução a uma tormentosa questão administrativa.

É mister acentuar, entretanto, que, sem a aprovação do Projeto de Lei n.º 2 119, de 1956, o problema ressurgirá, voltando a ameaçar a estabilidade do nosso seguro social.

Débito dos Empregadores

Como acentuamos em Mensagens anteriores, cresce, dia a dia, o número de empresas que se atrasam no recolhimento das contribuições aos Institutos e à Caixa.

As moratórias concedidas por lei, assim como eventuais acordos administrativos celebrados para liquidação dos débitos, se, em alguns casos, resolvem satisfatoriamente as questões, de um modo geral encorajam a desídia no pagamento. Destarte, não se justificam novas concessões a esse respeito.

Com os atrasos de 1959, já ascende a cerca de 15 bilhões de cruzeiros o débito das empresas para com os Institutos e a Caixa de Aposentadoria e Pensões.

Reajustamento Automático das Aposentadorias e Pensões

A fim de dar cumprimento à Lei n.º 3 596, de 1959 — que manda reajustar, a partir de maio de 1958, as aposentadorias e pensões concedidas pelos Institutos e pela C.A.P.F.E.S.P. — o Governo baixou o Decreto n.º 47 149, de 29 de outubro de 1959, que aprova a tabela de índices para o reajustamento, obedecendo a critério diretamente proporcional à data da concessão do benefício.

Procuram as instituições previdenciárias um meio de cobrir os encargos financeiros oriundos do reajustamento, pois a solução prevista na lei, dependente da concessão de verba especial, não se poderá dar em breve prazo.

Contribuição Especial para Assistência Médica

Privados parcialmente dessa fonte especial de receita, em razão de decisões judiciais, não puderam os três maiores Institutos desenvolver os seus serviços de assistência médica. A unificação destes, com adequada cobertura financeira, conforme preconizamos em Mensagens anteriores, é o único meio de resolver o angustioso problema.

Lei Orgânica da Previdência Social

Especialmente convocado para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, o Ministro do Trabalho focalizou, perante o Senado, as questões relativas ao plano de benefícios, à cota do Governo e à unificação de serviços, notadamente de assistência médica.

Na oportunidade, os pedidos especiais de informações, a propósito da matéria, foram também esclarecidos. Espera o Governo que, em breve, possa ser transformado em lei esse projeto, que atende aos anseios gerais das classes interessadas.

Também muito se empenha o Governo pelo rápido andamento do projeto que transfere, da instância administrativa e da justiça comum, para a Justiça do Trabalho, o julgamento das controvérsias referentes à Previdência Social.

Atividades das Instituições Previdenciárias

Continuaram os Institutos e a C.A.P.F.E.S.P. a cumprir, de maneira satisfatória, seus encargos legais, malgrado as dificuldades já apontadas em outro tópico desta Mensagem.

I. A. P. I. — Despendeu, em 1959, aproximadamente, 14,5 bilhões de cruzeiros, com benefícios em dinheiro, efetuando mais de 5 milhões de pagamentos. Manteve cerca de 230 mil aposentados

e mais de 220 mil pensionistas, concedendo, no decurso do exercício, quase 500 mil benefícios novos, de diversas modalidades. No setor da assistência médica, a prestação de serviços aos segurados consigna um total superior a 4 milhões, englobando atividades clínicas, cirúrgicas, de laboratório, radiologia e outras. Na parte hospitalar, pôde oferecer perto de 470 mil leitos-dia, enquanto a assistência à maternidade dispôs de cerca de 250 mil leitos-dia, para um total de 48 mil gestantes. O plano de inversões imobiliárias, conquanto reduzido, proporcionou financiamentos em montante superior a 20 milhões de cruzeiros, ao passo que, por conta direta do Instituto, foram construídos, em 1959, 5 conjuntos residenciais e 2 edifícios, achando-se em construção mais um conjunto e 13 edifícios.

I. A. P. C. — Segundo em importância, pelo número de segurados, esse Instituto empregou quase 5 bilhões de cruzeiros com benefícios em dinheiro, cabendo realçar a circunstância de haverem sido postos em dia os pagamentos em atraso. Os gastos com a assistência médica subiram a 1,2 bilhões de cruzeiros, atingindo a 3 500 000 as unidades de serviços prestados. Foi a rede assistencial estendida a numerosas cidades do interior do País, elevando-se de 300 para 600 o número de médicos credenciados para a prestação local de serviços.

I. A. P. E. T. C. — Quanto a este Instituto, os benefícios em dinheiro importaram em cerca de 3 bilhões de cruzeiros e os de assistência médica em 1 bilhão, aproximadamente. O setor imobiliário desenvolveu-se com a construção de 11 blocos em Brasília, com 420 apartamentos, a serem concluídos até março de 1960; 13 blocos no Distrito Federal, com 400 apartamentos; em Recife, um conjunto de 100 casas; em Criciúma, dois conjuntos, com 100 unidades de alvenaria e 10 de madeira; em Urussanga, um conjunto de 35 unidades de madeira; e em Siderópolis, um conjunto de 19 unidades também de madeira. Recebeu sensível incremento a assistência médica, com a instalação de novos serviços em 22 localidades do interior. O Hospital Ipiranga, em São Paulo, com 200 leitos, foi pôsto em funcionamento. No Distrito Federal, reformaram-se os serviços odontológicos e de acidentes do trabalho. Novas instalações, algumas de alto custo, foram concluídas em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para melhor apare-

lhamento dos ambulatórios locais. Na Bahia, continuam as obras do Hospital de Salvador, destinado ao serviço de todos os Institutos e da Caixa, mediante convênio.

I.A.P.B. — Dentre os seus congêneres, relativamente é o que apresenta situação financeira de maior desafogo. Póde esse Instituto continuar normalmente as inversões patrimoniais, aplicando 260 milhões em empréstimos simples e 100 milhões em empréstimos hipotecários. A outras entidades oficiais de caráter assistencial, concedeu empréstimos no valor aproximado de 55 milhões de cruzeiros. Realizou 186 financiamentos imobiliários a segurados, no valor de 76 milhões de cruzeiros, alienando 206 unidades residenciais, no valor de 133 milhões. Como obras próprias, construiu 315 unidades residenciais, estando em construção outras 906 e, em projeto, 1 352, no total de 262 milhões de cruzeiros. O campo da assistência médica foi ampliado, com a instalação de ambulatórios e de farmácias em diversas localidades, além do credenciamento de médicos e da celebração de convênios com hospitais. Em consequência, nada menos de 770 hospitais atendem aos segurados.

I.A.P.M. — Superando as dificuldades de sua situação financeira, conseguiu trazer em dia, em 1959, o pagamento dos benefícios, solvendo também compromissos anteriores relativos a serviços médicos e hospitalares. O novo Hospital dos Marítimos, em Niterói, foi inaugurado; ampliaram-se satisfatoriamente os serviços do Hospital Central do Distrito Federal, e deu-se prosseguimento aos estudos para a instalação definitiva da Maternidade em Belém.

I.P.A.S.E. — No decorrer do exercício, despendeu, com benefícios em dinheiro a 43 852 pensionistas, aproximadamente Cr\$ 1,4 bilhões e, em serviços ambulatoriais e hospitalares, a 270 mil segurados e seus familiares, importância superior a 1,5 bilhão. Proporcionou aquisição de moradia própria a 1 413 segurados, num montante excedente a 400 milhões, ao passo que transcenderam a cifra de 40 milhões os empréstimos em dinheiro a 1 655 segurados. O Conjunto Residencial de Jacarepaguá, nesta Capital, com 328 apartamentos, foi concluído e entregue aos candidatos devidamente inscritos e selecionados, estando outras 100 unidades e 28 lojas com obras em andamento, bem como os edifícios-sede das Agências de Pôrto Alegre, com 25 pavimentos, e de Fortaleza com

12 pavimentos. Iniciou-se a ampliação do Hospital Alcides Carneiro, em Campina Grande, e, também, a instalação de um ambulatório, no 10º andar do Ministério do Trabalho. Em Brasília, o I.P.A.S.E. deverá concluir, antes da mudança da Capital, 312 apartamentos de 4, 3 e 2 quartos, estando programada a entrega de mais 456 apartamentos de acomodações idênticas aos anteriores, além de jardim de infância modelo. O Hospital dos Servidores do Estado adquiriu e instalou uma Bomba de Cobalto, para terapêutica específica no combate ao câncer, com uma radiação gama de 2 milhões de volt. Nova ala do Serviço de Pediatria foi terminada e posta a funcionar, achando-se em andamento as obras relativas à segunda ala e ao núcleo central da clínica. Setores de Anatomia Patológica, Odonto-Pediatria, Serviço Social e Radiologia foram inaugurados, observando-se, outrossim, intenso aperfeiçoamento do pessoal em serviço, por meio de cursos, congressos e conferências realizados no correr de todo o ano. Foram dadas nos ambulatórios do H.S.E. cerca de 170 mil consultas, em tôdas as clínicas.

C.A.P.F.E.S.P. — Tendo sido a mais prejudicada dentre as instituições previdenciárias, pelos atrasos das empresas contribuintes, a C.A.P.F.E.S.P. sofreu, em suas atividades de 1959, as limitações que eram de esperar. Ainda assim, suas despesas com benefícios ultrapassaram 5 bilhões de cruzeiros, e sua assistência médica despendeu perto de 1 bilhão de cruzeiros.

Hospital Júlia Kubitschek — Organizado como a primeira comunidade de serviços hospitalares da Previdência Social, com sede em Belo Horizonte, teve êste Hospital aprovada a sua estruturação administrativa e técnica, pelo Decreto n.º 46 795, de setembro de 1959. Constituirá êsse estabelecimento um bom campo de experiência para a projetada unificação dos serviços médico-hospitalares da Previdência Social.

S.A.S.S.E. — Criado pela Lei n.º 3 149, de maio de 1957, regulamentada pelo Decreto n.º 43 913, de junho de 1958, o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários é uma nova organização previdencial que serve a mais de 50 000 associados e beneficiários, distribuídos por todo o País. Está apto a preencher suas finalidades. Os seus serviços de assistência médica, hospitalar e de

laboratório foram prestados satisfatoriamente, o que já de si confirma o alcance social da entidade.

S.A.M.D.U. — Grande foi o desenvolvimento dos seus serviços em 1959, motivado sobretudo pelas solicitações recebidas de coletividades, em que são mais precários os recursos de assistência médica aos segurados dos Institutos. Atendeu essa instituição a 2 608 142 casos, entre intervenções cirúrgicas e serviços ambulatoriais e de laboratório. Despendeu com isto cerca de 1,3 bilhão de cruzeiros, custeados, em rateio, pelos cinco Institutos e pela Caixa.

S.A.P.S. — Foi reestruturado este Serviço, com o objetivo de melhor aparelhar-se no setor de assistência alimentar aos previdenciários, e, ao mesmo tempo, favorecer a realização e o controle de suas operações financeiras de caráter especializado. Outras medidas se tomaram, a fim de reconduzir a instituição à sua precípua finalidade, que é fornecer refeições e gêneros de primeira necessidade, a preços módicos. Mantém presentemente o S.A.P.S., no Distrito Federal, quatro grandes restaurantes, fornecendo um total de 9 490 refeições diárias; 23 Postos de Subsistência; um supermercado e dois auto-serviços. Também nos Estados, conta com restaurantes e Postos de Subsistência. Sua despesa no exercício atingiu 2,6 bilhões de cruzeiros, aproximadamente.

Fundação da Casa Popular — Em 1959, construiu esta Fundação 1 331 moradias, das quais 840 em Brasília e 491 em outros pontos do País, com uma inversão da ordem de 260 milhões de cruzeiros. Financiou a construção de 102 unidades residenciais, no valor de cerca de 10 milhões de cruzeiros, em Bonito (PE), Pacatuba (CE) e um pequeno núcleo em Caetité (BA) em convênio com o I.N.I.C. e com a Mitra Diocesana da cidade. Além dos 840 apartamentos já referidos, está prevista a construção, em Brasília, de mais 150 unidades, a serem entregues em setembro de 1960, orçadas em quase 120 milhões de cruzeiros.

Os empreendimentos da F.C.P. foram realizados em tempo rápido, com o custo médio do metro quadrado inferior ao de obras idênticas na Capital Federal. A fim de que esse órgão possa melhor atingir os objetivos de sua criação, acham-se em curso no Congresso dois projetos. Encarecemos a conveniência de se apressar

a aprovação do de nº 1 050/59, que assegura recursos capazes de permitir, em larga escala, a construção de casas populares em todo o País.

SESC — Foi, no decorrer de 1959, objeto de especiais cuidados por parte do Ministério do Trabalho, a que se acha vinculado, sem prejuízo de sua condição de entidade privada. Prestou esse órgão perto de 2 200 000 unidades de serviços aos comerciantes, destacando-se: realização de cursos, recreação infantil, acesso à biblioteca, almôço e merenda, educação sanitária, assistência médica, farmacêutica e odontológica em geral. Proporcionou o gozo efetivo de férias a cerca de 80 000 pessoas, em colônias e em veraneios coletivos. Nestas atividades, suas despesas ultrapassaram 1,4 bilhão de cruzeiros, com uma receita correspondente.

Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho — A este Serviço, encarregado do abono às famílias numerosas, foi consignada a mesma dotação do ano anterior — 220 milhões de cruzeiros — que é insuficiente, conforme temos acentuado em outras Mensagens. O abono interessa, presentemente, a um grupo de 1 200 000 pessoas, mais ou menos, distribuídas entre famílias chefiadas por cerca de 121 000 titulares, variando de 8, que é o mínimo legal, até 23, o número dos respectivos dependentes. Todas as Unidades da Federação acham-se compreendidas em sua órbita, com maior predomínio da Zona Nordeste do País, onde assistem mais de 50% das pessoas beneficiadas.

PARTE QUINTA
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

À medida que se vencem novas etapas na marcha do desenvolvimento econômico, mais avultam, entre nós, as tarefas educacionais, culturais e científicas.

A despeito do extraordinário avanço no campo educacional, sobretudo nestes quatro anos, ainda persistem carências que só poderão ser supridas com o esforço perseverante de sucessivas administrações.

Ver-se-á, no decurso deste Capítulo, que foram consideráveis as realizações do atual Governo, em todos os ramos do ensino. Também se verá que, avivando na consciência nacional as preocupações com a educação, tais empreendimentos por si mesmos estão a provocar outros, ainda mais amplos. Dia a dia a escola se vai tornando mais democrática. O que até há pouco se aceitava, passivamente, como privilégio de alguns, passou a constituir reivindicação de grandes massas que aspiram ao acesso social e cultural.

Essa evolução decorreu, naturalmente, das modificações introduzidas no panorama geral brasileiro. Com o crescimento das cidades, o surto de industrialização e de uma economia urbana, a escola passou a ter funções definidas e insubstituíveis no aparelhamento do homem para um novo estilo de vida.

Através de toda a nossa história republicana, tem-se reconhecido a importância da escolarização universal como requisito básico para dar consistência ao regime representativo.

Desde 1934, o direito à educação se inscreve como norma constitucional. A verdade, porém, é que os esforços para assegurar, a cada brasileiro, esse direito, em parte se anulam ante várias barreiras, como o excepcional contingente de nossa popu-

lação em idade escolar — metade dos brasileiros tem menos de 18 anos — e a escassez de recursos financeiros e de pessoal qualificado para os misteres do ensino.

Nessas circunstâncias, vimos elevar-se continuamente o número absoluto de analfabetos, pois a população tem aumentado em ritmo muito mais intenso que o da ampliação da rede escolar. Ainda agora, sobe a vários milhões a cifra de crianças condenadas a crescer, pela falta de escolas, a massa de adultos marginalizados pelo analfabetismo.

São igualmente notórias as carências qualitativas e quantitativas no ensino de nível pós-primário. Apenas uma décima parte de nossos adolescentes logra freqüentar escolas médias e, entre 100 dêles, somente 7 concluem os cursos. Mal chegam a 33 mil as vagas para ingresso em estabelecimentos de ensino superior e, ainda assim, desigualmente distribuídos pelos vários ramos. Mais de 54 mil candidatos porfiam por elas cada ano, em exames de habilitação.

Com o desenvolvimento industrial e as novas condições de vida por êle criadas, aumentaram as exigências de qualificação técnica e intelectual do homem brasileiro e, portanto, as responsabilidades do Poder Público, no campo da educação. Afortunadamente, com o progressivo enriquecimento propiciado pela industrialização, surgem os necessários recursos para expandir e aprimorar o sistema de ensino.

Já na primeira Mensagem ao Congresso Nacional, assinalávamos a gravidade do problema, lembrando que urgia passar das enunciações de princípios às normas e programas práticos, suscetíveis de imediata execução. Só quando pudermos oferecer oportunidades efetivas a cada criança, ser-nos-á lícito tornar compulsória a matrícula e proporcionar, a todo brasileiro, o mínimo de educação compatível com as exigências da era industrial em que ingressamos.

Os debates, na Câmara Federal, sobre a Lei de Diretrizes e Bases de Educação, que vem sofrendo sucessivas modificações, vieram pôr a descoberto as falhas do organismo educacional brasileiro, oriundas de um sistema que se tornou obsoleto, agravado pelo excesso de centralização administrativa.

Auguramos que a lei básica, em tramitação no Congresso, venha a sanar as já reconhecidas e proclamadas insuficiências do ensino, ajustando-o às necessidades atuais do País e facultando o gradativo estabelecimento de uma escada educacional tão ampla nos primeiros degraus, que permita acolher tôdas as crianças, e tão diversificada em suas direções, que ponha ao alcance dos adolescentes e adultos, de qualquer condição social, os mais variados ramos da cultura e do saber.

Assim, poderemos, em tempo previsível, conseguir a escolarização completa que virá assegurar à nossa democracia representativa uma base autêntica e, paralelamente, ampliar os quadros técnicos, científicos e intelectuais, indispensáveis ao progresso do País.

No entanto, não será eficaz aquêle instrumento legislativo, se desacompanhado de uma programação de atividades e de um plano racional, elaborado, em conjunto, por educadores e políticos, pesquisadores e administradores, tão cuidadoso e decidido quanto o que preside o da nossa expansão econômica.

A juvenilidade da nossa população, revelada pelo fato de haver 4 crianças e adolescentes, em idade escolar, para 1 adulto em atividade produtiva, é, sem dúvida, o maior ônus para a escolarização universal. Em contrapartida, representa uma garantia de que, em poucos anos, será possível, através de um planejamento educacional objetivamente equacionado, transformar por completo a fisionomia cultural do País e prepará-lo a desempenhar um papel criador nos quadros da civilização industrial e técnica.

Ensino Primário

Conquanto o ensino elementar esteja sob a responsabilidade dos Estados e Municípios, cabendo à União mera assistência supletiva, vem o Governo Federal dêle participando, nos últimos anos, com o fim de suprir deficiências locais e permitir que mais prontamente se difunda a rede nacional de escolas primárias. Sua contribuição constitui, assim, fator relevante no progresso alcançado, quer quanto ao aumento das matrículas, que de 1956 a 1959 foi da ordem de 1,5 milhão, quer quanto à ampliação da rede, que, no mesmo período, cresceu em 30%. Mantido êste

ritmo, teremos atingido, em 1960, mais de 8 milhões de matrículas e cerca de 100 mil unidades escolares.

Fôrça é convir, entretanto, que êsse incremento, expressivo em si mesmo, longe estará de atender a nossa população de 7 a 14 anos, que deverá orçar, em 1961, por 13 milhões aproximadamente. Um deficit escolar de perto de 4 milhões de alunos se anuncia e impõe medidas de emergência nos próximos anos, para dar cumprimento ao preceito constitucional da obrigatoriedade da escolarização de nível primário.

A par das deficiências de classes, temos de enfrentar outros problemas sumamente graves: a evasão às escolas, a multiplicação de turnos e a exigüidade do período escolar.

Com efeito, mesmo nos maiores centros urbanos, não mais de 15% dos alunos alcançam a 4.^a série primária, e raras vêzes atingem a 2.^a as crianças das camadas mais pobres, ou mais recentemente chegadas às cidades. Só o desenvolvimento nacional logrará corrigir tamanha evasão, determinada por motivos econômico-sociais. Mas, até que o faça, é imperativo oferecer, ao maior número possível de crianças, as condições materiais mínimas de escolarização e de eficiência do ensino. Êste o papel dos serviços de assistência social escolar, que têm recebido todo o apoio do Governo Federal, apesar dos modestos recursos disponíveis.

A multiplicação de turnos, que leva os estabelecimentos a funcionar em dois, três e até quatro períodos, reduzindo-se, assim, drásticamente, o tempo, bem como a exigüidade do ano letivo, que mal alcança 150 dias de estudo, vêm acarretando sérios prejuízos ao rendimento escolar.

Isso nos permite avaliar a tarefa que o Poder Público tem de enfrentar e o empenho que se faz mister, da parte da União, dos Estados e Municípios, para cumpri-la, com a maior presteza.

A rede escolar deve ampliar-se concomitantemente com a melhoria do nível do ensino e a eliminação de uma série de deficiências da alçada dos Estados e Municípios. Ao Governo Federal cabe apenas promover e estimular a pesquisa e a experimentação de modelos que se ajustem às condições e às necessi-

dades brasileiras, tarefas que vêm sendo realizadas pelas escolas mantidas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, através dos Centros de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro, da Bahia, de São Paulo e do Recife.

Grandemente expressiva tem sido a contribuição financeira federal aos Estados e Municípios no campo do ensino primário. Não havendo chegado a trezentos milhões de cruzeiros em 1955, ascendeu, em 1959, à avultada cifra de dois bilhões de cruzeiros. Assim, desde 1958, destina o Governo Federal, às despesas educacionais, os 10% da renda de impostos previstos na Constituição, dela reservando parcela ponderável ao ensino primário, aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em vários setores: ampliação do Parque escolar, aquisição de mobiliário, cursos de aperfeiçoamento do magistério, melhoria da literatura pedagógica e centros de experimentação de métodos e processos nas escolas de demonstração.

No período de 1956 a 1959, como resultado de convênios firmados, foram concluídas 1 114 escolas primárias, com um total de 2 635 salas. Se considerarmos que cada uma das salas de aula construídas pode acolher 80 alunos em 2 turnos, verificaremos que o plano desenvolvido pelo Governo possibilitou, até fins de 1959, o acréscimo de quase 210 mil vagas em escolas primárias. Avalia-se a importância de tal acréscimo pelo cotejo com o incremento da matrícula nesse período e pela qualidade das instalações.

Cursos, estágios e seminários para professores, administradores e técnicos foram proporcionados pelo Governo Federal. No período de 1956 a 1959, deles se beneficiaram 4 639 profissionais, responsáveis pela orientação técnica, administração do ensino, formação e aperfeiçoamento de professores primários.

Com os recursos previstos no Programa de Metas, busca-se permitir a escolarização das crianças, de sete a onze anos, em classes primárias elementares comuns e, nas cidades, as de doze a quatorze, em classes complementares, equivalentes aos dois primeiros anos do ensino médio. Intenta-se, outrossim, assegurar melhor rendimento à escola primária, que deverá funcionar, no máximo, com dois turnos diários, de quatro horas cada um, orde-

nadas as matrículas pela idade do aluno e estabelecidos critérios flexíveis de promoção.

Até pouco tempo, não procurava o Estado atender às necessidades educacionais decorrentes da urbanização e da industrialização de muitas cidades do País. Agora, entretanto, lançam-se as bases de um método adaptado a essas exigências. A partir de 1957, instalaram-se 40 centros de educação complementar, construíram-se e puseram-se em funcionamento 122 pavilhões de oficinas de artes industriais, destinados à segunda sessão (trabalhos) do curso complementar.

Espera-se criar, assim, condições para elevar o nível dos conhecimentos na esfera da produção e intensificar o ritmo do nosso progresso econômico. Experiências-piloto, a fim de fixar os meios mais adequados à execução desse programa e permitir a avaliação do seu custo, estão sendo feitas em duas regiões do País.

A aplicação geral do sistema ficará, todavia, na dependência de amplos recursos técnicos e financeiros, devendo estes últimos ser assegurados sob a forma de garantias federais para empréstimos a longo prazo, aos Estados e Municípios.

Como exemplos de cooperação do Governo Federal com os Estados, assinalem-se os convênios para o funcionamento das classes primárias complementares e, no campo das edificações escolares, os acordos firmados com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Assim, mediante tais instrumentos, assegurou-se garantia federal para empréstimos obtidos pelos Estados, com o objetivo de ampliar prontamente a rede de escolas primárias. Além disso, auxílios diretos para escolas normais estaduais já possibilitaram a construção de 466 salas de aula.

Por tudo quanto foi dito, ver-se-á que o Governo Federal, em matéria de ensino primário, tem em mira especialmente conjugar os esforços públicos, em suas várias esferas, para que se atinja o ideal de uma escola primária pública, gratuita, obrigatória e universal, onde se processe, de modo ativo, o amálgama da nacionalidade, e, no limiar da vida, possa o brasileiro preparar-se para as tarefas do desenvolvimento econômico, e ao mesmo tempo habilitar-se para o exercício da cidadania.

Erradicação do Analfabetismo

De 1900 a 1950, a população de 15 anos, e mais, subiu de 9 para 30 milhões de indivíduos, passando a cota de alfabetizados de 35 para 49% ou, em números absolutos, de 3,3 milhões, no começo do século, para 14,9 milhões nos dias de hoje. Assim, em sessenta anos, enquanto essa população se multiplicou por 3, o número de indivíduos alfabetizados tornou-se quase cinco vezes maior, o que dá idéia do esforço que tem feito o País para extinguir o analfabetismo.

Computado o crescimento demográfico, tais números significam haveremos levado meio século para, da proporção de 2 analfabetos por alfabetizado, na população de 15 anos, e mais, chegar à de um analfabeto por um alfabetizado. Isso ocorreu em face de acentuado pauperismo. As animadoras perspectivas que se abrem à economia brasileira permitem encarar, com crescente otimismo, o encargo de em breve tempo estender a todos os brasileiros as oportunidades educacionais que a Constituição lhes manda assegurar.

A alta proporção de 51% de analfabetos na população de 15 anos, e mais, registrada pelo censo de 1950 e representada, em números absolutos, pelo contingente de 15 milhões, mostra quanto é grave a responsabilidade dos dirigentes e dos grupos mais esclarecidos do País.

De sua parte, o Governo Federal está atento ao dever de extirpar esse mal de tão sérias conseqüências. Devota-se a essa tarefa a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, que leva, a todos os pontos do País, assistência direta, através do custeio de cursos de alfabetização, e indireta, pela distribuição de material didático adaptado às peculiaridades regionais.

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, instituída no Programa de Metas, está atuando em várias regiões do País, através de 10 Centros-Piloto, a fim de apurar os métodos e técnicas, de que há mister, para estabelecer uma ação de grande envergadura em tal setor. Em cada um desses Centros, associa-se, à tarefa didática, a observação sistemática dos efeitos do trabalho desempenhado, acumulando subsídios que permitam uma política, em matéria de educação elementar, que leve em conta as necessidades, recursos e limitações regionais.

Em 1958 e 1959, foram instalados os Centros-Piloto de Leopoldina (MG), Catalão (GO), Timbaúba (PE), Santarém (PA), Benjamim Constant (AM), Picuí (PB) e Júlio de Castilhos (RS), além de se haverem iniciado levantamentos preliminares noutros pontos do País. Em 1960, a Campanha, com feição mais executiva que experimental, se estenderá a 40 Municípios.

Os trabalhos de cada Centro-Piloto compreendem: melhoria das instalações, provimento de mobiliário e material didático; escolarização, na faixa de idade correspondente ao ciclo primário de estudos, com reformas que proporcionem maior rendimento da rede escolar; aperfeiçoamento do professorado diplomado e do leigo; escolarização de emergência de adolescentes e adultos analfabetos; educação de base, através de missões culturais, programas radiofônicos e outros meios. Já dispõe a Campanha de apreciável acervo de experiências, que se há de enriquecer com a extensão do programa a novas unidades, melhor se patenteando as diferenças de condições econômicas e culturais do País, nas pequenas cidades e na zona rural.

As experiências educacionais da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo foram precedidas e acompanhadas de levantamentos cuidadosos das condições sócio-econômicas e culturais da população rural e urbana de cinco Municípios distribuídos pelas principais regiões do País. Este programa de pesquisas, levado a efeito com a colaboração do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, dará lugar à publicação de uma série de monografias e de um estudo de síntese dos modos da vida da cidade e do campo nos Municípios do interior, e sobre o papel que a educação escolar representa nas mudanças sociais e culturais que estão experimentando.

Ensino Médio

Decorência do surto industrial e tecnológico do País é a demanda da escola de segundo grau, sob a forma de incoercível pressão social. Essa procura intensiva se exprime, no período de 1956 a 1959, através da elevação das matrículas, de 867 131 para 1 076 201 alunos, importando num crescimento de 24% — distribuído desde o ensino secundário, que representa 74% do total de alunos, ao agrícola, com apenas 1/2%.

Em igual período, subiram as unidades escolares de 5 564 para 6 330, e o corpo docente, de 65 819 para 77 455.

Uma análise pormenorizada da matrícula no ensino de nível médio demonstra que ela evoluiu, em números absolutos, de 1956 até 1959, de 647 911, para 794 690, no ensino secundário; de 130 314, para 171 994, no comercial; de 65 096, para 81 526, do ensino normal; de 19 825, para 22 312, no industrial, e de 3 985, para 5 679, no agrícola.

A importância desses números diminui, todavia, se considerarmos que apenas pouco mais de 10% da nossa juventude tem acesso às classes de ensino médio; que orça pelo milhar o número de Municípios sem estabelecimentos do mesmo nível; que não chega a 10% o número de alunos que concluem o curso; finalmente, que, devido ao cunho teórico da nossa escola secundária, a maioria dos alunos a abandona, encaminhando-se, quase inteiramente despreparada, para a vida prática.

Pouco mais de 2,5% da matrícula do ensino médio corresponde a estabelecimentos industriais e agrícolas. A grande concentração incide, como vimos, no secundário, comercial e normal.

Nada faz acreditar que essa tendência se modifique nos próximos anos. É, pois, imperioso que se tire à escola secundária o caráter de exclusivo intelectualismo e se lhe confira diversificação e flexibilidade de currículos, que atendam à heterogeneidade de interesses de sua população discente.

Ponderável é a contribuição do Governo Federal para o ensino médio, seja em cursos profissionais, mantidos quase exclusivamente pelo Poder Público, uma vez que não atraem os investimentos privados, seja na preparação do magistério pelas Faculdades de Filosofia, em que funcionam ginásios de aplicação, seja no constante aumento de lugares no Colégio Pedro II.

A este colégio-padrão dispensou o Governo todo apoio, não apenas permitindo-lhe a ampliação de suas instalações, quer no Externato, quer no Internato, mas ainda o estabelecimento de novas sucursais e, conseqüentemente, maior capacidade de matrículas que, em 1959, ascenderam a 7 200 alunos. O projeto de lei concedendo-lhe autonomia administrativa, didática e financeira, em tramitação no Congresso, virá ensejar a essa tradicional casa de ensino que

desenvolva suas atividades internas e se faça representar progressivamente, na capital dos Estados, por outras tantas unidades-padrão no campo do ensino secundário.

O incentivo à expansão da rede escolar de ensino médio no Brasil, nestes quatro anos, revela-se, ainda, através da dotação orçamentária que, de 200 milhões de cruzeiros em 1955, subiu a mais de 1,5 bilhão no último exercício. Com recursos tão vultosos, foi possível destinar a entidades particulares e oficiais, para obras e equipamentos, cerca de 1,2 bilhão; a estudantes carentes de recursos, selecionados por capacidade intelectual, 330 milhões sob a forma de bolsas; e às escolas, 125 milhões, como suplementação de salários e auxílios diretos.

Debatendo-se entre reivindicações salariais do professorado e dificuldades para majorar as taxas escolares, os estabelecimentos privados apelam com frequência para o Governo. Em 1959, medidas de emergência tiveram de ser tomadas pela Administração, a esse respeito, em face de greves estudantis, havendo-se sobrecarregado o Fundo Nacional do Ensino Médio com 20 a 25% do aumento das anuidades autorizadas, o que importou na despesa de 300 milhões de cruzeiros.

Alunos, em número aproximadamente de 250 000, carecem de auxílio do Governo, e a boa parte deles se têm concedido bolsas. Esta subvenção terá de continuar até que se possa expandir a rede de escolas públicas secundárias, mediante esforços conjugados do Poder Federal, Estadual e Municipal.

Iniciativa das mais relevantes foi o funcionamento, em 1959, de 27 classes secundárias experimentais, sob a orientação da Diretoria do Ensino Secundário, com o fito de ensaiar novos tipos de organização escolar.

Entre as realizações eficazes dessa Diretoria, em 1959, destacuem-se a criação, no Rio e em São Paulo, de dois Centros de Aperfeiçoamento das Técnicas de Ensino das Ciências Experimentais e o auxílio a 20 Faculdades de Filosofia para cursos de Orientação Educacional.

No que diz respeito ao ensino industrial, a nova Lei que o regula veio abrir-lhe amplas perspectivas, mediante autonomia das escolas e flexibilidade dos currículos.

Desenvolveu o Governo, neste quadriênio, um largo programa de reforma e construção de unidades escolares, melhoria de equipamento e dos serviços em geral, ao mesmo tempo que cooperava com os governos estaduais e municipais e com particulares para incrementar o ensino artesanal.

As despesas com a reforma das escolas da rede federal subiram de 11 milhões de cruzeiros, em 1956, a 90 milhões, em 1959, enquanto as de construção e equipamento alcançavam, nesse ano, perto de 137 milhões. Com auxílios financeiros para o ensino artesanal, despenderam-se 45 milhões de cruzeiros, em 1959, contra 5,2 milhões em 1956. Acentue-se que os recursos orçamentários globais aplicados no ensino industrial ascenderam de 143 milhões, em 1955, a perto de 1,1 bilhão, em 1959.

Entre os estabelecimentos que estão sendo construídos, destacam-se a Escola Técnica de São Bernardo do Campo, no centro industrial de São Paulo, a de São José dos Campos, no mesmo Estado, a de Nova Hamburgo, no Rio Grande do Sul, a de Santa Rita de Sapucaí, em Minas Gerais — destinada a ministrar curso técnico de eletrônica — e a Escola Industrial de Brasília. Iniciativa de grande alcance foi a instalação, em Curitiba, do Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, com o objetivo de aperfeiçoar métodos, atualizar conhecimentos técnicos e preparar material didático.

Relativamente ao ensino comercial, porque proporciona um tipo de preparo reclamado pela nossa estrutura social, vem-se registrando segura expansão em seus quadros, apenas superada pela do ensino secundário. Em 1959, registraram-se 100 mil matrículas no curso comercial básico, e 75 mil, nos cursos técnicos de comércio.

A participação do Estado nesse ramo de ensino manifestou-se essencialmente no perseverante esforço para lhe dar eficiência. Esse é o sentido dos cursos da Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial em grandes centros culturais do País, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre.

O ensino agrícola de nível médio, não obstante sua extraordinária importância econômica e social, constituiu, até agora, o ramo menos procurado pela juventude brasileira. O programa federal permitirá, através de um investimento superior a dois bilhões de

cruzeiros, aumentar as oportunidades educativas nesse campo, elevando de 6 000 para 30 000 as matrículas.

Através da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), criada pelo atual Governo, distribuíram-se bôlsas a cêrca de sete mil estudantes de nível médio. Somadas às de outros ramos, perfizeram 38 000, em 1959. O mesmo órgão instalou e mantém ampla rêde de restaurantes estudantis, em todo Território.

Ensino Superior

Ao ensino superior tem-se encaminhado habitualmente mais da metade das dotações federais destinadas à Educação. Por suas despesas de custeio respondem os cofres públicos com mais de 70%.

Nos últimos quatro anos, êsses gastos foram reduzidos percentualmente, para que se provessessem melhor o ensino elementar e o médio, necessitados de assistência mais ampla, da parte da União. Apesar da queda percentual, as dotações orçamentárias para o ensino superior ascenderam de 1,6 para 6,2 bilhões de cruzeiros — de 1955 para 1959 — o que representa aumento apreciável, mesmo considerada a elevação do índice geral de preços no mesmo período.

Tais cifras exprimem o persistente empenho desenvolvido pelo Governo para suprir, no País, a carência de técnicos de nível superior. Grande foi, efetivamente, a tarefa realizada: cresceu, de 14 para 22, o número de universidades, tendo sido federalizada a do Pará, e elevou-se, de 267 para 339, o dos estabelecimentos, com acréscimo de aproximadamente 20 mil alunos nesse ramo de ensino. Na realidade, a ampliação foi ainda mais substancial do que indicam êsses números, uma vez que, tendo o aumento de vagas ocorrido principalmente nas séries iniciais, com o tempo se tornará maior ainda a matrícula global.

Todavia, a expansão das oportunidades educacionais de nível superior vem sendo prejudicada pelo modo como se distribui entre os vários ramos: o maior aumento de matrículas ocorreu no ensino jurídico e no das Faculdades de Filosofia e de Economia. Dos 72 novos estabelecimentos de ensino superior, criados nos últimos 4 anos, 19 se destinam ao estudo do Direito, 12 ao da Filosofia e 8 ac da Economia, havendo os três ramos, em 1959, absorvido 57,8% das matrículas, ou seja, 51 799 alunos, sôbre o total de 89 586.

No ensino da medicina, beneficiado com a criação de 3 novas escolas nos últimos 4 anos, as matrículas ascenderam, de 8 281 alunos em 1934, para apenas 10 364, em 1959. Em alguns casos registrou-se regressão, pois estabelecimentos tradicionais, que há duas décadas formavam várias centenas de médicos anualmente, valendo-se da autonomia didática de que gozam, reduziram à metade e, mesmo, a uma quarta parte, as matrículas nas séries iniciais. Sucede que isto se verificou precisamente nas escolas mais bem equipadas. Estamos, assim, em presença de critérios não condizentes com as necessidades de uma população que aumenta sensivelmente e que, ascendendo no campo econômico e social, apela cada vez mais para os recursos da medicina científica.

Em boa parte por causa dessa orientação, o número de diplomados em Medicina subiu apenas 58,7%, entre 1934 e 1958, quando, no mesmo período, o número de escolas cresceu de 11 para 25, os formados em Engenharia em mais de 400% e em Filosofia e Ciências Econômicas, em mais de 600%.

Anualmente, mais de uma dezena de milhar de jovens acorrem aos vestibulares sem possibilidade de ingresso nas escolas de Medicina, não porque estejam despreparados ou haja conveniência na limitação do número de médicos, mas, tão-sòmente, por serem escassas as vagas que, em 1959, alcançavam apenas 1 622.

No ramo de Engenharia, de 1955 a 1959, criaram-se 5 novos estabelecimentos e renovaram-se alguns dos antigos, graças aos recursos proporcionados pelo Governo Federal, para aumento de matrículas e diversificação das modalidades de preparo tecnológico que oferecem. Esse esforço governamental vem sendo magnificamente correspondido pela juventude: de 1954 a 1958, ascendeu de 15,6% para 19,3% a proporção de candidatos aos cursos de engenharia. Nestes, as matrículas cresceram de 7 851 para 10 785, no período 1955-1959, e o número de vagas chegou aproximadamente a 3 000.

Essa análise da situação do ensino superior revela a conveniência de estabelecer prioridade na aplicação dos recursos públicos a êsse fim destinados. Cumpre, sobretudo, orientar-lhe a expansão, de modo a incrementar as matrículas nos ramos em que o desenvolvimento nacional requer maior número de especialistas. Tam-

bém se torna indispensável diversificar as modalidades de formação oferecidas e aprimorar os métodos didáticos, para que não ocorra quebra dos padrões de ensino. Dirigir preferencialmente as vistas para tal objetivo não implica reprimir ou desamparar outros ramos do ensino superior. O que se impõe é uma distribuição mais criteriosa dos recursos públicos, tendo em vista suprir rapidamente carências que representam riscos de estrangulamento no processo de tecnificação da nossa economia.

Amplia-se, rapidamente, a rede nacional de universidades, hoje em número de 22, sendo 8 federais, 4 estaduais, 7 particulares, às quais se somam três universidades rurais, duas delas mantidas pela União.

Em 1959, nas 8 universidades federais achavam-se matriculados 27 905 alunos, distribuídos em 316 cursos, ou seja, 33% da matrícula global do ensino superior. Somadas estas cifras às das Universidades estaduais, elevam-se, em número absoluto, a 42 102 alunos, ou seja, 48% da matrícula total nesse ramo de ensino.

As universidades particulares, que recebem ponderável amparo dos Podêres Públicos através de subvenções, acolhem já 11 882 alunos, em 123 cursos que equivalem a 13,5% do total das matrículas no ensino superior.

As três universidades rurais oferecem 7 cursos, cuja matrícula, de 949 alunos, é desproporcionada às necessidades nacionais de especialistas no gênero.

A rede de estabelecimentos isolados de ensino superior, compreendidas as escolas federais, estaduais e particulares, em 1959, mantinha 459 cursos, freqüentados por 32 670 alunos, ou seja, 37% do total das matrículas do ensino superior. Tais números revelam a tendência das nossas escolas superiores para se aglutinarem em universidades.

Tal é o sistema de ensino superior de que se dispõe para atender às necessidades de formação de quadros especializados em todos os campos do saber. Em 1960, teremos cerca de 100 000 alunos matriculados, computadas as 33 000 vagas nas séries iniciais. Representa isto considerável esforço, mas a situação está longe de ser satisfatória, pois apenas logram ingressar no ensino superior 15% dos nossos jovens que concluem os cursos médios. Se consi-

derarmos a totalidade dos que atingiram 18 anos, idade normal para início dos estudos superiores, ver-se-á que somente 2,5% terão oportunidades de freqüentar escolas dêsse grau — o que não é auspicioso para um País que, em franco ciclo industrial, precisa de um vasto corpo de técnicos e cientistas.

Para custear o ensino superior, contribuiu a União, em 1959, com 6,9 bilhões de cruzeiros, sendo 2,5 para manutenção da rede federal de escolas e 4,4 bilhões em subvenções. Dividindo-se aquêle montante pela matrícula global, ter-se-á a cifra de 80 mil cruzeiros, o *quantum* de dispêndio anual do País por estudante de nível superior, sem incluir não pequenos gastos administrativos, culturais e assistenciais.

Por tudo quanto foi dito, depreende-se não só que é elevado o custo do ensino superior, mas também que êsse tipo de educação constitui, ainda, entre nós, privilégio de poucos. Justo seria, pois, que a êle se encaminhassem, preferentemente, os melhores talentos, os mais capazes de aproveitar tão parcas e onerosas oportunidades.

O atual Governo pôde levar a efeito, até agora, empreendimentos de vulto, destinados a elevar o nível técnico, científico e cultural das universidades, bem como dotá-las de melhores condições de trabalho.

Na Universidade do Brasil, prosseguiram as obras de construção da Cidade Universitária, achando-se completado o Instituto de Puericultura, e, em conclusão, os prédios destinados à Faculdade de Arquitetura, à Escola de Engenharia e à Casa do Estudante. Nessas edificações deverão instalar-se, em 1960, provisoriamente, a Faculdade Nacional de Filosofia, a Escola Nacional de Engenharia, os Institutos de Ciências Sociais e de Química e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Obras várias beneficiaram o Instituto de Neurologia, o Instituto de Nutrição, as clínicas da Faculdade de Medicina na Santa Casa e no Hospital São Francisco de Assis, a Faculdade Nacional de Farmácia, a Escola Nacional de Química, a Faculdade Nacional de Arquitetura, o Parque Metalúrgico da Escola de Minas de Ouro Preto, a Escola Nacional de Educação Física, o Palácio Universitário e a Faculdade Nacional de Odontologia.

Na da Bahia, ultimou-se a construção da Escola de Farmácia, da Escola Politécnica e da Faculdade de Odontologia. Foi também organizado o Museu de Arte Sacra.

Na do Paraná, registre-se a conclusão do conjunto arquitetônico que abrange a Reitoria, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Filosofia e o grande Hospital de Clínicas; também o do Centro Politécnico, além do aparelhamento da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Engenharia.

Na do Recife, continuou-se a construção da Cidade Universitária, tendo sido concluídos os prédios da Faculdade de Filosofia, do Instituto de Antibióticos, do Biotério Geral da Faculdade de Medicina e de um pavilhão da Escola de Química. Caminham para o seu término o Hospital Universitário, a Faculdade de Filosofia, o Restaurante Universitário e a Escola de Engenharia. Finalmente, entre 1956 e 1959, criaram-se diversos novos institutos, tais como o de Geologia, Química, Micologia, Cardiologia, Fisiologia, Nutrição e Puericultura.

A de Minas Gerais iniciou os edifícios das Faculdades de Odontologia, Filosofia, Enfermagem e Reitoria; ampliou os do Hospital das Clínicas e das Faculdades de Arquitetura e Medicina; concluiu os da Faculdade de Ciências Econômicas, de Engenharia, de Direito, do Hospital São Geraldo e do Hospital Carlos Chagas.

A do Ceará viu ultimados, nos últimos anos, um edifício para a Faculdade de Direito, a Concha Acústica e o Auditório ao ar livre, o edifício-sede do Instituto de Tecnologia Rural, o *Gymnasium* universitário e os pavilhões de Eletrotécnica e de Óleos da Escola de Engenharia. Iniciou-se a reforma dos prédios da Reitoria, da Faculdade de Farmácia e de Odontologia e do Hospital das Clínicas. A melhoria das condições materiais dessa Universidade, depois de sua criação, permitiu que a matrícula geral nos cursos regulares crescesse 59,8% no período de 1956 a 1959, atingindo, no último ano, 1 854 alunos.

Na do Rio Grande do Sul, construíram-se o Hospital das Clínicas, a Casa do Estudante, o Instituto de Pesquisas Hidráulicas, e o Instituto de Ciências Naturais, em Porto Alegre; a Faculdade de Odontologia, em Pelotas; e a de Farmácia e Medicina, em Santa Maria. Realizaram-se, além disso, melhoramentos nos edi-

fícios da Reitoria, das Faculdades de Medicina, Filosofia, Arquitetura e Ciências Econômicas e nas Escolas de Odontologia, Agronomia e Veterinária, bem como se equiparam o pavilhão do Instituto de Tecnologia, o de Química e a estação radiodifusora.

A par desses investimentos, com vistas a melhor aparelhar as Universidades, intenso trabalho se desenvolveu em aperfeiçoar o pessoal docente, aprimorar métodos de ensino e ampliar as modalidades de especialização, através de medidas com que a Administração Federal despendeu, nos dois últimos anos, importância superior a um bilhão de cruzeiros.

Ensino Militar

É da maior relevância a contribuição das Forças Armadas para o ensino. Além de manter uma rede de estabelecimentos que preparam todos os tipos de especialistas militares, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica prestam serviços educacionais que vão desde a alfabetização de recrutas e a formação de grande número de especialistas de nível primário e médio, até a graduação de tecnólogos altamente qualificados.

Os Colégios Militares e Escolas Preparatórias do Exército, da Marinha e da Aeronáutica são freqüentados por milhares de jovens procedentes de todas as classes sociais, muitos dos quais, ao fim dos cursos, se encaminham para carreiras civis. Os cursos de formação de especialistas oferecem uma extraordinária gama de tipos de adiestramento, contribuindo ponderavelmente para o preparo de técnicos que se tornam aptos a servir nos mais diversos setores da produção. Finalmente, as escolas de pós-graduação militares integram-se, hoje, em todas as atividades econômicas, propiciando uma tomada de consciência das necessidades impostas pela segurança nacional e pelo desenvolvimento do País.

Pesquisas Educacionais

Uma das principais contribuições do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos ao ensino foi a organização de uma rede de Centro de Pesquisas, já em funcionamento no Distrito Federal e em São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Tais Centros têm cooperado ativamente para erradicar pro-

cessos rotineiros e práticas obsoletas, participando de iniciativas de reforma empreendidas no País, nos vários níveis de ensino e no preparo de projetos de lei que, de qualquer modo, interessem à educação.

Dentre as atividades do Centro de Pesquisas de São Paulo, destaca-se o Curso de Especialistas em Educação para a América Latina, ministrado sob os auspícios da U.N.E.S.C.O., em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores. O Centro do Rio de Janeiro desenvolve, presentemente, com o concurso de ilustres especialistas patricios, pesquisas sobre os processos de urbanização e industrialização do Brasil e seus reflexos na escola. Estuda, igualmente, o funcionamento das classes secundárias experimentais, planeja a campanha de educandários gratuitos e promove a divulgação dos resultados de experimentações educacionais, através de guias de ensino e manuais para professores. Por sua vez, o da Bahia mantém escolas-padrão, especialmente adaptadas aos centros urbanos, e que renovam o ensino primário no País, por meio do treinamento de professores de quase todos os Estados. Aos Centros Regionais do Recife, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul tem cabido, por igual, a tarefa de aperfeiçoar o magistério e estudar as condições sócio-culturais do ensino nas respectivas regiões.

Ciência e Tecnologia

Sensível aos estímulos do momento histórico que vivemos, o Governo pôs em prática, nos vários setores da Administração, providências indispensáveis para que o Brasil deixe de ser mero espectador dos feitos científicos de nossa época e venha incorporar-se a seus realizadores.

Assim, vem assegurando apoio eficiente não só às pesquisas científicas, mas também às tecnológicas e às que, de um modo geral, interessem à nossa economia.

O homem de ciência, o técnico, o pesquisador constituem o capital mais precioso para equacionar os problemas nacionais. Por isso mesmo, formá-los e assegurar-lhes condições satisfatórias de trabalho tem sido o objetivo precípua da ação governamental.

para integrar nosso País na linha mais avançada do desenvolvimento científico.

As medidas tomadas, através da COSUPI, da CAPES e do Conselho Nacional de Pesquisas, nos permitirão dispor, em breve, do corpo de cientistas e tecnólogos que o progresso nacional requer.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS — Conduzindo uma decisiva política de apoio à ciência fundamental e à direção do aperfeiçoamento tecnológico, o C.N.P.^q. tem possibilitado, aos pesquisadores brasileiros, a conquista de posições de relêvo no ambiente internacional, onde seu esforço e eficiência são reconhecidos em reuniões de homens de saber da mais alta categoria.

Começa o Brasil, por outro lado, a despertar o interesse de outras nações, como um centro florescente da Ciência e da Técnica. O aumento do intercâmbio nesse terreno e o afluxo crescente de estudiosos latino-americanos, aos centros brasileiros, testemunham o aprêço que já merecemos.

No exercício de 1959, estruturou o C.N.P.^q. um programa de trabalho, para progressivamente dar cobertura às nossas necessidades mais agudas no campo da ciência. O progresso do parque metalúrgico nacional impôs se considerassem alguns problemas ligados à produção de metais não-ferrosos. Procura-se, por isso, formar técnicos altamente qualificados, especialmente no que toca à metalurgia física dos sólidos. Também se contribuiu para desenvolver a indústria química de base, através de apoio a centros universitários e a institutos independentes.

Está em plena execução o programa relativo à zootecnia e suas implicações, para isso havendo-se mobilizado especialistas de tôdas as regiões do País, que, em encontros periódicos, permutaram informações sobre os diferentes setores de trabalho. Convoçou o C.N.P.^q. os físicos ligados a diferentes institutos universitários para um encontro em que se discutiram diretrizes e resultados colhidos e se planejaram as atividades para 1960. No último exercício, chegou a 44 o número de bolsistas que o Conselho manteve no estrangeiro, e a 460, em nosso País. Foram concedidos, ainda, 310 auxílios para aquisição de aparelhagem e equipamentos, vinda de especialistas e a realização de cursos e seminários, bem como estabelecidos programas de formação de quadros técnicos-científicos e

de pesquisas de interesse bilateral. Os contatos com a *National Science Foundation*, com o *Centre National de la Recherche Scientifique* e com o *Consiglio Nazionale delle Ricerche*, deixam entrever um progressivo intercâmbio de pessoal e a possibilidade de pesquisas conjuntas, por brasileiros, norte-americanos, franceses e italianos. Ainda no terreno internacional, deverão desenvolver-se em 1960, com assistência da F.A.O., na Argentina, no Brasil e no Uruguai, pesquisas em comum, para racionalização de processos relativos à pesca.

COSUPI — A Comissão Supervisora do Plano dos Institutos, criada no Programa de Metas do Governo, devota-se a reestruturar as escolas de tecnologia e a renovar os seus métodos de ensino e de pesquisa, através de institutos que, em cada Universidade, concentram misteres afins, antes exercidos em cátedras diferentes nas várias escolas. Aplicando num só órgão recursos financeiros, técnicos e pedagógicos antes dispersos, a COSUPI os faz utilizar de modo mais econômico e eficaz, com vista à formação tecnológica mais diversificada e melhor articulada com as atividades produtivas da região.

Despendeu a COSUPI, no biênio 1958/59, mais de 800 milhões de cruzeiros em obras, equipamentos, remuneração a professores e técnicos de alto nível, pesquisadores, bolsistas e estagiários de tempo integral. Puderam, assim, instalar-se e funcionar os seguintes institutos: de Eletrônica e de Mecânica, em Belo Horizonte; de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto; de Matemática e de Física, no Rio Grande do Sul; de Mecânica e de Mecânica Agrícola, em Curitiba; de Genética, em Piracicaba; de Economia Rural, no Estado do Rio; de Química e de Ciências Sociais, no Distrito Federal; de Química, em Salvador; de Geologia, em Recife; e de Tecnologia Rural, em Fortaleza. É desnecessário encarecer a extraordinária importância desses institutos para o progresso científico e técnico do Brasil.

Além disso, 31 escolas superiores de Engenharia, Agronomia, Economia e Administração, mantidas pelos Poderes Públicos ou dependentes de entidades particulares, foram beneficiadas, mediante convênios com o mesmo órgão, para aplicações que somam 110 milhões de cruzeiros, em obras, equipamentos, pessoal e outros fins enquadrados no plano de reforma do ensino técnico de nível

superior. Os trabalhos da COSUPI, em 1960, abrangerão, extensiva e intensivamente, os setores de eletrotécnica, mecânica, química, física, geologia, mineração, metalurgia, genética, economia, agronomia, em Escolas de Engenharia, de Administração Pública e de Empresas e de Medicina, além de Escolas de Agronomia e instituições tecnológicas, colocadas sob jurisdição de diversos Ministérios.

CAPES — A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a que compete especificamente estimular e melhorar as condições de ensino e pesquisa nas instituições universitárias e científicas, promover levantamentos e estudos sobre ensino superior, planejou e executou, no atual Governo, 1 205 projetos de trabalho. Foram contratados 71 professores estrangeiros e 35 nacionais, para programas especiais de ensino e investigação em nossas universidades. Cooperou, em 20 centros nacionais, no aperfeiçoamento do pessoal pós-graduado, em que estagiaram 813 bolsistas provenientes de todos os Estados da Federação, entre os quais se contavam 229 professores ou assistentes de escolas superiores. Concedeu, ainda, 579 bolsas e auxílios para estudos no estrangeiro, nelas se incluindo 240 para docentes universitários. Propiciou a realização de 83 cursos de pós-graduados e 15 reuniões para estudos de assuntos científicos ou educacionais, favoreceu o intercâmbio universitário no País e publicou 25 monografias sobre problemas de educação.

Ainda através da CAPES procurou o Governo proporcionar apoio material a nossos estudantes fora do País. Assim, inaugurou-se a Casa do Estudante Brasileiro em Paris, plano antigo, só concretizado na atual administração. Essa Casa está capacitada a receber mais de uma centena de estudantes. Outra será edificada em Madri, em terreno doado pelo Governo espanhol.

I.T.A. — Ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica, justamente considerado escola-padrão, não faltou apoio para que continuasse prestando seus valiosos serviços ao País. Em 1959, pôde aquele estabelecimento elevar a 100 o número de vagas para admissão aos cursos. Conta presentemente 375 estudantes de engenharia, 68 dos quais se formaram nas especialidades de Construção Aeronáutica, Operação Aeronáutica e Eletrônica. Entrou em vigor, no mesmo

exercício, em conformidade com o Ponto IV, o acôrdo para que professores norte-americanos prestassem serviços ao Instituto, e professores brasileiros estagiassem nos Estados Unidos. O acôrdo inclui, ainda, a entrega de equipamento ao laboratório do I.T.A., durante quatro anos. Com a cooperação do Conselho Nacional de Pesquisas, da Comissão Nacional de Energia Nuclear e de outras entidades, promoveu aquêle estabelecimento seminários, conferências e estágios de professores e de cientistas estrangeiros.

COMISSÃO DE ENERGIA NUCLEAR — Não é de solução rápida o problema de pessoal capacitado para desenvolver, no País, a aplicação da energia nuclear. Para resolvê-lo, cumpre instituir cursos, distribuir bôlsas-de-estudo, fundar institutos e centros de treinamento e de pesquisas, proceder ao intercâmbio com outros países, promover estágios de especialistas patricios no exterior. Impõe-se também incentivar, nas Universidades nacionais, os estudos básicos a êsse fim destinados, bem como garantir o aproveitamento dos técnicos e cientistas, em condições adequadas.

Muito contribuiu, nesse campo, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, através de bôlsas-de-estudo no País e no exterior, bem como auxílios a cursos de engenharia e de metodologia de radioisótopos, para pesquisas científicas — inclusive as do Laboratório de raios cósmicos de Chalcataya, na Bolívia — e para instalação e aparelhamento de instituições nacionais. Com isto, despendeu cêrca de 100 milhões de cruzeiros, em 1959, contra 31 milhões em 1958 e 1,5 milhão em 1957.

PETROBRÁS — Ministrou também essa emprêsa, em 1959, cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado, auxiliou técnica e financeiramente os cursos para geólogos, mantidos pelo Ministério da Educação e Cultura, e concedeu bôlsas a alunos que estudaram, em universidades estrangeiras assuntos relacionados com a indústria do petróleo.

Atividades Culturais

Muito se devotou o Govêrno, neste quadriênio, ao desenvolvimento cultural do País, através de instituições destinadas a promover e amparar as atividades criadoras, não apenas de natureza científica, mas ainda artística, educativa, literária. Conjugaram-se

para tanto, numa cooperação realmente ampla e proveitosa, todos os recursos disponíveis.

Produção do livro — Do movimento editorial que, nestes últimos quatro anos, assumiu proporções consideráveis, participou, de modo expressivo, o Poder Público, direta ou indiretamente, sob a forma de prêmios, bôlsas e outros estímulos. Diferentes órgãos da Administração desenvolveram atividades nesse setor, como em seguida se verá.

O Instituto Nacional do Livro fez editar 72 obras, criou a *Revista do Livro* e elevou a oito o número de prêmios literários concedidos para os diversos gêneros. A cargo do mesmo Instituto ficou a publicação das obras completas de Machado de Assis, tendo em vista difundir-lhe os livros, como homenagem ao grande escritor, ao ensejo do cinquentenário de sua morte.

A par da cooperação prestada a diversas repartições oficiais e entidades particulares, o Serviço de Documentação do M.E.C. desenvolveu largo plano de publicações que, só em 1959, ascenderam a 130 mil exemplares. Deverão atingir este ano cerca de 228 títulos os livros que prepara no Departamento de Imprensa Nacional. Outro órgão — a Casa de Rui Barbosa — de 1956 a 1959 distribuiu, no Brasil e no exterior, cerca de 30 500 volumes, não apenas de obras do ilustre brasileiro, ou a ele referentes, mas ainda de caráter filológico, lingüístico, jurídico, bibliográfico e literário.

Construir-se-á, ainda no ano em curso, um pavilhão anexo à Casa de Rui Barbosa, para os serviços desse estabelecimento, em terreno já desapropriado.

No Serviço Nacional do Teatro intensificou-se a publicação de peças nacionais e estrangeiras, livros técnicos e didáticos.

Além das publicações normais, deu-se início, em 1959, na Biblioteca Nacional, a uma nova coleção — *Decimália* — destinada a ser um espelho do Brasil atual. Para 1960, ao ensejo do sesquicentenário de fundação e cinquentenário do seu edifício, tem a Biblioteca Nacional largo plano editorial.

Sem descuidar dos cursos destinados a formar profissionais, o Departamento de Imprensa Nacional se desvelou em atender

a todos os pedidos de publicação das repartições oficiais, dentro da técnica que o situa entre as mais adiantadas do gênero.

O Instituto Joaquim Nabuco, no Recife, e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, além dos cursos e das pesquisas sobre os nossos problemas fundamentais, incrementaram a publicação de obras de interesse geral.

Bibliotecas — Não descurou o Governo de ampliar a rede nacional de bibliotecas, elemento fundamental para as necessidades da cultura moderna. Por seus órgãos mais credenciados fomentou a criação e a atualização do acervo de centenas de bibliotecas públicas municipais. A assistência a esses estabelecimentos vem-se fazendo, não só com publicações de caráter oficial, mas ainda, por aquisições às livrarias, o que é também um modo de amparar a atividade editorial brasileira. Foram aplicados, apenas pelo Instituto Nacional do Livro, 38 milhões de cruzeiros, de 1956 a 1959, na compra de livros para bibliotecas públicas, devendo-se observar que, de 1939 a 1955, as dotações não ultrapassaram 33 milhões e 800 mil cruzeiros. No último quadriênio distribuíram-se 560 383 volumes. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos criou em sua rede de Centros de Pesquisas Educacionais uma série de bibliotecas especializadas em educação e estudos brasileiros, que atendem a uma crescente procura em várias regiões do País. Além de manter atualizado o próprio acervo de livros e periódicos, os referidos Centros promovem a criação e o enriquecimento de bibliotecas junto a Escolas Normais e Faculdades de Filosofia. Através deste serviço foram distribuídos, de 1956 a 1959, cerca de 112 000 exemplares de obras publicadas pelo próprio I.N.E.P. e 400 000 adquiridos a livrarias brasileiras. A Campanha Nacional de Material de Ensino editou e distribuiu, para venda a preço inferior ao custo, diversas obras de alto valor educacional, cuja tiragem alcançou 250 mil exemplares.

Por compra, doação ou contribuição legal, enriqueceu-se o acervo da Biblioteca Nacional com 44 250 unidades em livros, folhetos, músicas, mapas, gravuras, desenhos, manuscritos, estampas etc., e 317 513 jornais e revistas. Dentre as aquisições, cumpre ressaltar as coleções *Artur Ramos*, *Tobias Monteiro*, *Vila Real*, *Abraão de Carvalho*, e, em 1959, a de documentos inéditos do

século XVIII, êsses em número de 4 mil, fundamentais à História do Brasil. A Biblioteca Nacional participou ativamente do II Festival do Livro da América, do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, promovido pela Universidade da Bahia, e, sob os auspícios da Universidade do Rio Grande do Sul, do Primeiro Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, em Pôrto Alegre. Ainda nesse período, constituiu-se independentemente uma biblioteca musical, das mais atualizadas que existem.

Atendendo à necessidade de preservar um dos maiores patrimônios culturais brasileiros, representado pelo acervo da Biblioteca Nacional, fêz o Govêrno renovar tôda a rêde elétrica do estabelecimento, e ali iniciou a instalação de ar condicionado e também de uma rêde de alarme contra incêndio.

Patrimônio cultural — Realizaram-se em 593 edificios, monumentos e obras de talha e pintura antiga, os trabalhos de reparação, conservação e restauração a cargo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ao ensejo da comemoração do 250º aniversário de Ouro Preto, foram beneficiados 82 monumentos e edificios dessa cidade.

Cultura brasileira no exterior — Procurando difundir a civilização e a língua do Brasil na América Latina, continuam a realizar excelente trabalho os sete Institutos Brasileiros de Cultura que, com um total de cêrca de 2 000 alunos, funcionam nas cidades de Assunção, Buenos Aires, La Paz, Lima, Montevidêu, Iquitos e Rosário.

Mantivemos, ainda, no exterior, como outro valioso meio de divulgação cultural, cátedras de estudos brasileiros, a cargo de professores patricios, nas Universidades de Paris, Lisboa, Roma, Santiago do Chile, Bruxelas, Nova Iorque, Madri e São Marcos, esta em Lima.

Além dessas atividades, colaborou o Govêrno na preparação do IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Salvador, sob os auspícios da Universidade da Bahia, e prestou assistência financeira à Semana de Estudos Americanos da Universidade do Brasil. Pelo Itamarati, foram concedidas 52 bôlsas-de-estudo a nacionais de países da América e da Europa. Outrossim, em virtude de convênios culturais assinados pelo

Brasil, cursaram nossas Universidades mais de 330 estudantes latino-americanos.

A publicação — *Brasil, 1959* —, editada em seis línguas, foi profusamente distribuída, no exterior, por intermédio de nossas Missões Diplomáticas e repartições consulares, que, para igual fim, receberam outros livros, bem como discos, diapositivos e filmes sobre o nosso País. Recentemente, editou-se em português, francês, inglês e espanhol, um pequeno folheto sobre Brasília.

A propaganda cultural do Brasil, no âmbito internacional, processou-se também através de quatro exposições itinerantes de arquitetura que, no decurso de 1959, se detiveram em Lisboa, Paris, Barcelona, México, Havana e Tóquio. No campo das artes plásticas, realizamos em Munique, Viena e Leverkusen uma exposição de pintura, gravura, desenho e escultura. Proporcionou-se, ainda, apoio a exposições de consagrados artistas patrícos em Washington, Nova Iorque, Paris e Bruxelas, e promoveu-se a participação do Brasil na Bienal de Paris.

Sob o patrocínio do Itamarati e da NOVACAP, reuniu-se em Brasília, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o Congresso Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte, a que compareceram cêrca de setenta críticos de renome mundial, especialmente convidados para conhecer a contribuição brasileira no campo das artes plásticas. Os artigos por êles publicados em grandes órgãos da imprensa internacional muito contribuíram para a difusão da nossa arte.

Ainda no terreno da difusão cultural, destaquem-se as exposições promovidas pela Biblioteca Nacional em Lisboa, Madri, Granada e Ilhas Canárias. O fundo dessas exposições foi doado a entidades culturais, que dêsse modo passaram a ter, na Europa, obras representativas da produção intelectual brasileira em todos os gêneros.

Livro estrangeiro — Problema que tem acarretado dificuldades aos nossos meios cultos é o que se relaciona com a aquisição do livro estrangeiro. Também neste setor se fêz sentir a ação do Poder Público. A Comissão instituída pelo Decreto n.º 45 656, de 1959, já apresentou sugestões com o fim de eliminar gravames fiscais e formalidades burocráticas, bem como dar tratamento

cambial favorável às importações. À base desse trabalho, foi assinado o Decreto n.º 46 617, de 1959, que dispensou o visto consular nas faturas de importação. Além disso, tenciona o Governo submeter ao estudo do Legislativo dois projetos de lei — o primeiro, isentando de taxas aduaneiras livros, mapas, revistas e publicações similares; o segundo, propondo a abertura de crédito especial para a aquisição de obras sobre matéria técnica, científica, didática e literária, destinadas a bibliotecas escolares ou à revenda, a preços reduzidos, para estudantes.

Museus — Foi intenso o trabalho cultural dos museus. Quase todos atualizaram os seus mostruários, de acôrdo com a nova conceituação da museologia, tornando-os dinâmicos e acentuando-lhes a finalidade didática. Intensificou-se o intercâmbio entre eles e instituições congêneres estrangeiras.

A Comissão Nacional de Belas Artes, no período 1956/59, adquiriu 50 obras e organizou a representação brasileira à I Bienal Interamericana de Pintura e Gravura no México, em 1958. Deu, outrossim, grande impulso às pesquisas, auxiliando também pessoal estrangeiro a seus quadros. Por sua vez, entidades particulares, que se distinguiram pela importância cultural de suas realizações, receberam cooperação direta, como é o caso dos Museus de Arte Moderna do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com doações e aquisições, foi enriquecido o patrimônio do Museu Nacional, do Museu de Belas Artes, do Museu Imperial e do Museu Histórico, a que o Governo incorporou o Palácio do Catete, destinado a Museu da República.

Cinema e teatro — Por suas virtualidades educacionais, o cinema e o teatro, que conjugam arte e recreação, têm merecido do Governo o estímulo e a ajuda indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Através do Serviço Nacional do Teatro, prestou-se auxílio financeiro a entidades de classe teatral, fixas e itinerantes no País e no exterior, em quantia que representa um aumento de 330% entre os exercícios de 1956 e 1959. Colaborou esse órgão na II bienal de Teatro do Museu de Arte Moderna de São Paulo, em vários festivais, sobretudo do Teatro Estudantil e Infantil; fundou o Teatro Nacional de Comédia, antiga aspiração

da classe; estendeu auxílios a vários teatros do interior — Belo Horizonte, Salvador, Pôrto Alegre e Niterói — e impulsionou as atividades pedagógicas do Conservatório Nacional do Teatro. Adquiriu, por fim, no Distrito Federal, o cinema Parisiense, em obras já adiantadas de reforma, e, em São Paulo, o cinema *Broadway*, para funcionamento, em ambos, do Teatro Nacional de Comédia; ainda nesta última cidade, duas casas onde se deverá instalar a Escola Dramática.

No campo do cinema educativo, no último quadriênio, empenhou-se o Govêrno por seu órgão competente — o Instituto Nacional do Cinema Educativo — num programa de reconhecido alcance didático, compreendendo: revenda de projetores cinematográficos a preço de custo; especialização de professores; utilização e produção de filmes educativos, documentários culturais, artísticos e científicos; e produção de diafilmes para projeção de imagens fixas, em conformidade com os programas do ensino médio. Ainda nesse terreno, o Instituto Nacional do Livro planejou e executou uma série de documentários cinematográficos sobre o funcionamento de bibliotecas, sobre temas históricos e fabrico do livro e, bem assim, reportagens literárias visuais em torno de grandes figuras das letras brasileiras.

CAPITULO II

SAÚDE PÚBLICA

O difícil acesso a algumas regiões do País sobretudo necessitadas de assistência sanitária, as variações de clima, a fraca densidade demográfica, tudo isto se congrega para tornar árdua e onerosa a tarefa do Govêrno no setor da saúde e do saneamento.

Não obstante êsse conjunto de fatores desfavoráveis, muito tem progredido a organização da Saúde, na defesa e valorização do patrimônio humano em nosso País, onde recuperar o indivíduo doente e reintegrá-lo na comunidade produtiva, além de dever social, constitui imperativo econômico e político, nesta quadra de excepcional esforço pelo desenvolvimento.

Pode-se afirmar que o trabalho realizado nesse domínio, malgrado óbices de tōda espécie, proporcionou, nestes quatro

anos, resultados encorajadores, bastando mencionar-se o decréscimo de incidência das doenças transmissíveis, a redução das taxas de mortalidade infantil e a elevação do índice médio de vida.

Como se verá adiante, está a malária em vias de se extinguir, nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, incluídos no Plano de Erradicação; a ancilostomose foi reduzida em várias centenas de municípios e o bócio endêmico, só no Distrito Federal, baixou de 21,5%, em 1956, para 8,7%, em 1959, entre os escolares examinados; ao mesmo tempo, a boubá cedeu quase completamente à intensiva campanha para eliminá-la.

Assim, grande foi o esforço empreendido pelo Governo, com o apoio da iniciativa particular, em muitos campos, havendo os serviços nacionais de higiene e medicina social apresentado rendimento auspicioso, nas cidades e no interior, mesmo em regiões mais afastadas, já agora ao alcance da Saúde Pública, através das Unidades Aéreas.

Política Sanitária

Ao aplicar os recursos técnico-científicos e financeiros de que dispõe, para combater as doenças que atingem a população, obedeceu o Governo a circunstâncias de vária ordem, determinadas pela natureza específica de cada problema sanitário.

Na profilaxia da Doença de Chagas, desenvolveram-se ativamente os trabalhos para eliminação do agente transmissor e para melhoria de habitações e da educação sanitária. Intensificou-se a campanha nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Santa Catarina e Alagoas.

Nestes Estados, foram realizados inquéritos entomológicos em 299 Municípios, 28 174 localidades, 251 685 prédios, dos quais 16 052 com triatomíneos, cuja captura se elevou a 73 161; procedeu-se à desinsetização em 326 Municípios, 37 020 localidades, 692 669 prédios, com um total de consumo de 515 000 kg de BHC.

Em Minas e no Rio Grande do Sul, em consequência dos esforços educativos do Governo, prefeituras, fazendeiros e agri-

cultores, por iniciativa própria, vêm realizando o revestimento das casas, com a orientação técnica do Departamento de Endemias Rurais.

Quanto à febre amarela, conseguiu-se erradicar o vetor urbano da doença, em todo o território nacional, o que constitui acontecimento de alta significação. Continua ativa a vigilância, a fim de impedir a reinfestação por vetores procedentes do exterior. O tipo silvestre de febre amarela, entretanto, permanece endêmico na Região Amazônica, incursionando ocasionalmente nos Estados do Centro e do Sul. Em 1959, registraram-se apenas 4 casos em Goiás e Minas Gerais, confirmados por exames histopatológicos. Deve-se isto à vacinação de 1 615 648 pessoas da população mais exposta a ela.

Com o aumento dos rebanhos no Sul, assinala-se a expansão da hidatidose, que exige pronto e vigoroso combate dada sua repercussão econômica, pois concorre para diminuir o rendimento da pecuária.

Na profilaxia da leishmaniose, examinaram-se 11 923 pessoas, verificando-se 270 casos positivos; 59 304 cães — hospedeiros do agente transmissor — foram eliminados e 74 200 prédios desinsetizados.

Doença essencialmente de massa, propaga-se o tracoma, com rapidez, sobretudo na população rural, em consequência da ignorância, da falta de asseio e da promiscuidade. As autoridades sanitárias dedicaram ao problema a maior atenção, e os resultados da profilaxia revelaram-se pelo decréscimo das formas incipientes e flóridas, pelo desaparecimento das seqüelas, pelas cicatrizações e, finalmente, pela queda de prevalência nos focos trabalhados (35 a 92%). Através de convênios celebrados entre o I.N.I.C. e o D.N.E.R.U., mantém-se contínua inspeção de saúde em imigrantes oriundos de zonas endêmicas, a fim de evitar a importação da doença. A campanha contra o tracoma estendeu-se, de 1956 a 1959, a 181 Municípios, registrando-se os maiores focos no Nordeste e no Vale do São Francisco. Em 1959, efetuaram-se visitas a 186 843 prédios, em 171 Municípios, com o consumo de 10 819 532 comprimidos de compostos de sulfanilamida.

Em 1959, foram incluídos no plano de erradicação da malária os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, Paraná, além do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul, que serão trabalhados apenas com serviços de vigilância epidemiológica, etapa consecutiva à debelação da endemia. Nos Estados do Nordeste e do Sul, mencionados acima, promove-se a dedetização de 1 265 000 prédios, em 260 Municípios, numa área de 300 000 km², com cerca de 10 milhões de habitantes. Paralelamente, prosseguir-se-á, em 1959, no controle de malária no Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso.

Completar-se-á o emprêgo domiciliar de inseticidas com os serviços de medicação e de epidemiologia, aos quais compete registrar os casos e realizar provas biológicas que, entre outros fins, indiquem se os mosquitos transmissores são suscetíveis ao DDT. Nas áreas em que este se mostra ineficaz ou antieconômico, aplicar-se-á o sal cloroquinado, de eficácia comprovada experimentalmente no campo, e recomendado pela Organização Mundial de Saúde. No Brasil, isto se verifica nas zonas de transmissão extradomiciliária como no litoral de Santa Catarina e Paraná, ou no Planalto Central e na Bacia Amazônica, onde a população é esparsa, ou as habitações não têm paredes.

A peste já não constitui, entre nós, problema sanitário de envergadura. Em 1959, apenas se registraram alguns casos, em área restrita da Bahia, e todos os doentes se curaram. Trabalhos de desratização e despulicização foram executados em regiões suspeitas do Ceará, Piauí, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os principais portos do País foram objeto de vigilância, a fim de impedir-se a eventual importação da doença.

A filariose apresenta focos isolados na zona litorânea, sendo de maior expressão os de Recife e Belém. A sua profilaxia desenvolveu-se ativamente em 1959. Foram examinadas cerca de 580 000 pessoas.

Ao contrário da peste, a lepra é problema de gravidade entre nós. Todavia, o advento das sulfonas, a par do aperfeiçoamento de outros agentes terapêuticos, veio permitir ação mais eficiente e intensiva dos serviços sanitários federais. Na luta contra a

lepra, tem o Governo assistido as entidades privadas, com auxílios técnicos e financeiros. No ano de 1959, foram examinadas 45 801 pessoas, fichados 1 068 doentes, 17 258 comunicantes e praticadas 175 868 vacinações pelo acc.

A campanha de imunização contra a variola vem-se processando com intensidade e rigor, notadamente no meio rural, havendo-se vacinado cêrca de 4 milhões em todo o território nacional.

Difundia-se a boubá por três Territórios e quinze Estados da Federação. É intensivo o esforço para erradicá-la nas áreas infectadas. Até agosto de 1959, trabalhou-se em 402 Municípios, havendo sido medicadas 1 000 000 de pessoas. No Nordeste e em Minas Gerais, onde existiam os maiores focos, a doença se encontra atualmente sob forma residual, dependendo a sua eliminação, em grande parte, da melhoria do nível de vida das populações rurais atingidas.

Na profilaxia da poliomielite, contou o Governo com o auxílio de Serviços de Saúde estaduais e municipais, bem como de entidades particulares. Foram vacinadas, em 1959, cêrca de 1 milhão e 300 mil pessoas de grupos etários mais suscetíveis.

O otimismo suscitado na terapêutica da tuberculose pelo advento dos antibióticos cede lugar a um comportamento mais equilibrado, que não perde de vista os meios tradicionais de combate ao mal. Conquanto os índices de morbidade e de letalidade tenham caído em alguns pontos do território nacional, noutros continuam elevados, permanecendo a profilaxia dessa doença como problema da maior importância. Através do Serviço Nacional de Tuberculose, vem o Governo intensificando a sua atividade, nesse setor, com a instalação de numerosos dispensários para o atendimento dos casos mais benignos, já que o abrigo nosocomial se reserva a casos especiais. Existem, atualmente, no País, 153 dispensários e 181 ambulatórios. No tocante à política sanatorial, assinala-se haverem sido inaugurados os Sanatórios Juscelino Kubitschek, em Goiás; Clementino Fraga, na Paraíba; e Barros Barreto, no Pará, achando-se em conclusão o de Cuiabá. Mantém a União 7 unidades, com capacidade total de 2 000 leitos, além de subvencionar 106 sanatórios particulares.

em diversos Estados. É de 24 815 o número de leitos sob controle da Campanha Nacional Contra a Tuberculose.

Segundo recente inquérito helmintológico, estima-se em 23 milhões o número de acometidos por ancilostomose no Brasil. Mediante um programa de ação enérgica, espera o Governo obter expressivos resultados na profilaxia desse mal. Em 1959, foram realizados 715 428 exames e 1 082 858 medicações em 688 Municípios, com o consumo de 6 362 692 comprimidos de anti-helmínticos.

A infestação pelo *Schistosoma Mansoni* constitui, entre nós, sério problema, pois atinge a cerca de 4 000 000 de pessoas. Diversas medidas têm sido postas em prática, na profilaxia da esquistossomose: educação sanitária; levantamento das áreas potenciais de incidência, através de identificação e provas de suscetibilidade à infestação de *Planorbis*; construção de fossas sanitárias; serviços de abastecimento de água. Esclareça-se que só nestes últimos se consome a metade dos recursos orçamentários da Campanha contra a esquistossomose. Foram concluídos os trabalhos de abastecimento d'água e da construção de fossas em Pacoti, no Ceará; Varjão, Mandacaru, Itapororoca e Jacaraú, na Paraíba; Pilar, Jequiá da Praia e Barra do Camaragibe, em Alagoas; Siriri, em Sergipe; Açucena, Mesquita, Pedra Azul, Rubim, Gouveia, Divino, Guiricema, Piraúba, Ribeirão das Neves, Pavão (Teófilo Otoni), Nelson de Sena (São João Evangelista), Além Paraíba, Inhai, Jaboticatuba, Pimenta, Rio do Prado, Sabinópolis, São João da Ponte, Senador Mourão, Tijuca, Virgem da Lapa, Capelinha e Tombos, em Minas Gerais; Vila Mascarenhas, no Espírito Santo; Macarani, na Bahia. Em 8 localidades, noutros Estados, encontram-se as obras em fase de acabamento. A ação da Campanha desenvolveu-se, durante 1959, em 96 Municípios, tendo sido examinadas 221 918 coleções aquáticas, a fim de pesquisar a existência de *Planorbis*. Foram tratados 12 565 doentes e realizados 693 390 exames coprológicos.

Sob orientação do D.N.E.R.U., executaram-se as tarefas da profilaxia do bócio endêmico, tendo sido iodetadas 460 000 t de sal de cozinha, ou seja, todo o consumo da população do País. Já se fazem sentir na estatística sanitária os primeiros resultados

dessa medida. No Distrito Federal, a incidência do bócio baixou em escolares examinados — mais de 50 mil — de 21,5%, em 1950, para 8,7%, em 1959. Inquéritos epidemiológicos realizados em vários pontos do País revelaram um decréscimo de 20%, em relação às cifras anteriores. Tais providências se estenderam à futura Capital do País, onde também se procedeu a pesquisas sobre o teor iódico da água de abastecimento, do solo e dos alimentos.

Doenças Mentais e Degenerativas

Mereceram as doenças mentais toda a atenção dos órgãos especializados, seja quanto à parte assistencial, seja quanto a profilática. A rede de serviços extra-hospitalares muito contribuiu para a eficiência dos trabalhos, mormente nos setores de investigação científica e de psiquiatria preventiva. Novos convênios, em número de 53, firmaram-se com os Estados e Municípios, assegurando auxílio técnico e financeiro do Governo Federal, para se construírem ou manterem estabelecimentos especializados.

Ao contrário do que sucede com a maioria das doenças infecto-contagiosas, cuja incidência declina a olhos vistos por toda a parte, crescem os índices nosológicos das doenças degenerativas, como o câncer. Provavelmente, isso decorre das maiores possibilidades atuais no identificar a doença, graças ao melhor conhecimento das neoplasias, ao aperfeiçoamento das técnicas de diagnóstico e da educação e propaganda sanitária.

A classificação do câncer no alto da escala obituária, sobretudo nos centros de maior progresso econômico, confere-lhe o caráter de doença social de suma gravidade. A fim de combatê-la, o Governo adotou adequadas medidas sanitárias, entre as quais a instituição de um bem aparelhado Serviço, para apreciação epidemiológica, diagnóstico precoce e tratamento. A cooperação dos governos estaduais e de entidades privadas permitiu ampliar a rede profilática e assistencial, que hoje atinge quase todas as Unidades da Federação. Destaque-se a existência de 1 780 leitos no Instituto Nacional do Câncer, onde o Setor de Isótopos, recentemente instalado, prestará excepcionais serviços no combate à doença.

Produção de Medicamentos e Inseticidas

Procurou o Govêrno incrementar o fabrico de produtos quimicos, muitos dos quais difíceis de importar e indispensáveis ao combate às doenças e, em especial, às endemias. O Laboratório de Produtos Profiláticos do D.N.E.R.U. eleva, dia a dia, a sua produção. O trabalho do Instituto Oswaldo Cruz no preparo de soros, vacinas e outros produtos biológicos, foi intenso, tendo-se elevado a 10 milhões o número de doses de vacinas anti-variólicas. A verba destinada ao referido Instituto, em 1959, foi de Cr\$ 159 660 000,00 e a sua produção atingiu a Cr\$ 339 943 205,00.

Fiscalização Profissional

A estreita coordenação entre órgãos federais e estaduais muito contribuiu para que pudesse exercer-se eficazmente, em todo o Território Nacional, a fiscalização do exercício da medicina, farmácia, odontologia e indústria farmacêutica.

No Distrito Federal, o Laboratório Central de Contrôlo de Drogas e Medicamentos prosseguiu em suas atividades específicas coadjuvando a ação fiscal. A elaboração da nova *Farmacopéia Brasileira* colocou nas mãos dos químicos e farmacêuticos um código atualizado e tabelas padronizadas, indispensáveis aos seus trabalhos.

Saneamento

Apreciável foi a ação exercida no setor do saneamento, que se coloca entre as tarefas básicas de Saúde Pública. A cooperação entre o Govêrno Federal e os Estados e Municípios permitiu se concluíssem 21 obras de abastecimento de água em diferentes pontos do País, destacando-se, entre elas, o reforço de tais serviços em Belo Horizonte, empreendimento de vulto cuja primeira etapa permite atender a um milhão de habitantes orçando seu custo em 2 bilhões de cruzeiros.

Acham-se em andamento 69 obras de captação e adução de água distribuídas pelas diversas Unidades Federadas. Proficuo, também, se revelou o trabalho do D.N.O.C.S. no tocante à construção de esgotos em várias cidades.

Assistência Médico-Sanitária

Em decorrência de fatores múltiplos, entre os quais predominam a extensão territorial, a deficiência dos meios de transporte e o baixo nível econômico de certas áreas, grande número de Municípios não dispõem de assistência médica. Por esse motivo, o Governo diligenciou radicar médicos em núcleos de população que não os possuem, e isto vai sendo conseguido, pois 154 Municípios já contam com os benefícios de profissionais cuja permanência é garantida pelo Governo através de auxílio financeiro.

Graças à ajuda da F.A.B., o Serviço das Unidades Sanitárias Aéreas tem podido prestar relevantes serviços profiláticos e assistenciais às populações, nos pontos só acessíveis por via aérea. Em 1959, esse Serviço realizou 171 730 abreugrafias; 62 595 vacinações BCG; 136 324 antivariólicas; 154 956 anti-tíficas; 33 068 antiamarílicas. Cerca de 80 mil pessoas foram objeto de exame para pesquisas epidemiológicas de vária natureza. Ao mesmo tempo em que se procedia a essas pesquisas, prestava-se assistência médico-dentária, destacando-se, pela sua importância, a extração de 45 901 dentes. Ascendeu a 815 397 o total dos serviços prestados neste setor.

As atividades do S.U.S.A. se distribuíram por 128 localidades de 9 Estados e 3 Territórios, e as do S.E.S.P. vão referidas em outro tópico.

A assistência hospitalar tem merecido especial cuidado, seja com a construção de novos hospitais, seja com a ajuda técnica e financeira às unidades já existentes.

Tendo em vista elevar o nosso coeficiente-leito *per capita*, acham-se em construção 151 hospitais e maternidades em todo o País. O Fundo de Assistência Hospitalar prestou, em 1959, auxílio financeiro a 806 instituições que mantêm 56 790 leitos destinados a pacientes não beneficiários da Previdência Social. Em relação a Ambulatórios, Postos e Centros de Saúde, registrou-se no ano de 1959 substancial progresso, atingindo o seu número a 5 215 unidades.

Vasto plano de expansão sócio-econômica aplica-se nos Municípios de Dourados, Rio Brilhante, Itaporã, Maracaju, Bataguçu.

em Mato Grosso, numa área de 46 000 km², com uma população de 120 000 habitantes. O quadro sanitário da região caracteriza-se pela prevalência de doenças decorrentes da falta de saneamento e do baixo padrão educacional: diarréias infantis — responsáveis pelo elevado índice de mortalidade — verminoses, tracoma etc. Outras entidades mórbidas freqüentes são: lepra, leishmaniose, pênfigo foliáceo.

Cabe especificamente ao Departamento Nacional de Endemias Rurais: remoção dos dejetos, melhoria de habitação, educação sanitária, além do contróle da febre amarela, das verminoses, da leishmaniose e do bócio endêmico. Todo o programa de profilaxia está sendo planejado e realizado com base em princípios e métodos de comprovada eficiência.

Assistência à Maternidade e à Infância

A despeito dos esforços empreendidos neste setor, a mortalidade infantil continua, entre nós, como um dos mais graves problemas da Saúde Pública, em virtude de fatores de várias ordens, especialmente do baixo índice econômico de diversas regiões. Nas áreas subdesenvolvidas, no Norte e Nordeste, o combate à mortalidade infantil vem alcançando resultados favoráveis, graças à ação coordenada das três esferas administrativas, bem como ao concurso da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas.

No que respeita à assistência alimentar, a atividade do Ministério da Saúde, com a ajuda do Fundo Internacional de Socorro à Infância (F.I.S.I.), se fez sentir sobre extensa área, tendo sido, em 1959, distribuídos 5 706 386 quilos de leite em pó e 29 100 cápsulas de vitaminas a 195 550 lactentes e nutrízes e a 97 500 crianças em idade pré-escolar.

Nos 543 Postos de Puericultura, a Campanha Alimentar desenvolve contínuo esforço, secundada pelo Clube das Mães. Como essa Campanha apenas beneficia áreas de trabalho, em cooperação com o F.I.S.I., o Departamento Nacional da Criança, dentro dos recursos orçamentários, auxiliou 122 obras de proteção à infância, permitindo-lhes adquirir leite e outros alimentos

essenciais às gestantes, nutrizes e adolescentes. Foi inaugurada uma fábrica de leite em pó na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, achando-se programada outra em Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo.

Formação de Pessoal Técnico

A formação de pessoal técnico foi intensificada através de cursos regulares realizados pelos órgãos específicos e da concessão de bolsas-de-estudo no Exterior, como se viu no capítulo Educação, Ciência e Cultura.

Paralelamente às suas atividades executivas, de profilaxia e saneamento, continuou o Ministério da Saúde a realizar, em 1959, pesquisas científicas indispensáveis à sua ação eficiente e racional. Para esse fim, contou com a ajuda eficiente do Instituto Oswaldo Cruz, do Instituto Nacional do Câncer, do Instituto de Leprologia e da Comissão Nacional de Alimentação.

Serviço Especial de Saúde Pública

Ampliando seu campo de atividades, o Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.) passou a atuar em todos os Estados. Mediante convênios, aumentou para 276 o número de Unidades Sanitárias e para 22 o de hospitais. Em uns e outros foram atendidos cerca de 1 800 000 indivíduos nos setores de higiene materna, higiene infantil, higiene dentária e assistência médica. Relativamente ao saneamento do meio, estão sendo executados 66 serviços de abastecimento de água e foram concluídas cerca de 5 mil fossas. Prestou, ainda, assistência educacional a 2 Escolas de Saúde Pública, 17 de Enfermagem e 10 de Odontologia.

INDICE

INTRODUÇÃO	Págs. 9
------------------	---------

PARTE PRIMEIRA

SITUAÇÃO POLITICA E ADMINISTRATIVA

CAPITULO I

POLITICA INTERNA

Funcionamento do Sistema Constitucional	5
Relações com os Estados e Municípios	6
Transferência da Capital Federal	7
Obras Realizadas e em Andamento	7

CAPITULO II

POLITICA ADMINISTRATIVA

Preparação Orçamentária	16
Planos de Aplicação de Dotações Globais	17
Supressão de Cargos e Funções	17
Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal	18
Aplicação de Normas	18
Obras e Edifícios Públicos	18
Organização e Métodos	19
Cooperação Brasileiro-Americana — Ponto IV	15

CAPITULO III

POLITICA EXTERIOR

Atuação nas Nações Unidas	21
Questões do Sudoeste Africano	21
Territórios Não-Autônomos	22
Participação na U.N.E.F.	22

	Págs.
Relações com os Países Alro-Asiáticos	23
Relações com os Países da Europa	23
Politica do Continente	25
Visitas de Chefes de Estado	26
Convênios com o Paraguai	26
Incidente México-Guatemala	27
Reunião de Chanceleres	27
Conselho Interamericano de Jurisconsultos	28
Conselho Interamericano Cultural	29
Intercâmbio Cultural com o Exterior	29
Representantes de Entidades Internacionais	29

PARTE SEGUNDA

SEGURANÇA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

CAPITULO I

SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR

Segurança Nacional	33
Estado-Maior das Forças Armadas	33

CAPITULO II

ATIVIDADES DAS FORÇAS ARMADAS

Exército	34
Reaparelhamento	35
Obras Militares	35
Obras e Serviços Civis	36
Zonas de Fronteira	36
Instrução e Aperfeiçoamento Técnico da Tropa	37
Atividades Agropecuárias	37
Marinha	37
Reaparelhamento	38
Desenvolvimento da Indústria de Material Bélico	39
Obras Militares	39
Hidrografia	39
Serviços de Transporte	40
Instrução e Aperfeiçoamento Técnico do Pessoal	40

	Págs.
Aeronáutica	40
Reaparelhamento	41
Adestramento	41
Produção de Material Bélico	42
Indústria Aeronáutica Civil	42
Indústria Aeronáutica Militar	42
Obras Militares e Cíveis	43

CAPITULO III

ORDEM PÚBLICA

Assistência a Menores	45
-----------------------------	----

PARTE TERCEIRA

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

CAPITULO I

ASPECTOS GERAIS

Política Económica	49
Levantamento de Recursos em Moeda Nacional	51
Levantamento de Recursos em Moeda Estrangeira	52
Evolução do Produto Nacional	55
Investimentos	55
Distribuição da Renda por Tipos de Pagamentos	56
Custo de Vida	56

CAPITULO II

MOEDA E CRÉDITO

Política Monetária e Bancária	57
Evolução da Situação Monetária e Bancária	58

CAPITULO III

FINANÇAS PÚBLICAS

Desequilíbrio Previsto para 1959	61
Medidas de Correção Adotadas	62

	Págs.
Resultados Financeiros de 1959	63
Despesa	63
Receita	64
Deficit do Tesouro Nacional	64
Finanças de outras Entidades Federais	66
Dívida Pública	66
Dívida Interna Flutuante	66
Dívida Consolidada Interna	67
Dívida Consolidada Externa	67
Programa Financeiro para 1960	69

CAPITULO IV

RELAÇÕES ECONÓMICAS COM O EXTERIOR

Política de Comércio Exterior e Câmbio	71
Estímulo às Exportações	72
Política de Capitais Estrangeiros	73
Contrôle das Importações	74
Acórdos de Comércio e de Pagamentos	74
Associação Latino-Americana de Livre Comércio	75
Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (G.A.T.T.)	76
Banco Interamericano de Desenvolvimento	77
Balanço de Pagamentos	77

CAPITULO V

ENERGIA

Energia Elétrica	80
Carvão Mineral	83
Petróleo	84
Óleo Cru	84
Reservas Recuperáveis	84
Refino	85
Perfurações e Sondas	86
Pesquisas Geológicas e Geofísicas	86
Indústria Petroquímica	87
Industrialização do Xisto Betuminoso	87
Terminais e Oleodutos	87
Transporte Marítimo	87
Formação de Pessoal	88

	Págs.
Energia Atômica	88
Objetivos	88
Formação de Pessoal	89
Matérias-Primas	89
Industrialização	89
Utilização da Energia Nuclear	90

CAPÍTULO VI

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Transportes	91
Ferrovias	91
Rodovias	92
Marinha Mercante	94
Portos, Rios e Canais	95
Aerovias	96
Comunicações	97

CAPÍTULO VII

AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO

Desenvolvimento da Produção	99
Política Agropecuária	100
A Produção Agropecuária em 1959	103
Alimentação e Abastecimento	105
Política Florestal	106

CAPÍTULO VIII

INDÚSTRIA

Mineração	108
Siderurgia	109
Química Básica	111
Papel e Celulose	113
Indústria Pesada	113
Indústria Automobilística	115
Indústria de Tratores	116

	Págs.
Construção Naval	117
Metalurgia dos Não-Ferrosos	117
Cimento	119

CAPITULO IX

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nordeste	120
Obras Contra as Sêcas	121
Crédito Especializado	123
Amazônia	124
Crédito Especializado	125
Vale do São Francisco	125
Vale do Rio Doce	127
Territórios Federais	127

PARTE QUARTA

TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPITULO I

TRABALHO

Higiene, Segurança e Fiscalização do Trabalho	132
Sindicalização	132
Relações Internacionais do Trabalho	133
Elaboração Legislativa	134

CAPITULO II

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conjuntura Econômico-Financeira	135
Débito da União	136
Débitos dos Empregadores	137
Reajustamento Automático das Aposentadorias e Pensões	137
Contribuição Especial para Assistência Médica	138
Lei Orgânica da Previdência Social	138
Atividades das Instituições Previdenciárias	138

PARTE QUINTA
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CAPITULO I
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

	Págs.
Ensino Primário	149
Erradicação do Analfabetismo	153
Ensino Médio	154
Ensino Superior	158
Ensino Militar	163
Pesquisas Educacionais	163
Ciência e Tecnologia	164
Atividades Culturais	168

CAPITULO II
SAÚDE PÚBLICA

Política Sanitária	175
Doenças Mentais e Degenerativas	180
Produção de Medicamentos e Inseticidas	181
Fiscalização Profissional	181
Saneamento	181
Assistência Médico-Sanitária	182
Assistência à Maternidade e à Infância	183
Formação de Pessoal Técnico	184
Serviço Especial de Saúde Pública	184